



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL

MARIA ALINE SILVA CARVALHO

DO CINEMA À COMISSÃO DA VERDADE: UMA HISTÓRIA DAS MEMÓRIAS DE
EX-PRESAS POLÍTICAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1989-
2014)

FORTALEZA
2024

MARIA ALINE SILVA CARVALHO

DO CINEMA À COMISSÃO DA VERDADE: UMA HISTÓRIA DAS MEMÓRIAS DE
EX-PRESAS POLÍTICAS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1989-2014)

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção de título de mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C325c Carvalho, Maria Aline Silva.
Do cinema à Comissão Nacional da Verdade : uma história das memórias de ex-presas políticas na ditadura civil-militar brasileira (1989-2014) / Maria Aline Silva Carvalho. – 2024.
124 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Ana Rita Fonteles Duarte.

1. Testemunho. 2. Memória. 3. Verdade. 4. Justiça. I. Título.

CDD 900

MARIA ALINE SILVA CARVALHO

DO CINEMA À COMISSÃO DA VERDADE: UMA HISTÓRIA DAS MEMÓRIAS DE
EX-PRESAS POLÍTICAS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1989-2014)

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção de título de mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Rita
Fonteles Duarte

Aprovada em: 19/04/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, que me proporcionou uma experiência tão desafiadora, e ao mesmo tempo, me contemplou com tamanha aprendizagem. Foi transformador contar com professores tão capacitados e humanos na forma de nos ensinar, promovendo um ambiente saudável em meio a um contexto pandêmico em que todos estávamos mentalmente esgotados.

Seria impossível retribuir tudo que minha orientadora, Ana Rita, me ofereceu ao longo desses anos de mestrado. Pude contar não apenas com uma professora comprometida e responsável com o processo de pesquisa, mas uma pessoa de coração enorme, divertida, inteligente, que é um referencial em profissionalismo e que contribui para o crescimento de cada um dos seus alunos. Muita gratidão a tudo que você fez por mim, obrigada!

Não poderia deixar de agradecer àquela que sempre foi mais que uma professora, mas uma amiga, Cintya Chaves, que esteve junto comigo desde a escrita do projeto, que vibrou quando fui aprovada, que está sempre disponível quando preciso. Vou ser eternamente grata a tudo que fez e faz por mim, obrigada por ser tão presente mesmo com a distância.

Agradeço, ainda, às pessoas que me ajudaram de inúmeras maneiras nesse processo de construção. À Aline, minha companheira desde a faculdade, que sorte ter você nesse caminho. À Tasso, que conheci através do grupo de gênero, que me ajudou sempre que precisei. À minha turma como um todo, embora sem nos cruzarmos pela universidade por estarmos numa pandemia, agradeço pelas partilhas que tivemos.

Agradeço à minha família que sempre esteve comigo, sendo meu suporte, me ajudando a seguir em frente mesmo diante das dificuldades.

Agradeço à Mantyni Camilo por sempre estar comigo nos momentos difíceis, por ter sido companheiro e amigo durante essa fase.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, que foi de suma importância nesse processo de pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho buscou construir uma história das memórias sobre a experiência da prisão de mulheres, a partir da compreensão de que no âmbito da historiografia e da memorialística houve um privilégio acerca dessas narrativas para abordar a ditadura civil-militar ocorrida no território brasileiro, nos anos de 1964-85. Objetivamos analisar a transformação da produção e dos usos das memórias dessas ex-presas políticas, numa análise dos primeiros anos da retomada democrática, passando pela constituição de políticas de justiça de transição, até a realização dos trabalhos e a divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade em 2014. Selecionamos como fontes de análise, o filme documentário *Que bom te ver viva* (1989) de Lúcia Murat e o livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada* (1998) de Luiz Maklouf, por terem utilizado de forma mais específica a narrativa de mulheres que foram presas. Essa seleção ocorreu a partir dos testemunhos de ex-presas políticas produzidas pela CNV, que também fazem parte das fontes analisadas, que funcionou entre os anos de 2012 a 2014. Para entendermos como essas mulheres elaboraram essas narrativas em períodos distintos, entre as décadas de 1980-90 e, posteriormente, através de uma iniciativa do Estado, como foi o caso da Comissão da Verdade. A CNV teve como objetivo averiguar as violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946-1988. Foi um instrumento utilizado para construir um acervo documental que contribuísse em trazer a “verdade histórica” sobre os fatos e impedisse que um regime autoritário tornasse a ser implementado no Brasil. O uso do testemunho como forma de produzir as narrativas de militantes/familiares/militares fez parte da metodologia adotada, havendo uma definição específica de sujeitos considerados pela Comissão como ‘vítimas civis’. Desse modo, pretendemos analisar como essa memória foi produzida e transformada por essas presas políticas em diferentes conjunturas políticas.

Palavras-chave: Testemunho; memória; verdade; justiça.

ABSTRACT

This study sought to construct a history of memories about the experience of women's imprisonment, based on the understanding that in the scope of historiography and memoirs, there was a privilege regarding these narratives to address the civil-military dictatorship in Brazilian territory in 1964-85. We aim to analyze the transformation of the production and uses of the memories of these former political prisoners, in an analysis of the first years of democratic recovery, passing through the creation of transitional justice policies, until the work was carried out and the report of the National Truth Commission was released in 2014. We selected as sources of analysis the documentary *Que bom te ver viva* (1989) by Lúcia Murat and the book report *Mulheres que foram à luta armada* (1998) by Luiz Maklouf for having used more specifically the narrative of women who were arrested. This selection took place based on the testimonies of former political prisoners produced by the CNV, which are also part of the sources analyzed, which operated between 2012 and 2014. To understand how these women created these narratives in different periods, between the 1980s and 90s and, later, through a State initiative such as the Truth Commission. The CNV aimed to investigate Human Rights violations committed 1946-1988, by the Brazilian State. It was an instrument used to build a documentary collection that contributed to bringing the “historical truth” about the facts and prevented an authoritarian regime from being implemented in Brazil again. The use of testimony as a way of producing the narratives of militants, family members and military personnel was part of the methodology adopted, with a specific definition of subjects considered by the Commission as 'civilian victims'. In this way, we intend to analyze how this memory was produced and transformed by these political prisoners in different political situations.

Keywords: Testimony. Memory. True. Justice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APDH	Asamblea Permanente por los Derechos Humanos
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CNVR	Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación
CONADEP	Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CFMDP	Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos
GTNM	Grupos de Tortura Nunca Mais
JUC	Juventude Universitária Católica
MEDH	Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos
MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
LADH	Liga Argentina por los Derechos del Hombre
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PSD	Partido Social Democrático
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	TESTEMUNHO, JUSTIÇA E PRODUÇÃO DA VÍTIMA: MEMÓRIAS DE MULHERES NO FINAL DA DITADURA BRASILEIRA.....	21
2.1	Punir ou conhecer o passado? A construção da memória ditatorial no Cone Sul	21
2.2	Memória e testemunho: construindo a verdade.....	33
2.3	Mulheres testemunhando sobre a ditadura: o gênero em perspectiva na década de 1980.....	42
3.0	DO CINEMA AO LIVRO REPORTAGEM: OS TESTEMUNHOS DE PRESAS POLÍTICAS ANTES DA CNV (1989-1998)	51
3.1	As mulheres na produção da memória da prisão no pós- ditadura.....	51
3.2	A trajetória das presas políticas: entre origem, laços familiares e militância.....	54
3.3	O testemunho da prisão em <i>Que bom te ver viva</i>: entre memória e ficção, a ruptura do silêncio (1989)	63
3.4	Prisão e testemunho no livro reportagem <i>Mulheres que foram à luta armada</i> (1998)	75
4.0	OS TESTEMUNHOS DE PRESAS POLÍTICAS À CNV: A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL (2014)	83
4.1	A Comissão Nacional da Verdade e a produção dos testemunhos.....	83
4.1.1	A emergência dos novos sujeitos na Comissão da Verdade.....	88
4.2	Presas políticas como vítimas civis.....	95
4.3	O testemunho sobre a prisão na CNV.....	102
5.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	118
	ANEXOS.....	124

1 INTRODUÇÃO

Na escrita dessa pesquisa tivemos como objetivo construir uma história da memória de oito mulheres que vivenciaram a experiência da prisão durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), utilizando como fonte os testemunhos produzidos por essas mulheres¹ em diferentes espaços e temporalidades. Essa inquietação surgiu a partir da análise dos testemunhos produzidos pela CNV², a qual estudaremos ao longo do trabalho, produzidos entre os anos de 2012 a 2014, quando funcionou.

Os testemunhos da CNV foram produzidos em ocasiões distintas, alguns em audiências nas sedes da comissão e outros nas próprias residências dos depoentes. De acordo com os temas que fossem pautas de discussão, como guerrilha, exílio, Araguaia, havia a presença de mais de um depoente, pois, quando haviam interesses próximos mais de uma pessoa era ouvida em uma mesma audiência, diferentemente dos testemunhos produzidos nas residências, que contavam apenas com dois ou três funcionários da comissão que iriam gravar essas narrativas, tendo em alguns casos a presença de familiares, como filhos, irmãos, que acabavam também se envolvendo e contribuindo com a construção dos testemunhos.

A CNV elaborou uma categorização dos depoimentos de vítimas civis, vítimas militares, de familiares de vítimas, de testemunhas e especialistas. Houve um trabalho intenso na produção desses testemunhos, demonstrando a importância dada pela comissão para os mesmos. No que cerne a categoria de vítimas civis selecionada nesta pesquisa, foram ouvidas em 2012, 6 homens, em 2013, 57 homens e 34 mulheres, e em 2014, 62 homens e 85 mulheres, contabilizando um total de 244 vítimas civis, segundo a comissão.

Através das pesquisas feitas sobre esse período do pós-ditadura, compreendemos através da historiografia que houve um privilégio pelas narrativas das experiências masculinas, pois, do ponto de vista político as ações desempenhadas por homens teriam tido maiores repercussões na mídia no período ditatorial, assim como no momento da redemocratização. Os papéis definidos dentro de uma perspectiva de gênero, em que cabe à mulher o espaço privado e ao homem, o público, também pode ser tomado como um elemento importante para que as

¹ Destacamos que essa seleção fora um recorte dentre outras inúmeras narrativas de diversas outras mulheres

² A Comissão Nacional da Verdade foi criada no governo de Dilma Rousseff, virando lei em 2011 e sendo posta em prática em 2012. Foram selecionados membros que dirigiram os trabalhos, além da sua divisão em grupos de trabalho, fazendo alusão a outras comissões já criadas na América Latina, discussão que trazemos no capítulo inicial da pesquisa, a mesma buscou produzir uma memória oficial através dos testemunhos produzidos por aqueles que militaram durante a ditadura.

narrativas sobre a experiência da ditadura, especialmente da prisão, colocassem o gênero masculino em um lugar de privilégio nessa análise.

Ao analisar os testemunhos da CNV, especificamente das mulheres que tiveram sua trajetória marcada pela prisão, compreendemos que suas narrativas eram construídas também por meio dos interesses da própria Comissão, e que alguns assuntos eram privilegiados, como a experiência da prisão, as violações que sofreram, num objetivo de reafirmar a ideia de vítima que o Estado buscava construir, naquele momento, através da CNV. Devemos entender que na sua construção, a CNV cumpria um papel de produzir uma história oficial sobre os fatos que ocorreram no período ditatorial, nesse momento, pautado num discurso de que as vítimas³ é quem deveriam fazê-lo, pois o testemunho tornaria legítimo essa experiência.

Isso emergiu em meio às demandas dos próprios grupos sociais⁴ de direitos humanos, que passaram a cobrar essa posição do Estado desde o final da ditadura, mas que só se concretizou, e ainda com muitas ressalvas, quase trinta anos após o fim do regime ditatorial com a criação da Comissão. Ainda na tentativa de justificar nossas escolhas, podemos perceber nesses testemunhos da CNV, na qual exploraremos no capítulo quatro, que houve em alguns momentos o fortalecimento de discursos por parte dos integrantes da Comissão, que produziam esses testemunhos como o reconhecimento de que as violências sofridas pelas mulheres foram tão severas quanto as vivenciadas pelos homens.

Essa discussão suscitou o desejo de entender como essa memória fora construída em outros momentos, especialmente, no processo de redemocratização, em meio a ideia de que a experiência das mulheres não teve a mesma relevância para a militância, ou ainda que uma violência de cunho psicológico e/ou sexual também não tinham a mesma importância que as violências físicas como pau de arara, choques, dentre outras, que atingiram uma quantidade maior de presos homens, seriam violências mais praticadas a estes sujeitos, e teriam, portanto, uma visibilidade maior ao serem narradas.

As ocorrências sobre a forma como a Comissão estava buscando trazer essa história oficial, usando do testemunho, atribuindo a concepção de vítima para as mulheres, induzindo que as mesmas compreendessem a importância dessas suas ações sob o viés de gênero, foram elementos importantes que suscitaram nossa aspiração nessa temática. Entendemos a

³ Embora a CNV colocasse essas mulheres nesse lugar de vítima, devemos entender que não é uma dimensão do vitimismo que essas mulheres reivindicavam, mas do reconhecimento da experiência a qual estas e outras mulheres vivenciaram durante a ditadura.

⁴ Podemos elencar CFMDP/GTNM que foram organismos não-governamentais que se preocuparam em arquivar documentos para que não se perdessem ao longo do tempo, mas que veremos com maior profundidade no segundo capítulo da pesquisa.

importância de analisar como isso foi sendo construído, como essas mulheres trouxeram essas memórias em outros momentos, quais os interesses daqueles que os produziram.

É importante compreender que acontecimentos ocorridos em regimes autoritários exigem, segundo Bauer (2017), uma agilidade temporal, visto que é nesse distanciamento dos fatos que se construiu a memória e se estruturou como o Estado lidou com a noção de verdade e justiça acerca das violações de direitos humanos cometidas no passado. Na experiência pós-ditadura brasileira, o processo de transição foi marcado pela impunidade e silenciamento.

Essa discussão trazida por Bauer (2017) nos ajudou a compreender o papel que essas produções assumiram no período da redemocratização, pois embora o Estado criasse uma política de silenciamento, grupos sociais buscavam meios de construir uma memória sobre a ditadura a partir do olhar daquele que vivenciou a militância, que passou pela repressão do Estado nos ambientes prisionais. Podemos perceber que houve uma relação entre o desejo de se produzir obras sobre a ditadura e a forma em como o Estado estava construindo essa memória, enquanto um queria calar, outros buscavam gritar e precisavam fazê-lo de alguma maneira, o testemunho se tornou esse meio de colocar para fora o que se podia esquecer.

Buscamos pesquisar outras fontes que trabalhassem com a dimensão da prisão, a partir da perspectiva feminina, durante os anos de 1980-90, para compreender como naquele momento essas mulheres produziram esses testemunhos sobre suas vivências da ditadura. Ao buscar por produções que tiveram esses objetivos como elementos fundantes do trabalho, nos deparamos com duas obras que tiveram além disso, bastante repercussão na mídia e foram inovadoras nesse processo de trazer essa narrativa testemunhal de mulheres, sendo estes o filme-documentário *Que bom te ver viva* (1989)⁵ e o livro-reportagem *Mulheres que foram à luta armada* (1998)⁶.

Ressaltamos que as obras utilizadas como fonte nessa pesquisa são diferentes, tanto no modo com que foram produzidas quanto no período lançado, portanto necessitam que as análises sejam distintas, pois isso influenciou diretamente nas narrativas produzidas. Destacamos ainda que nossa análise sobre essas fontes ocorreu no campo das repercussões, pois fizemos uma análise de como essas obras impactam no momento em que foram lançadas, visto

⁵ Documentário lançado em 1989 e produzido pela cineasta Lúcia Murat, traz relatos de sobreviventes das práticas de torturas submetidas pela repressão. Foram selecionadas oito mulheres que compuseram o documentário, mostrando seu cotidiano e aqueles que eram próximos, como amigos e familiares, no objetivo de tentar mostrar a vida cotidiana dessas sujeitas, refletindo sobre como essas memórias foram gestadas por essas mulheres passado somente quatro anos desde o fim do regime ditatorial (ROCHA, 2017).

⁶ Escrito e publicado em 1998 pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, ex-militante de esquerda entre 1978-83, o trabalho traz entrevistas com mulheres que participaram da luta armada, abordando alguns acontecimentos que ganharam maior repercussão na mídia durante a ditadura.

que houveram, especialmente por parte da imprensa, uma discussão sobre a relevância em torno dessas produções, em um momento ainda tão próximo da ditadura, que acabara tão recentemente. Assim, analisamos os recortes das narrativas selecionadas para se fazer presente no filme-documentário e no livro-reportagem pela diretora e o jornalista, respectivamente, entendendo que essas seleções estão perpassadas pelos interesses dos seus autores.

O filme-documentário fez uso de recorte dos testemunhos de mulheres que foram presas, também mostrou cenas de como essas mulheres estavam seguindo sua vida após essa experiência violenta da prisão. Evidenciou as narrativas e contribuiu para que entendêssemos a memória que foi construída sobre essas vivências, a pluralidade na forma e como foram afetadas, como cada mulher percebeu essa experiência em um momento que próprio Estado ainda não as reconhecia como vítimas dessa violência.

Uma fonte que trouxe um apanhado de emoções nas narrativas, que mostrou a dificuldade de narrar sobre essa experiência, e sobretudo, nos permitiu perceber como a memória da prisão, das violências sofridas foram rememoradas. Isso possibilitou o entendimento de que havia diferenças e também semelhanças em como isso se apresentou no documentário e posteriormente na CNV, o tempo transcorrido entre estas narrativas, o contexto de produção e a forma como foram produzidas são elementos que demarcam essas diferenças e que foram importantes para entendermos como a memória foi construída por essas mulheres.

O fato de além de ler, mas ver através das imagens as feições e a voz, contribuiu para que o telespectador conseguisse observar elementos que os testemunhos escritos, como os da CNV, não conseguem demonstrar dessa maneira, mas apresentam de outras formas. Portanto, o próprio método dessa produção permitiu outras interpretações das demais fontes analisadas.

No que cerne ao livro-reportagem, o mesmo se deteve ao uso de entrevistas, empregando uma outra metodologia de produção, que como analisaremos nos próximos capítulos, pode ter contribuído para que essas mulheres narrassem sobre essas experiências de uma forma mais detalhada do que podemos perceber no documentário. Embora não sejam as mesmas mulheres que ocupam esses dois espaços memorialísticos, a exceção de uma única testemunha, buscamos entender como esse grupo de mulheres que narrou para a CNV e que também testemunharam nestes demais espaços de memórias, trouxeram a produção da memória sobre a experiência da prisão, entendendo que cada contexto e o modo como foi produzido teve influência direta nessas narrativas.

Ao longo da pesquisa, fizemos uma análise de como essa narrativa se deu nesses momentos diversos, como foi produzida essa memória no documentário, no livro e enfim pela

CNV. Tentamos compreender como essas demandas presentes nos anos de 2012-2014 se relacionou com a falta de políticas de Estado, até aquele momento, para produzir essa memória oficial e reconhecer o que foi feito durante a ditadura a essas vítimas, como denominou a Comissão.

Essa pesquisa partiu dos questionamentos sobre como as experiências dessas mulheres foram narradas pela historiografia, entendendo que existiam justificativas para que se privilegiasse uma narrativa masculina, e ainda como essa exaltação de uma narrativa também intimidou ou não deixou espaço suficiente para que as mulheres percebessem a importância de contar sobre suas experiências.

Foi necessário que fizéssemos uma análise do contexto de como a CNV foi criada, entendendo que isso estava ligado à compreensão do processo de produção da memória sobre a ditadura. Os governos que assumiram o poder durante a transição para a democracia no Brasil não construíram uma política de memória sobre essas violações e não gestaram as narrativas sobre o período, fazendo com que memórias e demandas por justiça continuassem presentes. Trabalhar com comissões da verdade é discutir essa relação insistente de passado e presente.

Os rumos que propiciaram a criação da CNV no Brasil se iniciaram em 2008 ainda sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando ocorreu em Brasília a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos que tinha o lema “Democracia, desenvolvimento e direitos humanos: superando as desigualdades”, gerando o PNDH-3 que incluiu a diretriz sobre Memória e Verdade, estabelecendo a necessidade de se criar a CNV (SEIXAS; SOUSA, 2015). Através da responsabilização atribuída pela Corte Interamericana de Direitos Humanos⁷ sobre o Estado brasileiro pelo desaparecimento de setenta pessoas, entre estes camponeses e guerrilheiros do Araguaia, é que se fortaleceu a pressão para criar a Comissão. Naquele mesmo ano, o projeto foi apresentado ao Congresso Nacional vindo a ser aprovado somente em novembro de 2011, já no governo de Dilma Rousseff, transformando-se na Lei nº 12.528.

A CNV foi criada com o objetivo de “apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988” e para isso foi estabelecido a composição de seus membros⁸. O processo de criação da Comissão foi marcado

⁷ Instituição judicial autônoma que objetiva aplicar a convenção americana, sendo está um acordo internacional que prevê direitos e liberdade que devem ser seguidos pelos países que fazem parte, tendo a corte a função consultiva e a de aplicar medidas provisórias, usam assim dessas prerrogativas para exigir com maior ênfase a criação de uma comissão da verdade.

⁸ Foram oito, no total, os membros que integraram e coordenaram a CNV nos seus anos de funcionamento: Cláudio Lemos Fonteles, foi procurador geral no governo Lula e coordenou a CNV alguns meses de 2012 e 2013; Gilson Dipp vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, primeiro coordenador da Comissão nos meses de maio a setembro de 2012; José Carlos Dias ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso, atuou como

por uma discussão que envolveu de forma direta a Lei da Anistia de 1979, visto que a mesma impediu que houvesse punições aos agentes militares que violaram os direitos humanos durante o regime.

Segundo o texto da referida lei,

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (BRASIL, 1979).

O conjunto documental se encontra disponível no seu site⁹ e mostrou uma extensa produção de material entre os anos de 2012 a 2014. Nesse arquivo produzido pela CNV, destacamos a produção de testemunhos através de sessões de depoimentos realizados com pessoas atingidas de diferentes maneiras pela ditadura, um traço comum a outras comissões da verdade realizadas pós-períodos autoritários e guerras.

No processo de justiça de transição¹⁰, as comissões da verdade surgiram como um artifício que não punia penalmente os perpetradores das violações dos direitos humanos, mas também não ignorava o sofrimento vivenciado pelas vítimas, sendo um meio que embora não tenha possuído poder penal, ofereceu a possibilidade de criar um testemunho ‘verdadeiro’ a partir de uma perspectiva de relato oficial (BEVERNAGE, 2018). A vítima assumiu um lugar importante nesse processo, pois evidenciou uma demanda por parte desse grupo para que as políticas de silenciamento fossem interrompidas. O Estado não garantiu com essas comissões que se culpabilizassem os torturadores, mas trouxe para essas vítimas a ideia de que se estava rompendo com esse modo silencioso de lidar com o passado autoritário.

advogado em defesa de presos políticos no regime ditatorial, coordenando entre agosto a novembro de 2013; José Paulo Cavalcanti Filho já trabalhou no Ministério da Justiça com José Sarney; Maria Rita Kehl psicanalista, colaborava com um jornal alternativo na época do regime; Paulo Sérgio Pinheiro foi secretário de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique e participou do processo de criação do projeto da CNV a pedido de Luís Inácio Lula da Silva, sendo o terceiro coordenador; Pedro Dallari, foi vereador e deputado de São Paulo; Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada e professora, coordenou a CNV entre maio a agosto de 2013.

⁹ Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

¹⁰ Essa concepção está diretamente ligada ao momento posterior à regimes ditatoriais, e mais especificamente ao modo de lidar com essa passagem, portanto, justiça de transição pode ser entendida como uma forma de buscar a punição daqueles que violaram os direitos humanos, construir uma noção de verdade sobre esse passado, fornecer reparos para os que são considerados vítimas, modificar a estrutura que um dia tornou propícia essas violações, e ainda, tentar reconciliar esse passado com o presente (TEÓFILO, 2021).

Vecchioli (2021) apontou que as iniciativas de memória foram utilizadas para homenagear as vítimas com o objetivo de tornar essas narrativas públicas, especialmente para as futuras gerações. Pretendeu-se que através da reflexão sobre esses acontecimentos a sociedade criasse mecanismos para impedir que algo de natureza semelhante tornasse a acontecer. Essa produção de memória trouxe para a vítima o protagonismo e pôde criar uma narrativa alternativa em relação a outras ideias baseadas na figura de mártir ou herói, quando se reconheceram dimensões de sofrimento e dano. Criou-se também a necessidade da reparação, fazendo com que essas pessoas tenham se tornado um grupo homogeneizado dentro dessa categoria de análise.

Ainda que não seja somente essas ex-presas políticas reconhecidas como vítimas pela CNV, visto que não são todas as testemunhas classificadas como vítimas civis que vivenciaram o cárcere, entendemos pelos elementos discutidos até o momento, os sujeitos encarcerados se tornaram privilegiados nessa produção memorialística, incluindo a memória oficial como produto de demandas por justiça.

Assman (2011) nos ajudou a entender que tanto os trabalhos da CNV como o filme-documentário e o livro escolhidos para esta pesquisa não são recordações espontâneas, mas inscreveram-se no âmbito de políticas de recordação e esquecimento. Lidar ou manejar essa memória é mais complexo quando esta alcançou o ambiente público, especialmente se for para atender a objetivos de interiorização no tecido social, como é o caso da CNV que buscou elaborar uma memória que viesse a impedir o retorno de um regime autoritário no Brasil.

A memória cultural também deve ser analisada levando-se em consideração a especificidade das mídias nas quais é veiculada e propagada, sendo necessário entender as seleções do que se escolheu para ser recordado e os usos políticos dessas recordações (ASSMAN, 2011).

Tivemos que elaborar uma metodologia para essa pesquisa que conseguisse contemplar os objetivos de entender a construção dessas memórias nos espaços memorialísticos citados. Foi necessário entender no que se constituiu a produção da memória, para isso fizemos uso do trabalho de CATROGA (2015) que discute como conceituar memória, e como devemos percebê-la a partir de uma dimensão individual e coletiva.

Essa concepção não está distante do conceito de testemunho que também nos debruçamos com Sarlo (2007). Esse é um elemento construtor dessa pesquisa, pois é através do testemunho que compreendemos como a memória foi produzida. Precisávamos entender de que maneira seria possível analisar, quais questões deveríamos nos concentrar, para não incorrer

em uma análise naturalizada, mas que houvesse suporte para compreender esses testemunhos através de uma criticidade necessária ao fazer histórico.

Tanto a memória quanto o testemunho representam um centro metodológico de nossa pesquisa, que a partir deles, vão se desenvolvendo e necessitando de outros apoios. Assim é o caso da análise da categoria de gênero, pois, percebemos que existiu uma relação em como as mulheres enxergam suas experiências em comparação aos homens.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (SCOTT. 1995, p.73).

Essa discussão orientou para que não naturalizássemos certas condutas impostas a esses corpos. Entender como essas construções sociais diferenciavam a experiência do cárcere é relevante para percebermos as singularidades vivenciadas por estas mulheres, como as mesmas narram essas ações e como estas foram selecionadas e utilizadas politicamente no âmbito do relatório da CNV marcando diferenças e/ou continuidades em relação a outros períodos e formas de construção da memória das presas políticas.

Para Contreiras (2018), houve uma diferença explícita quando mulheres foram tomadas pela repressão, além de serem opositoras do Estado, se disseminou dentro desses espaços ações ensejadas pela sua condição enquanto mulher. Fazer essa análise é de suma importância, sendo através da narrativa sobre como esses corpos foram atravessados por esse sistema repressivo que podemos entender o processo de construção da vítima.

Franco (2017) e Teófilo (2021) foram pesquisadores importantes para refletirmos sobre como ocorreu a justiça de transição no Brasil, qual seu significado e a partir de que ações podemos evidenciar que se iniciou uma justiça de transição, entendendo que isso se dá através de uma perspectiva estatal. Entender essa justiça de transição foi fundamental para analisarmos as próprias políticas de silenciamento, esquecimento e como se pôde criar meios para uma transição nesse contexto, como essa postura do Estado esteve presente nessas narrativas.

Para proceder a esse trabalho, analisamos os documentos produzidos no âmbito da CNV, especialmente seu relatório final apresentado no ano de 2014¹¹. O trabalho de Vieira

¹¹ Ao final dos trabalhos, em dezembro de 2014, é entregue ao Congresso Nacional os resultados de todo esse período de pesquisa, um relatório final que foi dividido em três volumes, sendo o primeiro mais dedicado a abordar a criação da CNV e sua organização, abordagem do contexto histórico do período de 1946 a 1988, e os métodos

Duque (2018) *Gênero e justiça de transição no Brasil: a construção da figura da “vítima” no relatório final da Comissão Nacional da Verdade* nos auxiliou a analisar como seria possível entender a produção da vítima através do relatório final da CNV.

Utilizamos os jornais *O correio brasiliense*, *Folha de São Paulo* para entendermos o processo de criação da comissão e seus embates políticos e usamos o *Jornal do Brasil*, *O Fluminense*, *Tribuna da imprensa* para compreender a repercussão do documentário e do livro quando foram lançados. Esses jornais apresentaram informações importantes para entendermos como a imprensa também contribuiu para a construção dessa memória através da maneira que divulgavam as informações para seus públicos, discussão que aprofundaremos nos próximos capítulos.

Visando alcançar os objetivos delimitados pela pesquisa organizamos a dissertação em três capítulos. O capítulo inicial, intitulado *Testemunho, justiça e produção da vítima: memórias de mulheres no final da ditadura brasileira*, abordou algumas questões importantes. No primeiro tópico *Punir ou conhecer o passado? A construção da memória traumática*, buscamos entender a produção da memória traumática em outros países que vivenciaram ditaduras, como Argentina e Chile, evidenciando os contextos, a criação de comissões da verdade nesses países, comparando à realidade brasileira.

Apontamos ainda a Lei da Anistia criada no Brasil em 1979 como um marco importante para entender as políticas de silenciamento e esquecimento adotadas pelo Estado brasileiro na produção de uma política de memória sobre o passado ditatorial. No segundo tópico *Memória e testemunho: construindo a verdade*, elaboramos uma discussão visando compreender como a dimensão do testemunho foi criada e o modo como assumiu dentro dessas narrativas traumáticas um sinônimo de verdade, algo que antes da Segunda Guerra Mundial seria impensável, pois se valorizava os fatos documentados e não as narrativas dos sujeitos. Por fim, o capítulo se encerra com *Mulheres testemunhando sobre a ditadura: o gênero em perspectiva na década de 1980*, compreendendo a importância de destacar a presença das mulheres nessas narrativas, já que foram nosso objeto de estudo, fizemos uma relação com algumas obras produzidas na década de 1980 para refletirmos sobre a presença dessas sujeitas

de violação dos direitos humanos e suas vítimas. O segundo volume, dividido em temáticas mais específicas, trabalhou a violação dos direitos de militares, trabalhadores, camponeses, igrejas cristãs, indígenas, universidade, homossexuais e a sociedade civil.

Por fim, o último volume se deteve a abordar os mortos e desaparecidos políticos, fazendo um apanhado de todos aqueles que foram identificados nessas condições. Os volumes, além de trazer dados que comprovem as graves violações dos direitos humanos, também tecem análises e opiniões sobre o que está sendo discutido. O Volume I fora o mais utilizado na presente pesquisa, visto que é importante perceber como a comissão tratou dos assuntos acima mencionados, e no que cerne a criação, notamos que há uma tentativa de justificar as limitações na qual a CNV esteve imersa, especialmente pelo fato da Lei da Anistia não ter sido revista durante esse processo.

nesse processo de luta contra a ditadura, especialmente no processo de redemocratização, destacando os trabalhos *Memórias das mulheres no exílio* e *Brasil: nunca mais*.

No capítulo seguinte, *Do cinema ao livro reportagem: os testemunhos de presas políticas antes da CNV (1989-1998)*, nos incumbimos de apresentar de forma mais circunstanciada as mulheres selecionadas, inicialmente fazendo uma breve discussão sobre como as mesmas foram apresentadas nessa produção da memória no tópico *As mulheres na produção da memória da prisão no pós-ditadura*. No tópico seguinte, *A trajetória das presas políticas: entre origem, laços familiares e militância*, fizemos uso da prosopografia como metodologia para entender as semelhanças para além do fato de terem sido presas políticas. Destacamos questões familiares, sociais, econômicas, para mostrar suas vivências, que condições e fatores levaram essas mulheres a entrarem na militância, quais partidos fizeram parte.

Exigiu-se que as conhecêssemos para além da vivência do cárcere. Stone (2011) enfatizou em sua obra e fez uma análise histórica sobre a prosopografia como um meio de entender os grupos que compuseram determinados acontecimentos. Salientou que tanto antes da I Guerra Mundial, quanto depois, os historiadores abdicaram do uso de textos teóricos para se debruçar nas experiências, analisando quem eram os sujeitos que estavam envolvidos (STONE, 2011). Assim como a ascensão do testemunho, é nos anos de 1960 que a prosopografia passou a ser usada como método pelos pesquisadores, muito influenciado pelo que ocorreu entre as duas Guerras Mundiais (STONE, 2011).

O uso desse método analítico foi importante por entendermos que os sujeitos são influenciados por inúmeras questões que também os construiu enquanto indivíduos, a política, religião, economia, o modo de se perceber dentro de uma classe social (STONE, 2011). Esses elementos precisam ser compreendidos porque não são naturais, as relações que estabelecemos formam as nossas convicções e devemos perceber de que modo somos levados a agir de determinadas maneiras dentro da sociedade.

Em seguida, fizemos uma discussão mais detalhada sobre cada uma das produções memorialísticas produzidas antes da CNV, “*O testemunho da prisão em Que bom te ver viva: entre memória e ficção, a ruptura do silêncio (1989)*, no qual buscou-se mostrar o contexto de produção do mesmo e as intenções de sua diretora Lúcia Murat, evidenciando a repercussão na época em que fora lançado, destacando para o fato de ser o ano da primeira eleição direta depois do fim da ditadura.

Destacou-se as narrativas produzidas no filme sobre a experiência da prisão, fazendo uma análise de como essa memória foi construída em 1989. No último tópico, *Prisão*

e testemunho no livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada (1998)*, analisou-se o livro *Mulheres que foram à luta armada*, trazendo as narrativas que Maklouf selecionou para compor sua obra, nos debruçamos especificamente sobre o que essas mulheres narram acerca da prisão, tentando compreender quais são as diferenças existentes na produção dessa memória nos dois espaços memorialísticos.

No último capítulo, *Os testemunhos de presas políticas à CNV: a produção da memória oficial (2012-2014)*, analisamos a formação da CNV e a construção de seus sentidos, além da escolha do testemunho como forma de reconstrução do passado ditatorial e a sua relação com a construção histórica. O primeiro tópico *A Comissão Nacional da Verdade e a produção dos testemunhos*, nos debruçamos sobre o volume I do relatório da CNV, produzido ao final de 2014, pois mostrou como a Comissão foi arquitetada, posta em prática, bem como os resultados obtidos de todo o trabalho desempenhado.

Podemos perceber as escolhas na produção de memórias através de uma série de apreciações que a Comissão tem de si própria e expôs no relatório, além da forma como enxergou os resultados alcançados. Identificamos que a CNV também pretendeu reconhecer as violações contra grupos historicamente silenciados no enfrentamento à repressão ditatorial, como mulheres, indígenas e homossexuais.

No tópico seguinte, *Presas políticas como vítimas civis*, analisamos como se construiu essa dimensão da vítima no campo da memória e como a CNV se apropriou dessa categoria de vítima para conduzir e alcançar os objetivos traçados em sua criação, que seria de trazer uma verdade histórica através dos testemunhos desses sujeitos. Para concluir o capítulo, no tópico final, *O testemunho sobre a prisão na CNV*, evidenciamos as narrativas produzidas por essas mulheres sobre a experiência da prisão fornecidas a CNV, buscando compreender como esses testemunhos foram produzidos muitos anos depois do final da ditadura e analisando quais diferenças e semelhanças pode-se evidenciar acerca do que foi narrado por essas mesmas mulheres nos anos de 1980-90. Produzimos uma história da memória ao tentar perceber a sua produção em tempos espaciais e temporais diferentes.

2 TESTEMUNHO, JUSTIÇA E PRODUÇÃO DA VÍTIMA: MEMÓRIAS DE MULHERES NO FINAL DA DITADURA BRASILEIRA

2.1 Punir ou conhecer o passado? A construção da memória ditatorial no Cone Sul

Refletir como os processos históricos que se situam em contextos de ditaduras civis-militares no Cone Sul¹² e como o Estado e a sociedade lidam com essa memória,¹³ é buscar compreender como esse passado ainda se faz presente. Vários países vivenciaram, quase concomitantemente, experiências de regimes autoritários entre os anos 1960 e 1980.

Na Argentina, os anos de 1976-1983 marcaram o período em que militares exerceram o poder a partir de um golpe, que ficou conhecido pelos desaparecimentos forçados, seguidos de eliminação dos opositores. Estima-se que os desaparecidos sejam em torno de 30 mil, segundo entidades de direitos humanos.

Desse modo, no mesmo ano que findaria a ditadura argentina, se iniciava uma movimentação por parte da imprensa em tentar denunciar os crimes cometidos pelos militares, divulgando exumações de desconhecidos, publicando denúncias de familiares, grupos de direitos humanos que eram formados especialmente por familiares, além de confissões dos próprios torturadores (CRENZEL, 2008).

Em contrapartida, as Forças Armadas lançavam discursos de que estavam lutando pelo Estado, contra a subversão e o terrorismo, numa tentativa de justificar suas ações. Contudo, os organismos de Direitos Humanos se articulavam para combater essas tentativas, elaborando um trabalho para angariar informações sobre os desaparecidos¹⁴ (CRENZEL, 2008).

Diante das movimentações de ambas as partes, um elemento que ganhou proporções relevantes foi a Lei nº 22.924 de *Pacificación Nacional* de 1983, que extinguiu as ações penais voltadas para investigar militares que teriam cometido crimes para conter o terrorismo e a subversão. Todavia, a lei foi revogada quando o primeiro presidente sob regime

¹² Região localizada no sul do continente que abrange países como Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru.

¹³ A memória individual é marcada por conflitos, e não transmite somente a memória daquele que fala, visto que está sujeito à intervenção daqueles que estão ao seu redor, e, portanto, se encontrando em constante transformação, influenciado pelo passado e presente que também se modificam (CATROGA, 2001). O autor nos ajuda a entender a memória como um processo que também carrega uma dimensão coletiva, e especialmente, que está sendo mudada também pelos interesses dos que narram a partir do presente.

¹⁴ As mães e as avós da plaza de mayo exerceram influência nesse processo criando organizações por volta de 1977, sendo estas em sua maioria mães que tiveram seus filhos sequestrados pelos militares. Faziam rondas na plaza de mayo para obter informações do paradeiro de seus filhos e netos nascidos já dentro do cárcere e que não eram entregues às famílias, se mostrando como um símbolo de resistência naquele contexto.

democrático, Raúl Alfonsín assumiu ainda que não tenha conseguido fazer com que estes fossem levados a julgamento, passando a criar leis que interviessem nesse processo.

No Brasil, temos a aprovação da Lei da Anistia de 1979, que anistiava aqueles que no período de 1961 a 1979, tivessem cometido crimes políticos. Mezarobba (2003) apontou que essa já era uma reivindicação emergente logo após o golpe de 1964, sendo organizado em 1967 um manifesto orquestrado por Carlos Lacerda¹⁵, Juscelino Kubitschek¹⁶ e João Goulart¹⁷ pedindo anistia geral, algo estimulado pelo contexto de cassação de direitos políticos, prisões e censura à imprensa que faziam parte daquela realidade brasileira.

Utilizou dos organismos internacionais como a Corte Interamericana de Direitos Humanos para denunciar a tortura como uma política adotada pelo Estado brasileiro, mecanismo que feria diretamente os Direitos Humanos, porém, o regime negava veementemente tais acusações e se recusava a receber qualquer investigação dessa dimensão (MEZAROBBA, 2003). Vários acontecimentos da década de 1970 foram responsáveis por culminar na criação da Lei da Anistia.

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) criado em 1975 e liderado por Terezinha Zerbini, teve importante influência para a criação da Lei da Anistia. Esposa de um general que fora cassado pelo regime, conseguiu juntar inúmeras assinaturas a favor da anistia e fundar núcleos do MFPA em todo o Brasil.

Outro importante acontecimento foram os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog¹⁸ e de Stuart Edgar Angel Jones,¹⁹ então membro da luta armada, assim como a de sua

¹⁵ Jornalista e político, ganhou notoriedade entre as décadas de 1950-1960, e embora tenha sido adepto ao comunismo na sua juventude, se tornou ultraconservador e se filiou a União Democrática Nacional (UDN), foi favorável a atos golpistas que visassem impedir as eleições de 1955 e apoiou o golpe civil-militar de 1964.

¹⁶ Médico e político, se tornou presidente entre 1956-1960, já tendo atuado anteriormente como prefeito e governador, ao lado de João Goulart como vice e apoiado por partidos getulistas, consegue se tornar presidente. Através de um plano econômico que visava o progresso e a industrialização, época que ficou conhecida como “os anos dourados”.

¹⁷ Após a renúncia de Jânio Quadros, se torna presidente do Brasil entre 1961-1964, sendo deposto após a instauração do golpe. Foi presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e havia sido vice-líder na candidatura de Juscelino Kubitschek e novamente com Jânio Quadros. Embora sua nomeação enquanto presidente não tenha animado a ala militar, foi bem aceita pelas camadas populares como a operária, estudantil e sindical, até 1964 quando é obrigado a exilar-se para o Uruguai após a acusação de comunista.

¹⁸ Professor, jornalista e cineasta e nascido na Croácia, se mudou para o Brasil com os seus pais por volta dos seis anos de idade e naturalizou-se brasileiro. Em sua jornada chegou a se mudar para Londres onde teve dois filhos, após retornar para o Brasil passou a trabalhar na revista Visão, e no ano de 1975 passou a dirigir o a TV cultura, sendo nesse mesmo ano preso com acusações de ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo morto sob tortura, embora tenha sido lançado a época dos fatos uma versão de suicídio, que foi descartada pelas circunstâncias e testemunhas.

¹⁹ Criado no Rio de Janeiro, cursou economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Stuart Jones entra na militância através do movimento estudantil do PCB, no qual passou a tomar a frente das ações, inclusive as ações armadas, o que lhe deixou como um alvo em potencial da repressão. Em 1971 é sequestrado pelo regime, se tornando notícia através especialmente de sua mãe, mais conhecida pelo nome Zuzu Angel, que passou a procurar

mãe Zuzu Angel²⁰ que marcaram a sociedade, impulsionando ainda mais a luta pela anistia e retorno da democracia com restabelecimento de direitos (MEZAROBBA, 2003). O ano de 1977 também marcado pelos movimentos estudantis que ocupavam as ruas em prol dos direitos humanos, também se tornaram favoráveis à luta pela anistia. Grupos de diferentes denominações religiosas passaram a ser apoiadores do movimento, demonstrando que se construiu uma pressão por parte da sociedade a favor da criação da lei.

Essas reivindicações permitiram a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro em 1978. Organizado por advogados, amigos e familiares de presos políticos exigiam o perdão para os presos e perseguidos, mas destacam que esse acordo não deveria se estender aos torturadores e demais militares (MEZAROBBA, 2003). Ainda neste ano, ocorreu o I Congresso Nacional pela Anistia em São Paulo, fazendo com que esse assunto se tornasse ainda mais insistente tanto na mídia como nas discussões políticas do Congresso, algo que entrou em conflito com a própria ideia presente naquele momento de uma abertura lenta, gradual e segura para a democracia (GRECO, 2003).

Embora fosse evidente o clamor a favor da criação da lei, somente o presidente poderia outorgá-la, o que não era a vontade do então general Ernesto Geisel, assim como dos superiores oficiais das Forças Armadas, que rejeitavam qualquer menção à elaboração de tal lei. Propunham analisar os casos de forma isolada, para não, segundo estes, beneficiar terroristas e nem aflorar ‘revanchismos’, numa preocupação clara de que isso se voltasse contra os mesmos. Podemos pensar que uma anistia ampla, geral e irrestrita como se pedia, seria afirmar de fato que todas as ações realizadas pelo Estado foram ilegais, algo inconstitucional e assim afirmar a necessidade de punir quem feriu os direitos humanos com morte, perseguição e tortura.

O próprio general João Figueiredo antes de se tornar presidente já alegava que a anistia aos moldes do que se pedia era inviável. A grande imprensa também contribuiu para propagar essa concepção de que seria um erro promover uma anistia ampla, geral e irrestrita (GRECO, 2003).

seu filho de todas as maneiras. Segundo depoimentos, o mesmo foi morto por meio de intensas torturas a qual fora submetido, embora o regime negasse a sua prisão.

²⁰ Dedicada a profissão de costureira, se tornou uma estilista conhecida internacionalmente, no entanto, sua vida mudou completamente quando seu filho Stuart Jones é preso em 1971, passando a buscar incessantemente por informações de seu paradeiro, se deparando com testemunhos que confirmavam sua prisão, tortura e assassinato. Zuzu Angel passou então a denunciar o Estado brasileiro e a forma como seu filho foi assassinado. De 1971 a 1975 a mesma usou dos seus desfiles e seu trabalho para causar repercussão na mídia estrangeira sobre o que ocorria no Brasil, algo que desagradou o governo e a fez passar a ser ameaçada, tendo em 1976 perdido sua vida num grave acidente automobilístico, que posteriormente foi colocado como responsabilidade do Estado.

Em 1979 a luta em prol da anistia se intensificou contando com o 3º Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia ocorrido no Rio de Janeiro, onde se fizeram presentes entidades estudantis, sindicatos, movimentos populares, culturais, feministas, dentre outros. No dia 27 de junho de 1979 João Batista Figueiredo assinou o projeto da anistia que seria posteriormente direcionado ao Congresso Nacional.

Foram excluídos da Lei da Anistia os acusados por terrorismo, assaltos e sequestros, pois estavam fora do que o Estado considerou como crime político, sendo anistiados os que tiveram seus direitos políticos suspensos como os servidores públicos e também os próprios militares (MEZAROBBA, 2003). A parcialidade da lei da anistia gerou insatisfação por parte dos movimentos que exigiam que ela se estendesse a todos que foram alvos do regime ditatorial e criticavam o fato da lei não contemplar a todos os presos, mas estender o perdão aos torturadores pelos seus crimes.

Emendas foram enviadas por parlamentares no intuito de modificar a lei, sendo alguns do próprio partido Arena, demonstrando uma grande insatisfação acerca de como o projeto foi elaborado e assinado pelo então presidente. A delimitação do termo ‘terrorista’ para representar aqueles que não se beneficiaram com a lei era então discutida. A oposição tentava afirmar que as ações do Estado foram mais ‘terroristas’ do que qualquer outra realizada por militantes, e que estes estavam sendo anistiados. Nas sessões que eram acaloradas, situação e oposição discutiam e brigavam, contando ainda com o público que também não deixava de manifestar seus posicionamentos.

Em 28 de agosto de 1979 a Lei da Anistia foi sancionada por Figueiredo com um texto que ainda não atendia às demandas de uma grande parte daqueles que a reivindicaram. Entretanto, foi ainda mais limitada e lenta em cumprir seu papel, tanto no que cerne aos civis como também aos próprios militares. Em 1980 o Brasil ainda libertava o último preso político, e muitos militares ainda não tinham sido reintegrados ao serviço.

A anistia também se mostrou como uma forma de gestar/produzir a memória sobre a ditadura civil-militar, o que evidenciou também os motivos de parte da sociedade, especialmente de militantes e familiares em se posicionar contra um texto que beneficiou torturadores. A experiência brasileira demonstrou que os militares não tiveram que arcar com os crimes cometidos no campo judicial.

No caso da Argentina, através da pressão exercida pelos organismos de Direitos Humanos, pôde-se apresentar resultados diferentes, tendo na década de 2000 conseguido anular leis que estavam protegendo os agentes militares, e antes disso, construído uma postura de memória em relação a esse passado diferente do Brasil. O presidente Raúl Alfonsín também

levantou a questão do não esquecer, porém, entrelaçado com a dimensão do não se vingar, algo que trouxe certo receio por parte dos organismos de Direitos Humanos, fazendo-os exigir que fosse criada uma comissão para investigar os crimes e atribuir responsabilidades (CRENZEL, 2008).

Embora contrário à sua vontade, ainda em dezembro de 1983 é criada a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) que se responsabilizaria por investigar os desaparecidos, tanto militantes como crianças que foram tomadas, receber denúncias e reportá-las a justiça, tudo em um prazo de seis meses. No entanto, sua criação não ocorreu de forma consensual. *Las madres de la Plaza de Mayo*²¹, criticavam o fato de os militares não terem sido obrigados a dar depoimentos e as Forças Armadas viam na Comissão o rechaço de suas ações.

A APDH²² era relutante ao fato da mesma se estender somente aos desaparecidos e que havia certa falta de compromisso com o andamento do processo. Existia, portanto, uma exigência para a criação de uma comissão bicameral formada pelos deputados, na qual traria sanções mais duras para os militares, questão central para que o presidente Alfonsín fosse contra (CRENZEL, 2008). Isso refletiu a preocupação que se tinha em não criar uma indisposição com as Forças Armadas, como também a própria fragilidade da democracia que recém se instaurara.

Mesmo com ressalvas a CONADEP contou com o auxílio da Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos e a Liga Argentina por los Derechos del Hombre, organismos que repassaram as informações que tinham coletado ao longo do regime ditatorial. Através da CONADEP começou a ser revelado o “show del horror”, que retratava exumações ilegais, pessoas sequestradas e torturadas, como também centros que funcionaram clandestinamente.

“La Comisión decidió llamar a la población a aportar denuncias concretas. Procure, decía su convocatória, que “la denuncia contenga *datos objetivos* evitando interpretaciones personales o subjetivas. Eleve, si los tiene, documentos que puedan servir como *pruebas* de su denuncia”” (CRENZEL, 2008, p. 66).

²¹ Uma associação que ficou conhecida por manifestar sua luta contra a ditadura argentina implantada entre 1976-1983. Um dos principais objetivos dessas mães era a busca pelo paradeiro dos seus filhos que haviam desaparecido sob tutela do Estado. Um ato que se iniciou no dia 30 de abril de 1977 na Plaza de Mayo em Buenos Aires e que passou a contar com a presença semanal dessas mulheres na referida praça reivindicando por seus filhos.

²² Associação civil criada em 1975 para tentar combater e se opor à situação de violência e quebra da institucionalidade, fazendo ações como assessoramento jurídico para pessoas que sofreram violações dos direitos humanos, alertando assim a sociedade sobre seus direitos diante do contexto vivenciado.

Os relatos das pessoas que viveram essas situações de arbítrio passaram a se constituir como provas válidas e concretas do que aconteceu, estabelecendo um critério importante no andamento da comissão ao legitimar esses sujeitos como atores e produtores dessa memória. No entanto, diferentemente da vivência brasileira, esse movimento foi também estimulado pela crença dos sobreviventes e familiares de que esses desaparecidos pudessem ainda estar vivos, fazendo com que houvesse uma busca em centros clandestinos e hospitais, para encontrar possíveis presos ilegais.

Por meio desse movimento, houve uma intimação de que agentes envolvidos nos desaparecimentos fossem proibidos de deixar o país, medida que trouxe insatisfação desses sujeitos, mas elegeu cada vez mais o testemunho como artifício central de investigação.

Hasta allí, las críticas dominantes cuestionaron sus limitaciones de origen, la utilidad de su investigación y las relaciones de sus integrantes con la ditadura. Ahora, em cambio, vinculaban a la CONADEP com la subversión e el ánimo de venganza (CRENZEL, 2008, p. 79).

O autor acima citado, enfatizou os ataques que a CONADEP sofreu tanto por parte dos organismos de direitos humanos, quanto da ala militar. Estes setores se tornaram cada vez mais críticos, ao passo desse avanço que a Comissão adquiriu. Isso se intensificou quando ocorreu a exibição em 4 de julho de 1984 de testemunhos que foram gravados e transmitidos no programa “Televisión Abierta”, do jornalista Sérgio Villarroel, no horário das 22:00 às 23:30 horas, sendo considerado um marco de audiência.

Entretanto, essa exibição gerou receio no próprio governo, nas Forças Armadas e também para a Comissão, que se sentiu pressionada diante da repercussão gerada pela divulgação dos testemunhos. Na tentativa de amenizar os impactos, especialmente aos militares, buscaram elaborar um discurso que também não defendesse as práticas ‘subversivas’ dos militantes. Todavia, os resultados foram ainda mais favoráveis para a CONADEP, que passou a exercer maior autonomia no que cerne a lidar com as denúncias e como estas seriam conduzidas.

A discussão se animou quando esse trabalho foi posto no papel. O relatório que ficou conhecido como “Nunca Más” elaborou demandas, sobremaneira dos familiares que exigiam que os nomes dos autores dos crimes fossem divulgados. Pediu-se que fossem suprimidos da publicação e entregues somente ao presidente Alfonsín. Em 20 de setembro de 1984, o presidente recebeu o relatório com a presença de setenta mil pessoas reunidas na Plaza

de Mayo, muitas delas pertencentes a grupos de direitos humanos que se opuseram em grande parte à comissão (CRENZEL, 2008).

A CONADEP conseguiu transformar os desaparecidos em objeto de investigação, juntando provas que demonstraram a participação inegável de inúmeros agentes militares, contribuindo para que a sociedade pudesse conhecer a gravidade do que foi a ditadura argentina, fornecendo veracidade acerca dos fatos, sobretudo através dos testemunhos. Em dezembro de 1985, em resposta às investigações publicadas no *Nunca Más*, cinco agentes estatais foram condenados, porém, um ano depois se aprovou a Ley de Punto Final e a Ley de Obediencia Debida, impossibilitando que mais julgamentos pudessem ocorrer, exceto, no caso específico de sequestros de crianças.

As pressões, demandas e todo o movimento que aconteceu com o trabalho da CONADEP, não foram suficientes para que essa responsabilização se estendesse a todos os envolvidos de forma penal, mas criou uma produção de memória de reconhecimento desses crimes e violações.

Esses processos estavam relacionados à forma em como ocorreu o processo de transição de uma ditadura para um regime democrático, pois se na Argentina isso foi posto como uma ruptura, no Chile, por exemplo, foi algo acordado. O *Informe Rettig*²³, como ficou conhecido o relatório produzido pela comissão chilena e publicado em 1991, também gerou uma comoção naquela sociedade, especialmente, “sobre las víctimas y los victimarios del pasado repressivo (CARROLL HINER, 2009, p. 2).

Essa definição do ser vítima foi importante para percebermos como isso foi delineado nestes países, que identificaram ou estabeleceram esses sujeitos como pertencentes a essa categoria.

Tanto eventos como actores tienen que situarse en un tiempo pretérito para completar la ruptura presentepasado, construida en términos binarios como democracia-dictadura. Esto fue una meta explícita de cada comisión, puesto que buscaron deslegitimar el régimen militar que había cometido las violaciones de los derechos humanos. Postulamos que, en gran parte, esta deslegitimación se construía por sobre la creación de categorías de víctimas y victimarios que apelaban al “sentido común” del público general y a algunos conceptos básicos del movimiento de los derechos humanos pero que evitaban crear mayores problemas políticos para el nuevo gobierno democrático (CARROLL HINER, 2009, p. 3).

²³ Relatório entregue ao final dos nove meses de funcionamento da comissão, constando um trabalho informativo sobre as violações de direitos humanos, bem como os métodos que foram empregados nessas violações, às vítimas e intuições responsáveis, apontando ainda medidas que deveriam ser tomadas para promover essa reconciliação.

O ponto levantado pela historiadora, forneceu uma dimensão crucial para a nossa análise, pois delimitou que identificar a vítima e o que a tornou vítima foi um elemento que caracterizou a passagem para um regime democrático, através do reconhecimento de sua existência.

A Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación do Chile já antecedeu em seu título o objetivo reconciliatório da mesma, mas com o mesmo intuito de informar as violações cometidas, encontrar paradeiros de desaparecidos, fornecer medidas para os crimes e impedir que tornasse a acontecer. Esses pontos são semelhantes aos desenvolvidos pela própria CONADEP, porém, não possuíam a prerrogativa de investigar a tortura em si, partiam do princípio de que as vítimas estavam mortas e são as testemunhas e familiares que iriam produzir essas narrativas (CARROLL HINER, 2009).

A ditadura no Chile se estendeu aos anos de 1973-1990 e a CNVR foi executada entre maio de 1990 a fevereiro de 1991, ou seja, foi criada no processo específico de passagem do regime autoritário para a democracia, como ocorreu na Argentina, mas sem conseguir construir condições para julgar penalmente. Em uma mensagem simbólica televisionada, o então presidente que marcou a retomada do regime democrático, Aylwin Azócar, divulgou os resultados obtidos pela CNVR e pediu perdão às vítimas como representante do Estado chileno (CARROLL HINER, 2009).

Podemos concluir que o Chile lidou com esse passado autoritário de forma mais limitada que a Argentina, o que pode ter gerado nesses grupos mais insatisfações com a falta de uma conduta mais severa em relação aos crimes cometidos por militares.

No Brasil, somente em maio de 2010, último ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi elaborado o projeto de lei visando a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O texto tramitou no Congresso nos meses seguintes, sendo aprovado em outubro de 2011, quando já ocupava a cadeira presidencial, Dilma Rousseff, que mais tarde seria responsável por sancionar a referida lei.

Importante salientarmos que nessa formulação da CNV houve interferência direta por parte da presidenta. Dilma Rousseff teria feito uso de seu poder e nomeado os membros que comporiam a Comissão, embora não tenha havido uma consulta à sociedade ou aos grupos interessados, podemos pensar que a mesma deve ter sido assessorada ou buscado outras orientações, sugestões para que fechassem os nomes dos membros que seriam responsáveis por conduzir a CNV.

Isso foi importante porque havia uma preocupação por parte de familiares/militantes e militares acerca de quem comporia a CNV. De um lado

familiares/militantes não queriam representantes da ala militar e estes também não objetivavam que houvesse participação destes militantes de forma direta na Comissão. A escolha feita somente pela presidenta pôde evidenciar os interesses do próprio Governo, que assim como vimos nas experiências de países vizinhos, buscou criar um caminho que não trouxesse estremecimentos para a democracia que poderiam ser aflorados por embates diretos com as Forças Armadas.

Os periódicos de grande circulação dedicaram cobertura sistemática aos trabalhos da CNV. O processo de instalação, realização dos trabalhos e publicação do relatório final da Comissão foi atravessado por intensos debates entre setores da sociedade, e a imprensa ocupou um lugar importante nesse processo, pois foi palco da disputa de memória sobre o passado ditatorial (PERLATTO, 2019). A grande imprensa²⁴ ofereceu espaço para a propagação de ideias defendendo alguns posicionamentos, almejando interferir em como a discussão desse passado autoritário deveria ser realizado na esfera pública, a forma como os trabalhos ocorreram, o objetivo final da CNV.

O debate sobre o caráter que a CNV deveria ter, a apuração e/ou punição era suscitado pelos jornais. A Folha de S. Paulo²⁵ publicou entrevista com o então ministro da Defesa, Nelson Jobim²⁶, alegando que, “o fato de o Brasil estar isolado na América do Sul, onde outros países julgaram e condenaram torturadores, não o impressionava: “Não deu certo. Você queima uma energia imensa para retaliar o passado. Não adianta nada”. [...]”. (CATANHEDÊ, 2011).

²⁴ Entendemos a grande imprensa por veículos que conseguem alcançar um grande público, possuindo assim uma maior demanda. Esses veículos conseguem se manter ao longo do tempo e continuam por obter crescimentos, como é o caso dos dois jornais em questão, Folha de São Paulo e Correio Brasiliense.

²⁵ A Folha de São Paulo foi criada em 1960 através da junção de outros três jornais que estavam em voga a décadas atrás. É interessante que, em 1976 a mesma passa a publicar em seus editoriais textos de alguns intelectuais que haviam sido perseguidos na ditadura civil-militar, embora a mesma já tenha chamado esse período de “ditabranda” e tenha apoiado o governo militar também por motivos financeiros, se mostrou silenciosa quanto a tecer opiniões sobre o regime. Em 1975, no entanto, há uma mudança editorial, oferecendo espaço para a oposição, contratando jornalistas que inclusive eram contrários ao regime, denunciando acontecimentos como o assassinato do jornalista Wladimir Herzog. (MUNIZ, 1999). Em 1977, a folha tenta se desvincular dessa imagem que fora associada entre ela e o governo militar, especialmente depois da morte do jornalista Vladimir Herzog, desse modo, embora tenha ajudado a efetivar o golpe de 1964 quando apoia a deposição de João Goulart, na década de 1970 o jornal tenta construir uma nova memória em torno da sua trajetória, passando inclusive a sofrer pressão por parte dos militares em torno das colunas que passaram a ser publicadas. Decide-se assim às pressas modificar o alinhamento com o regime e se mostrar opositor ao mesmo, tentando silenciar os apoios que fez emergir tempos atrás (MENESES, 2013).

²⁶ Filiado ao PMDB (RS), ocupou cargos de Deputado Federal, ministro da Justiça, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal e ministro da Defesa, vindo de familiares que já estavam envolvidos na política. Considerado nacionalista, se mostrou contra a ditadura, foi a favor da volta do habeas corpus para a defesa de presos políticos quando fora retirado como direito durante a ditadura.

O ministro marcou sua posição em torno dos sentidos que deveria ter a memória e seus usos políticos pela CNV, pontuando que, “uma coisa é a recuperação da memória para ensinar o futuro. Outra é a recuperação da memória para retaliar o passado” (CATANHEDÊ, 2011). O ano de 2011 foi um momento importante sobre as decisões que iriam definir os caminhos da CNV, e já nesta fala Nelson Jobim expôs o preceito que a mesma iria seguir, que era a de recuperar essa memória sem avançar para julgamentos e punições.

Colunistas da Folha de São Paulo teceram posicionamentos conflitantes sobre a fala do então ministro Nelson Jobim, que expôs, “o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a lei anistiou bilateralmente, ou seja, tanto os atos praticados pelas forças da repressão quanto os praticados pelos outros” (CATANHEDÊ, 2011). Vladimir Safatle²⁷ escreveu que:

O ministro da defesa esconde tacitamente o fato de que os integrantes da luta armada envolvidos nos chamados “crimes de sangue” já foram julgados. Eles não foram beneficiados pela lei da Anistia, de 1979. Por isso continuaram na prisão mesmo após essa data [...] (SAFATLE, 2011).

Enquanto o ministro promoveu uma fala pautada na Lei da Anistia de que ambos os lados foram perdoados, o jornal trouxe uma posição que fez repensar sobre os alcances da Lei da Anistia e como a CNV lidou com isso.

Segundo Perlatto (2019), o debate em torno da revisão da Lei da Anistia e possível punição dos militares, aproximou a maior parte da imprensa das ideias manifestadas pelos setores do Governo Federal à época. A imprensa se manifestou também contrária a ideia de um possível revanchismo com esse passado (PERLATTO, 2019).

Podemos evidenciar isso de forma mais clara no Correio Braziliense,²⁸ que no dia 30 de junho de 2012, publicou notícia com o título “Punição para torturadores”:

²⁷ Formado em Filosofia, Letras, Ciências Humanas e Comunicação Social, é colunista semanal da Folha de São Paulo, e também escreve para Carta Capital. Escreveu nesse ano de 2012, o livro *A esquerda que não teme dizer seu nome*, mostrando um pouco das suas preferências de escrita acerca do tema, sendo filho de ex-guerrilheiros que se mudaram para o Brasil quando Augusto Pinochet subiu ao poder, período em que Safatle tinha poucos meses de vida.

²⁸ O Correio Braziliense surgiu juntamente com a capital de nosso país, Brasília, em 1960, criado justamente com o objetivo de retratar sobre a referida capital, se tornando destaque por exercer uma influência na mídia impressa e na formação de opinião em uma escala maior visto o alcance que o mesmo foi construindo. Por muito tempo ficou conhecido como um jornal que trabalhava em prol dos interesses locais, pois além de noticiar sobre a capital, também era uma estratégia para reivindicar a permanência da referida capital nesta cidade. Elaborado, assim, pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand com a aprovação de Juscelino Kubitschek, o que foi um fator importante pela carreira consolidada do jornalista, que conseguiu criar uma marca, escrevendo seu próprio veículo. O jornal, tinha assim uma personalidade visionária, centralizadora, autoritária e modernizadora. O Correio ficou então conhecido por apoiar por muitos anos esses governos locais e até Federal, conseguindo uma maior liberdade editorial a partir de 1994. Com os militares no poder houve inclusive um aumento econômico na cidade, fazendo com que classificados imobiliários ganhasse maior espaço, assim, o jornal se preocupa em oferecer ao leitor um texto bastante informativo, sendo até mesmo considerado um jornal “chapa branca” por estar muito ligado ao

Criada como órgão auxiliar da comissão nacional, o grupo da Câmara entra, dessa forma, em uma discussão tratada com cuidado extremo pela presidente Dilma Rousseff, que evita falar em revogação da Lei da Anistia e já chegou a declarar que o torturador foi “apenas um agente” da ditadura. “Eu não acho que o torturador seja o problema”, disse a presidente, em entrevista durante a Rio+20, pouco depois da revelação de seu depoimento sobre a tortura que sofreu em Minas Gerais quando foi presa pelo regime militar, como revelou o **Correio** (CORREIA, 2012, p.2).

A matéria foi veiculada na mesma página em que foi publicada uma coluna sobre os índices de aceitação do governo Dilma Rousseff, que teriam aumentado. A presidenta apareceu ainda em uma personificação no desenho vestida de forma heroica, como se ela estivesse naquele momento exercendo esse cargo de salvadora/heroína.

A declaração da então presidenta, sobre não ser o torturador o problema, mas o regime, nos levou a pensar nas dificuldades de discutir possíveis punições no âmbito da CNV. Podemos pensar que esse discurso também ocorreu porque Dilma Rousseff estava ocupando naquele momento o cargo de chefe maior do Executivo, ou seja, estava representando seu papel como governante e não como parte interessada, já que ela também foi militante e vivenciou a experiência da prisão e da tortura. Na classificação criada a posteriori pela CNV, Dilma Rousseff também era parte das vítimas civis.

As declarações destacadas pelo jornal buscavam combater a possibilidade do que chamavam de “revanchismo”, “Dilma sempre evitou expor o lado pessoal. Soube separar o privado do público, à frente de movimentos sociais e cargos de governo. Com isso, evitou reviver a tortura (KEFER, 2012, p.2)”. Esta ideia denota uma cobrança por neutralidade, algo difícil de imaginar sendo Dilma Rousseff alguém que vivenciou na prática os desmandos da ditadura.

Podemos inferir que se estabeleceu uma ambiguidade entre os interesses da ex-militante (presa política) e da governante de Estado, embora em seus discursos tenha se mostrado publicamente satisfeita com os resultados previstos pela Comissão. Reafirmou seu posicionamento em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em 16 de maio de 2012, para informar da instalação da CNV:

A Comissão da Verdade tem grande significado para o Brasil e para os brasileiros. O Congresso Nacional reconheceu isso, pois o projeto que hoje sancionamos foi apoiado por todos os partidos políticos com representação no Legislativo federal. Este apoio suprapartidário mostra que a Comissão significa, fundamentalmente, uma

poder executivo, tanto antes do golpe, como posteriormente com os militares, fazendo colunas que não repercutissem tanto a situação vivida, mantendo uma linha conservadora e governista. Ao longo das décadas o jornal vai se transformando, na década de 1990 já há um espaço para a opinião dos leitores, maior espaço para matérias, rompeu com a tradição governista local e federal, mas sem criar problemas ou críticas (MORELLI, 2002).

manifestação de respeito e um tributo aos que lutaram pela democracia no Brasil em qualquer época. [...] Isso lançará luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer. São momentos difíceis que foram contados até hoje, ou, melhor dizendo, foram contados durante os acontecimentos sob um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida. [...] É fundamental que a população, sobretudo os jovens e as gerações futuras, conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas. [...] Depois de passarem por períodos ditatoriais, vários países da América Latina tiveram suas comissões da verdade com nomes diferentes, com formas de atuação distintas. Houve experiências no Chile, na Argentina, no Peru, na África do Sul. Cada país fez do seu jeito e fez a seu tempo, segundo as suas próprias circunstâncias e sua própria história. O Brasil está fazendo agora. Este é o nosso momento histórico, esta é a nossa hora (BRASIL, apud NADER; PELEGRINE, 2011, p. 17).

A presidenta justificou o tempo em que o Brasil levou para criar a Comissão, alegando que cada país possuía sua própria trajetória e que aquele contexto seria o momento ideal para reaver esse passado. Se preocupou ainda, em promover uma ideia de reconciliação, visto que segundo seu discurso seria inútil incitar confrontos que não colaborariam com a manutenção da democracia e que seria necessário respeitar os acordos nacionais que foram os responsáveis por instalar novamente um regime democrático, fazendo alusão a Lei da Anistia (BAUER, 2015).

A Comissão de acordo com o relatório final teria “a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas [...] a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2014). Essa finalidade foi desempenhada tendo como aporte metodológico principal a produção de testemunhos, visto que historicamente o testemunho passou a se constituir enquanto verdade.

Fortaleceu-se no documento da Comissão a dimensão de que “a instituição da CNV ocorreu quase 30 anos depois do fim da ditadura militar, reafirmando a perspectiva de que a passagem do tempo não arrefece as obrigações éticas e jurídicas a que o Brasil está vinculado. (BRASIL, 2014, p. 22). Essa perspectiva pode ser entendida através do que Bevernage (2018) chamou de tempo reversível, próprio da jurisdição. A ideia de que seria possível fazer justiça mesmo que muitos anos tenham se passado desde o acontecimento.

Contudo, houve uma dimensão também defendida por ele, que é a do tempo irrevogável, especialmente invocado pelas vítimas de guerras e conflitos em que os acontecimentos passados não se dissolvem no tempo, mas continuavam presentes, latentes, exigindo por justiça e memória. Seria necessário, portanto, criar medidas que pudessem reparar os atingidos, ainda que a memória sobre esse acontecimento continuasse, pois de acordo com esse pensamento, não seria possível desfazer ou esquecer. As comissões da verdade recentes se

baseiam na ideia de que a lembrança da verdade traria uma “forma suprema ou definitiva de justiça” (BERVERNAGE, 2018, p.45).

Foi buscando atender essa dimensão da lembrança, que podemos analisar o art. 3º da lei que criou a Comissão que enumera os objetivos que a CNV teve.

a) esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos, conforme a definição do artigo 1º; b) promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; c) identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, conforme a definição do artigo 1º, e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; d) encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995; e) colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação de direitos humanos; f) recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e g) promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (BRASIL, 2014, p. 48-49).

Os objetivos traçados estavam de acordo com os anseios de dar a conhecer uma história, de construir um arquivo que a contasse, promovendo uma mobilização de vários setores como ocorreu de fato com a criação de uma série de comissões estaduais, municipais e universitárias²⁹. “Logo no seu artigo 1º, a Lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade consagrou, em alta conta, a reconciliação nacional enquanto um princípio norteador dos trabalhos”. (QUINALHA, 2013, p. 199).

Essa prerrogativa de reconciliação foi importante porque fora a partir deste preceito que os objetivos e métodos foram traçados, pois seria necessário ter seus limites delimitados diante das demandas que estavam em voga, especialmente quanto aos agentes de Estado. Assim, havia uma necessidade de criar uma comissão que embora não oferecesse punições aos responsáveis, pudesse trazer um testemunho ‘verdadeiro’ sobre esses acontecimentos, visto que o silêncio vivenciado até o momento não mais se sustentaria.

2.2 Memória e testemunho: construindo a verdade

A produção da memória em torno do regime ditatorial no Brasil se iniciou posterior ao golpe de 1964, quando no campo da arte, literatura e cinema passaram a abordar esse

²⁹ Durante esse período de 2012 a 2014 foram criadas mais de uma centena de comissões espalhadas pelo Brasil.

acontecimento político, gerando assim o início de uma disputa de memórias (FERREIRA, 2014). Esse foi um fator interessante para iniciarmos a discussão, pois enfatizou que a preocupação de produzir uma memorialística sobre esse período não ocorreu de forma posterior à ditadura, mas quando ela emergiu em meio a promessas políticas que não foram cumpridas.

Em 1965 foi publicado o livro *Assim Marcha a Família* de José Loureiro,³⁰ que buscou evidenciar em sua obra literária as ruas do Rio de Janeiro marcadas pelos assassinatos de mendigos, a corrupção das autoridades, a miséria na qual a cidade vivia em uma crítica direta à manifestação de oposição ao governo João Goulart, que ficou conhecido como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*³¹ (GOMES, 2014).

Evidenciou que o inimigo que estava sendo combatido era a própria população, fez perceber como os rumos políticos que foram tomados não resolveram os problemas relacionados à economia ou segurança, especialmente porque essa violência se tornou ainda mais enfática quando praticada pelo próprio Estado.

Precisamos ressaltar que este livro, *Assim Marcha a Família*, foi publicado em um momento que a censura à literatura ainda não estava em vigor, portanto, mesmo que numa ditadura, seu início ainda não representou o que iria se tornar nos anos seguintes, como uma tentativa também de intervir na produção da memória.

Já no ano de 1967 quando foi criada a Lei de Imprensa nº 5.250 que passou a regular a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, foi lançado o livro de ficção *Quarup* de Antônio Callado³². O livro contava a história de um padre que abandonou a vida religiosa e aderiu à luta armada.

Esses exemplos nos serviram para compreender que desde o início da instauração do regime civil-militar houve a necessidade de registrar os percursos e como o contexto político-social estava se desenvolvendo. Mesmo com a censura, ainda se encontrou formas de burlar as leis e expor outros pensamentos para além daqueles que a ditadura queria veicular.

³⁰ Publicado um ano após o golpe civil-militar, na cidade do Rio de Janeiro, conta com imagens que retratam a realidade dos mendigos que ocupavam as ruas cariocas nesse período, embora idealizado por José Loureiro, também conta com a presença de outros autores.

³¹ Realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, foi uma manifestação de grupos conservadores e anticomunistas que buscavam interferir nas propostas de base que o até então presidente João Goulart estaria propondo, como a reforma agrária. Reuniram-se por volta de duzentas a quinhentas mil pessoas que pediam pela intervenção estrangeira na economia, a defesa de uma democracia liberal e o direito à propriedade privada. Esse movimento teria sido de suma importância para o fortalecimento dos ideais golpistas que se confirmaram dias depois.

³² Considerada uma das obras mais importantes do jornalista, o livro contextualiza o período entre a era Vargas na década de 1950 ao golpe civil-militar de 1964. O personagem Nando, é um padre que se desvia do caminho da Igreja e passa a experimentar prazeres da vida, seu percurso lhe leva a identificar contextos de miséria, pobreza, motivos que lhe fez se inserir nas lutas sociais.

Sobretudo na década de 1970, houve uma abertura para produções memorialísticas que visavam evidenciar o protagonismo dos guerrilheiros, partindo do contexto de desmantelamento das organizações de esquerda e da luta armada por parte do Estado repressor (FERREIRA, 2014). Se percebeu novamente que ainda sob a presença do regime autoritário, sentia-se a necessidade de registrar as experiências dos opositores da ditadura, destacando a resistência, exílio, luta armada e os assassinatos (FERREIRA, 2014).

Algumas dessas obras partiram de uma crítica ao próprio movimento guerrilheiro, como o modo que procederam com suas ações, que de algum modo não seria tão desinteressante para o governo que fosse compartilhado. Outra experiência que também teve destaque fora a vivência do exílio, foi o projeto Memórias do Exílio Brasil 1964-1974,³³ publicado em 1978. O projeto foi elaborado por dois ex-exilados, Pedro Celso, pesquisador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e Jovelino Ramos, ex-integrante da Ação Popular, à época da publicação os mesmos já se encontravam legalizados.

Entendeu-se que os trabalhos produzidos ainda no regime ditatorial foram importantes para a construção de uma memória que viria posteriormente ajudar no reconhecimento pelo Estado brasileiro das práticas realizadas nesse período. A criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos de 1995, foi um passo importante para esse reconhecimento (GOMES, 2014).

A lei criada a partir desta comissão, que reconheceu os desaparecidos como mortos e ressarciu as famílias pela perda, mostrou não só a tentativa de reconhecimento, que ocorreu também pela pressão social, mas também revelou as escolhas feitas pelo Estado brasileiro no reconhecimento dessa memória. Essas medidas ofereceram condições para entendermos a escolha por tentar silenciar e esquecer esse passado (BAUER, 2017). Todavia, essa escolha não enterrou, mas produziu uma memorialística estatal, que pode ser diferente da memória que parte da sociedade tentou construir.

Catroga (2001) nos lembrou que a memória é criada através das seleções que os indivíduos fazem dos acontecimentos, a partir de seus interesses. Portelli (2002) nos falou também sobre a necessidade de prestarmos atenção às chamadas memórias divididas em um grupo aparentemente homogêneo, dentro do mesmo espectro ideológico. Já GALLAGHER

³³ O projeto buscou registrar os projetos políticos dos exilados, e demonstrar que a própria necessidade de liberdade de opinião e expressão seriam fatores que justificariam o exílio. O livro se fez com vinte depoimentos, sendo quinze de homens e apenas cinco de mulheres, já evidenciando uma questão de gênero que a segunda obra do projeto tentou resolver ao elaborar um livro específico com experiências de mulheres exiladas. Houve um caráter de denúncia forte nas páginas do livro, na busca de denunciar os crimes cometidos pelo regime, especialmente pelo fato de que em 1978 ainda se vivia sob a ditadura.

(2017) afirmou que: “As memórias públicas são tão múltiplas e díspares quanto os grupos sociais e momentos que as produzem, além de divergirem ao longo do tempo dentro de um mesmo grupo” (GALLAGHER, 2017, p.20).

O próprio contexto global trazia outras demandas. O século XX foi marcado por guerras, regimes autoritários, genocídios que escancararam a fragilidade da democracia e do respeito aos direitos humanos. Nessa conjuntura houve uma mudança na relação dos sujeitos com o passado e a experiência (GOMES, 2014). A perseguição e o massacre aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial foi um acontecimento importante para o fortalecimento da dimensão da vítima e o testemunho da experiência com o status de veracidade.

As testemunhas assumiram nesse contexto um lugar de privilégio, pois se entendeu que são elas que possuem a memória, especialmente se essa vítima se tratava de um sobrevivente (HARTOG, 2013). O testemunho não gerou impactos somente naquele que fala, mas foi produzido também com interesse para aqueles que vão escutar, ver, ler e a partir desse contato criar apreensões sobre a produção de uma memória através dos testemunhos.

Ao tratar sobre os testemunhos produzidos pela experiência do Holocausto, Hartog (2013) lançou uma compreensão interessante sobre a dimensão que o testemunho assumiu, pois segundo o autor a propagação dessas narrativas ocorreram também porque precisávamos ter uma referência para que pudéssemos reconhecer outros crimes. Oferecer espaço para que as vítimas narrassem, seja sua inauguração do discurso testemunhal ou uma repetição dessa vivência, assim gravamos, arquivamos, conservamos essas narrativas.

As testemunhas se transformaram em sujeitos de autoridade em meados do século XX, por meio da revisitação sobre o Holocausto através do testemunho, se percebeu que narrar sobre a experiência da guerra não era fácil, os sobreviventes se encontravam emudecidos diante do horror vivido, o corpo, a voz não conseguiam processar e descrever essa vivência (SARLO, 2007). As ocorrências nas duas grandes guerras mundiais mostraram que as experiências precisavam ser relatadas.

Desde os Annales, o modo de analisar os processos históricos se modificaram, a dimensão da neutralidade e verdade que eram elementos fundantes do positivismo, deram lugar a uma nova forma de interpretar a história. A guinada subjetiva que ocorreu já na terceira fase dos Annales, promoveu a ascensão da experiência dos indivíduos, ocasionado também pelos acontecimentos que permearam o século XX, como as grandes guerras e as ditaduras autoritárias que se presenciaram em diversos lugares do mundo.

De acordo com as compreensões atuais, a testemunha é a vítima, esse é o elemento que lhe confere autoridade. A história escrita pelos vencedores entra em colapso quando a

análise histórica passa a emergir dos vencidos. Todavia, a análise dos vencidos requer que sejam observados os dois lados, ao contrário da história dos vencedores que parte de uma única perspectiva.

Todas essas facetas estão inseridas dentro de um contexto que é o da memória, sendo ela um meio de conservar informações, fazendo com que seja possível que analisemos questões passadas e suas representações no presente (LE GOFF, 1990). Contudo, compreendendo que a própria história é formada por esquecimentos e silêncios que demonstram as manipulações feitas pela memória.

Nesse caso, a vítima transcendeu essa categoria e se tornou testemunha, pois enquanto o período de guerra retirou a importância da experiência anulando as pessoas, deixando-as atônitas, após esse momento a experiência passou a assumir um lugar de privilégio na análise e produção da memória (SARLO, 2007). Foi através dessas narrativas que se construiu os atos de memória, saindo do campo privado e adentrando a cena pública como uma inversão desses papéis.

Na experiência da ditadura brasileira identificamos que pelo menos uma parte dessas pessoas que viriam a se transformar em testemunhas tinham o anseio de narrar suas experiências. O romance *Em Câmera Lenta* (1977), escrito por um ex-guerrilheiro e também preso político, Renato Tapajós, inaugurou a produção da memória na literatura brasileira por estes próprios sujeitos, ainda que esta fosse construída a partir de uma mescla entre memória e ficção, já que se tratava de um romance e, portanto, contava com os elementos próprios dessa tipologia. Embora o romance visasse tecer uma crítica a guerrilha, foi entendido pela repressão como um livro que deveria ser censurado, fazendo com que Tapajós fosse levado novamente para a prisão (GOMES, 2014).

Em 1988 foi lançado o livro *1968: o ano que não terminou* do jornalista Zuenir Ventura. A obra mesclava a pesquisa em livros, jornais e também a realização de entrevistas visando reconstruir os marcos desse ano e geração. Importante ressaltar que, no processo de abertura política havia a construção de um mercado editorial aberto para obras literárias, jornalísticas que tratassem sobre essas temáticas, especialmente fazendo uso do romance, mostrando que havia uma questão que perpassa o objetivo da construção de uma memória, mas também estava atrelada aos lucros que essas obras passaram a fornecer.

Os trabalhos ligados à tentativa de construir uma memória de oposição à ditadura não foram as únicas produzidas. Os próprios envolvidos nas atividades da repressão buscaram

também registrar suas versões. A exemplo temos as obras *Brasil sempre*³⁴, *A hora do lobo*, *A hora do carneiro*³⁵, *Rompendo o silêncio*³⁶, que abordavam uma disputa de memória entre esses sujeitos que se encontravam em lados opostos da história e tentavam a partir de suas vivências narrar versões diferentes sobre os fatos.

A memória se constrói a partir dessa relação que se cria entre passado-presente, as seleções são feitas mediante inúmeros fatores que modificam as narrativas conforme essas experiências que vão sendo recontadas por esses atores, especialmente se essas memórias transcendem o espaço privado e adentram ao público, porque exigem que a sociedade conheça essas narrativas. Segundo Thomson (1997), a nossa identidade é construída através das narrativas que criamos no decorrer de nossas vivências, estabelecidas entre o *eu* e o *outro*, portanto, isso nos fez entender que as lembranças não produzem somente a memória, mas a nós mesmos.

Desse modo, temos a capacidade de nos transformar e mudar nossas percepções de acordo com a mudança de nossas narrativas. Nessa perspectiva, compreendemos a importância que há para os atores do Estado e para os opositores da ditadura de construir e narrar suas experiências já naquele período em que a ditadura ainda estava em vigor, pois buscavam produzir uma memória e também suas próprias identidades, justificando seus posicionamentos e escolhas dentro daquele contexto político-social.

A tentativa de elaborar um passado por meio da memória não garantiu que se construísse uma narrativa coerente, mas produziu uma história fragmentada e ainda contraditória (THOMSON, 1997). A memória não deveria ser entendida como algo linear, que não sofre alterações, como se fosse um documento estático, mas devemos compreender que a memória assume sentidos diferentes com base no contexto em que está sendo produzida, o lugar que está sendo contada, o tempo que passou desde que essa memória se tornou narrativa.

³⁴ Publicado em 1986, foi escrito por Marco Pollo Giordani, que era sargento reformado durante a ditadura, tendo sido também um agente do DOI-CODI. O objetivo do livro teria sido o de rebater as denúncias feitas por outras publicações em torno das arbitrariedades cometidas pelo Estado brasileiro, especialmente o projeto *Brasil: nunca mais*, se mostrando inclusive uma própria crítica direta pela escolha entre o nome “sempre” em oposição ao “nunca mais”. Cerca de 20 mil exemplares foram vendidos, marco importante tendo em vista o período de lançamento. O livro foi lançado por uma editora que era considerada de esquerda, *Thê!*, contudo o editor relata que seu objetivo era de mostrar os documentos produzidos pelo regime.

³⁵ O livro publicado em 1989 e de autoria do médico psicanalista Amílcar Lobo, buscou tratar da sua própria realidade enquanto médico do Exército militar no DOI-CODI. Apesar de ter sido caçado como médico pelos abusos cometidos à presos políticos, o mesmo busca em sua obra mostrar como era realizado os atendimentos a estes presos políticos, partindo de uma perspectiva daquele que cometeu essas ações e compactuou com elas.

³⁶ Publicado em 1987 por Carlos Alberto Brilhante Ustra que era comandante do DOI-CODI durante a ditadura, visou trazer sua versão sobre a guerrilha, refutando acusações que sofrera de suas práticas.

O reconhecimento público também foi um elemento fundante das reminiscências/recordações, por isso buscou-se a aceitação, ainda que para isso fosse interessante mudar aspectos que não seriam aprovados socialmente. Um elemento importante de compreender através da obra de Thomson (1997) que traz impressões sobre entrevistas feitas com combatentes australianos do período das Grandes Guerras Mundiais, foi a dificuldade de lidar com essas memórias traumáticas, ligadas ao sofrimento, a violação dos corpos e a morte.

Demonstrou-se não só a dificuldade que esses sujeitos tiveram nos primeiros momentos de testemunhar sobre essas experiências, especialmente aquelas que a própria sociedade não estava pronta para ouvir, partindo da perspectiva de uma busca pela aceitação social. Cada sujeito construiu uma maneira própria de lidar com essa memória e os traumas produzidos por ela (THOMSON, 1997).

Assim, a década de 1970 floresceu com o uso do testemunho, pois trouxe uma voz aos sujeitos silenciados, marginalizados anteriormente, ajudando a produzir novas histórias (THOMSON, 1997). Os testemunhos, como forma de produção do passado, adquiriram, segundo Sarlo (2007), relevância pelo fato de através dessas narrativas ser possível condenar o terrorismo de Estado em regimes autoritários, prática usada como mecanismo contra seus opositores.

O testemunho assumiu um papel importante na produção dessa memória e se construiu como um meio de retirar essas experiências do silenciamento e esquecimento. Necessário compreender que a memória se constitui de interesses, que ela é um processo subjetivo, ou seja, não pode ser generalizada. A memória também é um campo de disputas e lutas, sendo necessário entender os atores que compõem essa trama e quais são seus objetivos nessas disputas que ocorrem, também, no intuito de modificar os sentidos que se criaram sobre um passado, visto que este é também passível de mudanças mesmo que já tenha ocorrido (JELIN, 2002).

Como analisamos, a Lei da Anistia de 1979 contribuiu para que houvesse um silenciamento, ainda que temporariamente, dessa memória relacionada à tortura e aos torturadores (REIS, 2010). Sua permanência reafirmou o posicionamento assumido pelos governos civis que se estabeleceram após as ditaduras (REIS, 2010). Esse elemento da anistia e como os governos seguintes a utilizaram como uma forma de seguir em frente foi também um reflexo de como parte da sociedade conhecia ou não reconhecia esse período, pois foi fruto dessas políticas de silenciamento.

Algumas medidas contribuíram para trazer novos elementos para a produção dessas memórias, passando a reconhecer de forma mais evidente esse passado. No que diz respeito à

Lei N° 9.140, mais conhecida como Lei dos Desaparecidos, criada em 1995, o objetivo era reconhecer como mortos aqueles que se encontravam desaparecidos em decorrência da participação ou acusação de envolvimento em atividades políticas, no período de 1961 a 1979.

Estes teriam sido detidos por agentes públicos e teriam a partir de então seu paradeiro desconhecido. O Estado reconheceu os desaparecidos como mortos, e reparou financeiramente os familiares por suas perdas causadas sob seu comando, criando a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que realizou o trabalho de tentar localizar os corpos dos desaparecidos e reconhecê-los perante o Estado, a fim de cumprir a lei (TEÓFILO, 2021).

Foi criada em meio a pressão dos familiares e também com o apoio de organizações internacionais de direitos humanos. Estes familiares puderam reconhecer o óbito de seus familiares, puderam ter a possibilidade de gerar novos processos sobre os casos e ainda teriam o direito de receber indenizações do Estado.

Segundo a lei, cônjuge, companheira ou companheiro, descendente, ascendente ou colateral de até quarto grau, comprovando o parentesco, poderiam recorrer para confirmar o óbito desses desaparecidos oficialmente. A partir da data de publicação da lei, estes familiares teriam um prazo de até cento e vinte dias para recorrer a indenização, que seria paga de acordo com os anos desaparecidos, no qual, segundo a lei, não poderia ser inferior a cem mil reais em nenhuma circunstância.

A lei passou por algumas mudanças quando foi criada a Comissão de Anistia em 2000, que buscava ampliar esses direitos. Tanto a criação da lei dos desaparecidos, quanto das comissões que foram responsáveis por averiguar os casos, foi algo criado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 1997, também foi criada a Lei da Tortura n° 9.455 que definiu os crimes de tortura, que poderia tipificar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime ditatorial. Todavia, assim, como outras leis criadas, havia exceções quanto ao modo que poderiam ser utilizadas, oferecendo restrições em casos que se referiam a agentes do Estado.

Até esse momento não havia por parte dos governos anteriores ações de Estado para tratar desse passado. Organismos como a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos e os Grupos Tortura Nunca Mais tomaram a frente desse trabalho de investigar e arquivar os documentos desse período, embora seguissem cobrando medidas do Estado, pois suas atividades tinham um objetivo de mostrar o que aconteceu nesse período.

A Lei de Mortos e Desaparecidos foi uma forma de atender as demandas dessas famílias, admitindo que os mesmos foram vítimas que lutaram contra a ditadura, mas sem trazer

qualquer discussão sobre suas militâncias propriamente (TEÓFILO, 2021). É interessante pensar que dez anos depois do fim da ditadura esses desaparecidos se transformaram em mortos. Dessa maneira, após vários anos, foi o Estado quem admitiu a morte para os familiares e os indenizou, revelando uma relação muito característica daquele sistema que paga com dinheiro a morte, enquanto parte desses familiares pediam por justiça para os assassinos.

Contudo, essa política indenizatória também só foi possível pelo fato do Estado ter reconhecido que foi culpado, dessa maneira existe uma dimensão simbólica do que esse dinheiro representou, sendo não apenas uma indenização, mas o reconhecimento do que foi feito durante a ditadura e a responsabilização por esses crimes.

Houve o lançamento de alguns dossiês³⁷ construídos a partir da coleta de informações sobre as violações da ditadura, elaborados pelo CFMDP e o GTNM, como também grupos de familiares e vítimas que auxiliaram nesse processo de ajudar a conhecer as vítimas, além do terror implantado pelo Estado. Um foi lançado em 1995, em Recife, arrolando 358 vítimas da ditadura, sendo 138 desaparecidos. Em 2009, uma nova versão foi lançada em um momento que se alinhou aos debates da criação da própria CNV (TEÓFILO, 2021). Notamos que esses organismos se incumbiram da responsabilidade de construir algo sólido acerca de suas investigações, e continuaram com esse trabalho como uma forma de permanecer com a luta pela justiça.

Recuperar, ainda que de forma sucinta, a elaboração desses projetos que tiveram intenção de contribuir na produção da memória sobre os assassinatos, desaparecimentos forçados, estupros e vários outros casos que fizeram parte dos crimes cometidos pelos torturadores, contribuiu para pensarmos a própria CNV, visto que ela também assumiu esse papel importante de construção da memória. O sentido de verdade foi ainda um elemento central na discussão, de modo que as narrativas e os documentos que foram arquivados serviram justamente para trazer legitimidade às experiências, elaborando um modo de entender os métodos que foram utilizados.

Compreendemos que as “ditaduras, regimes autoritários, foram marcados por acontecimentos atrozés que não vieram à tona ou foram distorcidos, forjando versões que fabricaram uma mentira com status de verdade” (TEÓFILO, 2021, p.207). Foi nessa celeuma que as discussões sobre verdade se entrelaçaram e assumiram a responsabilidade de tornar

³⁷ Um dossiê é entendido como um compilado de documentos que tratam de um assunto, portanto, uma junção de arquivos que visam trazer todas as informações coletadas por pesquisadores sobre um determinado tema, instituição, pessoas.

público esses acontecimentos da ditadura e contrapor as versões que distorcem, segundo os opositores do regime, os fatos.

2.3 Mulheres testemunhando sobre a ditadura: o gênero em perspectiva na década de 1980

Na produção sobre a memória ditatorial, as mulheres apareceram no início da abertura política em diferentes espaços de recordação, Assmann (2011) partiu do princípio de que a mesma não estava separada do espaço e que os lugares se tornam símbolos memoriais. Portanto, ela é produzida e rememorada pelos edifícios, bem como nas estruturas onde essas experiências se concretizaram, produzem também uma memória da recordação. Adotamos uma perspectiva de gênero por entendermos que essa experiência foi marcada por diferenças no modo em que homens e mulheres vivenciaram esse período, especialmente aqueles que se envolveram com a militância.

Duas produções que possuíam bastante destaque em suas publicações e também por terem sido pioneiras e inovadoras no objetivo de construir uma memória sobre o passado ditatorial foram o projeto *Memórias das Mulheres do Exílio*³⁸ (1980) e *Brasil: nunca mais*³⁹ (1985).

O projeto Memórias do Exílio foi importante e pioneiro nessa discussão, pois trouxe em primeira mão as experiências dos exilados em relação às ditaduras do Cone Sul, e embora numa proporção menor, também houve a presença de mulheres testemunhando sobre suas trajetórias, havendo ainda uma segunda versão que abordou exclusivamente os sujeitos femininos (ROCHA, 2017). Esse projeto confere a esses homens e mulheres um lugar na história, buscando registrar e evidenciar que houve um motivo para suas ações, impedindo que se construísse uma narrativa que desvalorize toda a luta que desempenharam (ROCHA, 2017).

O segundo livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, dedicado à coleta de experiências das mulheres, foi publicado anos depois, em 1980, tendo por motivo desse intervalo de tempo as dificuldades financeiras, bem como os problemas de encontrar as mulheres para participar do projeto. A dificuldade em encontrá-las estava ligada ao fato de as mesmas não reconhecerem a importância de suas participações na própria militância, por terem

³⁸ Escrita por Albertina Oliveira Costa, então esposa do escritor do primeiro livro Pedro Celso, Tereza Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima. Um projeto escrito somente por mulheres.

³⁹ O projeto tinha como principal objetivo buscar através de seu trabalho que a sociedade conhecesse de fato o que ocorreu durante o período ditatorial para as violações, perseguições não tornassem a acontecer novamente na história brasileira.

desempenhado o papel de comunicação, esconder pessoas, manter os aparelhos, que numa perspectiva heteronormativa estava dentro do que era comum aos papéis femininos (ROSALEN, 2015 apud ROCHA, 2017).

A elaboração de um livro específico para as trajetórias femininas pode ser atribuída à não representação dessas mulheres de forma mais efetiva no primeiro livro, também porque estas mesmas mulheres ainda não se reconheciam como pessoas que foram afetadas diretamente pelas escolhas de seus vínculos masculinos, sejam maridos, filhos, pais e ainda por haver uma necessidade de que fossem identificadas enquanto mulheres, algo que na primeira obra não esteve evidenciado pelos autores (COSTA et al, 1980 apud ROCHA, 2017).

Essa dimensão nos fez refletir que em todos os âmbitos da luta, militância e independente da forma que as mulheres se posicionaram contra o regime ou foram levadas a se manifestarem dessa maneira, há aspectos do gênero que modificam essas experiências e marcam suas trajetórias. A própria invisibilização dessas trajetórias por serem consideradas experiências femininas remonta a aspectos das desigualdades na construção generalizada das memórias. Contudo, também devemos entender que essa diferença foi uma extensão das desigualdades que já ocorriam em suas casas, na sua vida social, sendo mais um ambiente em que essa postura desigual foi reproduzida.

O trabalho destacou que já havia desde aquele período a preocupação e necessidade de entender como foram essas experiências femininas, evidenciando não somente a militância dessas mulheres, mas os motivos que as levaram a sair do Brasil (ROCHA, 2017). Embora no seu ano de lançamento, 1980, já houvesse a Lei da Anistia e vários exilados já tivessem retornado ao Brasil, ainda se vivia um contexto de tensão, pois permaneciam sob o regime ditatorial, que viria a terminar somente cinco anos depois.

Essa ascensão das mulheres nas produções também foi fruto do movimento feminista⁴⁰ que crescia na Europa e também no Brasil. Muitas delas exiladas passaram a integrá-lo ou foram impactadas por suas discussões e reivindicações. É importante destacar que, grande parte dessas mulheres exiladas eram pertencentes à classe média e possuíam curso superior. Estamos falando, portanto, de um grupo que já tinha acesso a informações e condições de interpretá-las.

⁴⁰ Entendemos o feminismo como um movimento de cunho social e político pautado no objetivo de ultrapassar as relações baseadas na dominação e exploração, que é fruto de uma desigualdade de gênero que suplanta as mulheres e coloca os homens em um lugar de privilégio, assim, busca-se através do feminismo a igualdades entre estes (ALVES, 2021).

Cerca de nove mulheres testemunharam para a produção da obra, reafirmando a relevância que se dava para os testemunhos produzidos por essas experiências. Os testemunhos também versavam sobre como essas mulheres se sentiam quando estavam no Brasil nos anos da ditadura, evidenciando, não somente a relação com o Governo, mas com a própria família, e como essas relações eram traçadas por questões patriarcais⁴¹.

Parte dessas mulheres exiladas saíram do Brasil pela relação com seus companheiros ou pais, militantes ou considerados ‘subversivos’, tratando de sua trajetória com inferioridade em detrimento das narrativas desses homens. O fato de não terem se envolvido de forma direta com a militância, as fizeram se enxergar de outra forma em comparação com as outras que atuaram diretamente (ROCHA, 2017).

Essa questão se tornou importante para compreendermos que as relações de gênero perpassam a trajetória dessas mulheres de muitas maneiras, ao ponto de não se reconhecerem ou entenderem as mudanças que o exílio trouxe em suas vidas como elementos importantes a serem narrados.

Outro elemento que rondava essa questão do exílio e do próprio gênero, era a maternidade: como se relacionar com os filhos nesse contexto? Qual o papel da mulher enquanto mãe em uma situação de exílio? O movimento feminista tentava questionar o papel da mesma enquanto mãe, que era reconhecido e valorizado amplamente na sociedade brasileira. Afinal, as mulheres só se sentiriam realizadas após se transformarem em mães?

Uma escolha individual ou uma determinação de gênero? As obrigações em torno da reprodução sempre foram mais fortes em relação às mulheres que deveriam abrir mão de seus objetivos enquanto indivíduos para se dedicar à maternidade. Abdicar dessa função para seguir a militância, não deveria ser uma decisão fácil, ainda que não fosse determinante. Consideramos que era a sociedade que ensinava as mulheres a sonhar como meta de vida.

Enfatizamos essas dimensões para destacarmos que as experiências das mulheres transcendem a militância contra a ditadura e estão imbricadas com outras questões que as mesmas tiveram que lidar naquele instante, sem tempo para racionalizar, tomando por base a urgência dos acontecimentos de acordo com os testemunhos sobre esse período.

Necessário sabermos que essas mulheres além da questão de gênero, foram perpassadas por outros instrumentos sociais, como a questão racial, sexual, econômica e

⁴¹ Nesse modelo patriarcal há uma divisão clara dos papéis sociais que homens e mulheres devem ocupar, desde tarefas mais corriqueiras à carreira profissional que devem ocupar, obviamente sendo o trabalho público destinado ao homem e o doméstico às mulheres, assim, essa divisão se consolida especialmente por meio da instalação de uma sociedade capitalistas que reitera a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo (ALVES, 2021)

religiosa. As mulheres que testemunharam para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, faziam parte de um grupo branco, classe média, cristão e heterossexual (ROCHA, 2017).

Essas definições reafirmaram que aquelas mulheres que conseguiram se exilar tiveram certas condições e algumas facilidades obtidas pelo grupo a qual pertenciam. Desse modo, não podemos invalidar que nestas mesmas situações mulheres negras, pardas, pobres, lésbicas, trans, teriam dificuldades maiores para exilar-se.

Além do *Memórias das Mulheres do Exílio*, outra produção que foi pioneira e ganhou destaque foi o projeto *Brasil: nunca mais* lançado em 1985. Estamos analisando essa produção por ter sido um instrumento de denúncia e comprovação dos crimes ocorridos durante a ditadura e que trouxe os primeiros testemunhos de mulheres, ainda que produzidos no âmbito da Justiça Militar.

Brasil: nunca mais foi um trabalho desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, e se mostrou uma iniciativa para formular uma memória sobre o regime ditatorial através da análise de processos judiciais de presos políticos, especialmente, seus testemunhos enquanto réus nas unidades militares.

A obra foi encomendada aos jornalistas Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto e Ricardo Kotscho, supervisionado por Paulo de Tarso Vanuchhi. Embora tenham sido os redatores, não estava explícito a autoria da obra. O prefácio é o único que evidencia autoria, feito pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, frei Dom Paulo Evaristo Arns e pelo ex-secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas Philip Potter (BAUER, 2022). Um dos coordenadores do projeto foi James Wright, que era pastor presbiteriano e militante dos direitos humanos, responsável por criar o título da obra *Brasil: nunca mais* numa referência ao *Nunca Más* da Argentina.

Tinha ainda o objetivo de contribuir na política de transição ao impedir que essas informações presentes nesses processos do Supremo Tribunal Militar se perdessem ou fossem apagadas. Alcançou-se um nível de informação e legitimidade que não se encontrava em outras produções (BAUER, 2022).

O estudo desses processos tinha como premissa registrar as violações de Direitos Humanos impelidas pelo Estado, destacando a dimensão da tortura, pois foi uma prática sistemática usada pelo regime. O livro utilizava os testemunhos que estavam presentes nos processos, revelando as violações da ditadura a partir de documentos produzidos pelos próprios órgãos que representavam o Estado, perpetrador das violências, sendo uma documentação oficial dos fatos no âmbito jurídico.

O livro *Brasil: nunca mais* fez uso de uma documentação processual originada da própria Justiça Militar para analisar a repressão no Brasil. Modificou a óptica do relato feito pela vítima e tomou como documentação àquela produzida pelo Estado. O relatório produzido ao final dos trabalhos era de cunho totalmente oficial por ter sido usado um material do próprio regime, retirando desta maneira as desconfianças em relação aos testemunhos.

Usar o testemunho dessa maneira, quando fora produzida para e pelo regime fortaleceu e reafirmou a importância desses relatos de modo que pudessem de forma legal atribuir as responsabilidades ao Estado pelas violações contra os Direitos Humanos cometidas nesse período (GOMES, 2014). Evidenciar essas problemáticas era importante para os organizadores porque também havia um desejo de cunho pedagógico no que cerne a educar a sociedade acerca desse passado, trazendo dados e informações que pudessem demonstrar os crimes cometidos naquele período, contribuindo para formular a construção da memória e verdade acerca da ditadura (TEÓFILO, 2021).

No terceiro capítulo do livro foi abordado a tortura infligidas a *crianças, mulheres*⁴² e *gestantes*, segundo o mesmo,

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras (BNM, 1985).

Embora denotasse essa falta de distinção, em seguida salientou e confirmou que o fato desses torturadores serem do sexo masculino foi uma ferramenta para que as mulheres fossem colocadas como objeto sexual. Para Contreiras (2018) existia uma diferença explícita quando mulheres eram tomadas pela repressão, pois além de serem opositoras do Estado, se disseminou dentro desses espaços ações ensejadas pela sua condição enquanto mulher.

O livro trouxe narrativas dessas mulheres de modo a evidenciar as torturas que sofreram, as agressões, as violações dos seus corpos não só com a violência física, mas com abusos de cunho sexual. A dimensão da gravidez e do aborto nas prisões não era algo incomum.

Para as forças repressivas, as razões de Estado predominavam sobre o direito à vida. Muitas mulheres que, nas prisões brasileiras, tiveram sua sexualidade conspurcada e os frutos do ventre arrancados, certamente preferiram calar-se, para que a vergonha

⁴² Segundo o *Brasil: nunca mais*, 88% dos réus analisados nos processos eram homens, sendo somente 12% mulheres, e assim como no livro *Memórias das Mulheres do Exílio* o grupo social desses réus era predominantemente classe média. Os processos foram produzidos sumariamente entre o governo de Castello Branco (1964-1966) e Garrastazu Médici (1969-1974).

suportada não caísse em domínio público. Hoje, no anonimato de um passado marcante, elas guardam em sigilo os vexames e as violações sofridas. No entanto, outras optaram por denunciar na Justiça Militar o que padeceram, ou tiveram seus casos relatados por maridos e companheiros (BNM, 1985).

Essa passagem inicial foi interessante para analisarmos as compreensões estabelecidas pela obra acerca do regime, entender que a vida nessa conjuntura não possuía valor, especialmente se tratando da vida dos opositores do regime se tornou um ponto chave para refletir como a maternidade era tratada nestes espaços. Essa vergonha que fez impedir as mulheres de narrarem suas experiências se estabeleceu no âmbito da violação dos seus corpos na forma mais íntima, tão íntima que não se conseguia falar abertamente.

A narrativa produzida no tópico específico sobre as torturas contra as mulheres, evidenciou a seleção pelos relatos que compõem violência sexual, gênero, abordando o desnudamento, o uso de objetos introduzidos em seus órgãos genitais, o abuso físico e moral, os atos obscenos a qual eram submetidas. Algumas narrativas são expressas em terceira pessoa, como:

Submetida a choques elétricos em vários lugares do corpo, inclusive nos braços, nas pernas e na vagina. [...] Márcio" invadia minha cela para "examinar" meu ânus e verificar se "Camarão" havia praticado sodomia comigo. Este mesmo "Márcio" obrigou-me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. [...] A interrogada, juntamente com o acusado neste processo por nome de Pedro, receberam aplicação de choques, procedidos pelos policiais, obrigando a interrogada a tocar os órgãos genitais de Pedro para que, dessa forma, recebesse a descarga elétrica. [...] Cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital. [...] Nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma" (BNM, 1985, p.47-49).

Esses são alguns fragmentos dos testemunhos destacados no BNM, produzindo uma narrativa que expõe como as mulheres eram sexualizadas naqueles ambientes, o modo como foram submetidas a experiências de violência, estupro, inclusive na presença de outros presos políticos. Observamos que destacar esses elementos dos testemunhos das mulheres era um objetivo bem definido desde a produção da referida obra.

Na ditadura brasileira, as prisões foram o centro da violação dos direitos humanos com a prática da tortura. Enquanto na Argentina houve a prática sistemática do desaparecimento, no Brasil tivemos a prática sistemática da tortura (TELES, 2011). A maior parte daquelas consideradas vítimas da repressão eram sequestradas e torturadas, presas clandestinamente.

O labirinto do sistema repressivo montado pelo Regime Militar brasileiro tinha como ponta-do-novelo-de-lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei (BNM, 1985).

A prisão e o modo como era dirigida pelos agentes foi um meio também importante para perceber o *modus operandi* daquele regime. Embora fosse evidente os abusos, ainda havia a tentativa de negar tais acontecimentos que retiravam quaisquer direitos daqueles indivíduos, no qual além de serem presos de forma ilegal, muitos continuavam em anonimato para impedir que familiares pudessem procurá-los e assim denunciar os abusos que eram cometidos.

A violência começou desde o momento que o BNM evidenciou. Prisões que aconteciam altas horas da noite, num clima hostil e de medo, sem o menor decoro para com a integridade desses sujeitos que eram presos, sem ao menos serem informados do motivo, muitos que de fato nem estariam realmente envolvidos com a militância em si e que também foram encarcerados de forma violenta.

Amigos, familiares, companheiros de trabalho, namorados, maridos, esposas, mães, pais, não estariam livres. Sofreram na pele diversas violações para que contassem paradeiros, dessem informações, mostrando que o Estado repressor não atingia somente aqueles considerados inimigos, mas que houve muitos outros sujeitos atingidos diretamente por essas ações.

No Brasil era comum “a aplicação de torturas antes que o capturado fosse recolhido a uma dependência policial ou militar, sem se importar com a presença de vizinhos ou transeuntes” (BNM, 1985, p.83). Essas práticas reafirmaram que atitudes ilegais eram cometidas aos olhos de todos, não havia a preocupação de esconder o que o regime era e como sua repressão a essas pessoas foram cometidas.

A tortura praticada nos ambientes prisionais provocou em muitos dos sequestrados a incapacidade de conseguir significar essa experiência. Havia um treinamento para que os torturadores soubessem atingir os limites daqueles corpos, visando conseguir informações, nada era feito de forma leiga (TELES, 2011).

Embora na Argentina a questão do desaparecimento seja um elemento forte, a tortura contra mulheres também esteve presente, evidenciando que era uma característica comum em regimes repressores, e nesse caso, especificamente, o uso da violência sexual era ainda mais predominante (FERNANDES, 2019).

Os agentes da repressão torturavam essas mulheres enquanto militantes ao levá-las ao pau de arara, em afogamentos, choques, mas a tortura também as atingia por seu gênero, quando eram alvos de abusos, toques, estupro de seus corpos, sexualização e atos sexuais sem consentimento. A prisão foi o espaço onde a repressão da ditadura ganhou forma, mostrou-se o poder que se tinha sobre a vida de pessoas dissidentes, e usou-se de todas as artimanhas para conseguir aplacar as mesmas.

Mais do que obter informações, as torturas dirigidas às mulheres tinham por objetivo castigá-las pela militância ou apoio que tivessem oferecido, numa demonstração de que ocupavam um lugar que não lhes era próprio. A tortura quando considerada a questão do gênero e sexualidade reafirmou padrões sociais de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, o uso da violência sexual de forma mais assídua em mulheres demonstrou que as mesmas eram consideradas dentro daquele espaço prisional também como objetos que poderiam ser possuídas (FERNANDES, 2019).

A prática consistente do desnudamento era um mecanismo muito utilizado nos ambientes prisionais pela repressão, buscando quebrar as barreiras desses corpos, acostumados socialmente a estarem cobertos, protegidos, nesse novo ambiente não havia mais direitos sobre seu corpo, eram usados como queiram e quando queiram (SILVA, 2017).

Parte significativa do *Brasil: nunca mais* foi composto pelos depoimentos fornecidos por presos e presas políticas ao próprio aparato militar, se destacaram as torturas e os meios que era praticada, remeteu aos sujeitos mais sensíveis como gestantes e crianças que foram alvos das mesmas, evidenciou a pluralidade de sujeitos que foram perseguidos e afetados pelo regime. Isso se mostrou naquela época de produção, sob a recente ditadura, uma maneira de impedir que essa documentação fosse destruída, de mostrar as provas num intuito de que essa memória não fosse esquecida, para que tivessem como mostrar as violências que fizeram parte desse regime.

O fato de usar dos documentos produzidos dentro do próprio regime era uma forma de legitimar essas fontes e as narrativas que foram usadas, pois os presos estavam relatando as torturas, a forma como foram presos e o que sofreram naqueles espaços. Todas as atrocidades narradas para o *Brasil: nunca mais* foi algo dito no espaço militar, e, portanto, se produziu no respaldo da própria ideia de uma história oficial, que é produzida pelos órgãos de maior poder, sendo naquele momento os militares ocupantes deste cargo.

Nesse contexto, ainda no período ditatorial, era preciso registrar o que estava sendo praticado pelo Estado e os testemunhos já se faziam importantes para atingir esse objetivo. No livro *Memórias das Mulheres do Exílio* de 1980 já havia o interesse em buscar preservar essa

memória através do registro das memórias de inúmeras mulheres que dentro da experiência do exílio vivenciaram diversas experiências relacionadas a tortura, a prisão, as perseguições, as que perderam seus empregos.

Costa et al (1980) evidenciaram que o intuito estava em abordar as diversas formas, os variados motivos e riscos do exílio, as maneiras criadas por estas mulheres para lidar com essa situação a qual foram submetidas. E entender que o exílio poderia ser o próprio isolamento no Brasil e a clandestinidade, nem todas essas mulheres precisaram sair do país para serem tidas como exiladas.

O livro como um todo é construído pelo testemunho sobre a trajetória dessas mulheres no período ditatorial, Costa et al (1980) expôs que foi necessário um convite direto, insistente para que aceitassem falar sobre suas experiências, destacando o caráter pessoal que o livro carregava. Segundo Costa et al (1980) se justificava esse sentimento de recusa no início a uma concepção de que essas mulheres acreditavam que nada tinham a dizer e porque falar de si mesma era ainda mais difícil do que falar do outro, uma experiência íntima, privada, que não seria fácil de ser escrita.

Se destacou ainda, o fato de o exilado ter maior liberdade de falar, fornecer documentos, numa concepção de que já não tinha mais o que perder, o Estado brasileiro, na situação de exilado, não poderia mais lhe oferecer prejuízos, lhe prender. Foi um trabalho extenso que buscou deixar escrito as vivências dessas mulheres, entendendo que não era uma narrativa fácil, mas importante de ficar registrada, especialmente no contexto em que fora produzida, ainda sob o regime ditatorial.

Buscaremos no próximo capítulo analisar como essa memória foi produzida por essas mulheres em outros períodos e espaços de memória, entendendo que a memória se modifica e é selecionada de acordo com os interesses e as possibilidades e necessidades de cada tempo. Analisaremos a produção dessa memória no ambiente prisional, compreendendo que esta foi uma experiência importante desse período e que ocupou grande espaço nas produções sobre o regime ditatorial.

3.0 DO CINEMA AO LIVRO REPORTAGEM: OS TESTEMUNHOS DE PRESAS POLÍTICAS ANTES DA CNV (1989-1998)

3.1 As mulheres na produção da memória da prisão no pós- ditadura

A experiência da prisão por motivos políticos marcou a produção memorialística de mulheres a partir do final dos anos 1980. Embora não fosse a única temática explorada nos testemunhos sobre o período ditatorial que passaram a ser produzidos para além da finalidade de construção de depoimentos em processos judiciais e a partir de outras iniciativas que não a estatal, narrar a partir da prisão e suas consequências foi fundamental para a compreensão da elaboração das ideias de agência política, demandas por justiça e diferenças de gênero na produção memorialística sobre o período.

Dialogamos com autores como Sarti (2014) que defendeu que os sujeitos que foram presos e torturados seriam de fato os protagonistas dessa história ditatorial. Outro ponto que assumiu impacto nessa narrativa, seria a dimensão do gênero. Franco (2017) expôs em seu trabalho que não era incomum as mulheres se calarem diante do que fora vivenciado nesses espaços nos primeiros anos da redemocratização.

Existe uma ideia de que as experiências vivenciadas por mulheres no regime ditatorial são diferentes das vividas pelos homens, pois “O *modus operandi* do sistema repressivo que atuou de forma misógina, utilizou-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política” (ALMEIDA TELES, 2015, p. 1002).

Esse foi um agravante presente nos discursos produzidos por essas mulheres acerca desse período, o que podemos pensar que possam ter presenciado situações dentro do ambiente prisional diferentes das que os homens viveram por serem mulheres.

A vida na prisão foi marcada pelas mais diversas formas de tortura (incluindo a psicológica, usada para desestabilizar o preso político), sequestros, ameaças, interrogatórios infundáveis, dificuldade de comunicação com familiares e advogados, entre outras modalidades de desrespeito aos direitos humanos. (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 23)

Diante desse cenário que era comum aos presos políticos, questionamos o que poderia intensificar essas experiências quando falamos de mulheres. Os relatos mostravam que haviam situações consideradas próprias às mulheres, especialmente, ligadas a sexualização dos seus corpos ou da privação de necessidades, como o período menstrual, em que muitas dessas

não contavam com qualquer tipo de auxílio higiênico, algo que os homens não tiveram que lidar.

Obviamente os homens também passaram por sofrimentos e experiências em que seus corpos foram violentados, mutilados, mas essa é uma narrativa que não alcançou a mesma proporção, pois era observado por essas mulheres a dificuldade que os homens tinham em trazer narrar sobre essa experiência.

Destacaram as experiências dos abortos também retratados nos depoimentos, em que não havia, para a maioria das que contaram essas memórias, os cuidados devidos, sendo posto em risco suas próprias vidas. Contudo, não estamos afirmando que essas são as vivências de todas essas mulheres, pois existiram aquelas que também utilizaram as percepções sobre seu gênero para tentar fugir ou burlar as sessões de torturas, prática comum nesse ambiente do cárcere.

Havia um discurso que tornava essas mulheres como seres que mereciam muito cuidado, pelo fato de terem se rebelado e passado a ocupar um espaço que não lhes era comum.

A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam “superar os homens”, eram consideradas promíscuas porque eram capazes de abandonar seu “papel social” a ponto de aspirar ao poder político e participar da luta armada. (ALMEIDA TELES, 2015, p. 1011-1012).

A diferenciação das experiências era evidenciada de forma explícita pela bibliografia e pelas próprias testemunhas que ocupavam lugares estabelecidos dentro de uma sociedade patriarcal, devendo estar apenas no âmbito privado, se colocando fora dos seus papéis ao exercer quaisquer outras atividades fora desse campo. Muitas relataram que os abusos eram extremos e que em muitos momentos as mesmas pareciam estar fora de si, pois passavam a devanear após tantas torturas físicas e psicológicas. As mulheres envolvidas na luta armada eram ainda mais merecedoras de cuidado, pois extrapolaram qualquer limite do seu gênero, abandonando seu papel de mãe e esposa para pegar em armas.

Se criou um ambiente hostil para a participação dessas mulheres, pois muitas destas eram incompreendidas também pelas suas famílias que não conseguiam entender suas preferências pela luta. Não é escasso os casos em que essas famílias também sofreram as consequências de ter familiares envolvidos na luta, algo importante para entendermos como eram esses trabalhos desenvolvidos pelo Estado e como os limites foram ultrapassados.

Em relação a forma, “a tortura foi amplamente usada contra mulheres e homens. No entanto, as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os

estupros” (ALMEIDA TELES, 2015, p. 1011). Esse ponto destacado pela autora nos auxiliou a estar atento para essas questões presentes no ambiente prisional e como isso foi compreendido por essas mulheres, mas também devemos entender que havia uma maior presença de mulheres falando sobre isso do que homens. Isso não quer dizer que os homens não sofreram essa violência, mas mantiveram o silêncio sobre ela.

Os abusos podem se apresentar como uma forma de coagir ainda mais as mulheres a fornecerem as informações pedidas pelos agentes e torturadores, visto que as torturas tinham como um dos objetivos principais fazer com que os militantes dessem todas as informações de seus companheiros.

Apesar da vivência na prisão ter sido marcada pelo isolamento e pela solidão, os anos de cárcere também se caracterizam pelo estabelecimento de redes de solidariedade entre as presas e presos e construção de estratégias (individuais e coletivas) de sobrevivência dentro de um campo limitado de possibilidades (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 23).

Em busca da compreensão de como esses testemunhos foram produzidos e quais os sentidos construídos em períodos anteriores à retomada do Estado brasileiro como incentivador da produção de narrativas, analisaremos duas produções culturais distintas produzidas entre o final dos anos 1980 e 1990 que têm como objetivo a construção de panoramas coletivos a partir dos testemunhos sobre o vivenciado por mulheres no âmbito das prisões durante o período ditatorial. Trata-se do filme *Que Bom te Ver Viva* (1989), dirigido pela cineasta Lúcia Murat e do livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada* (1998), do jornalista Luiz Maklouf Carvalho.

Estas duas produções reuniram relatos de várias ex-presas políticas sobre suas vivências nas prisões. Algumas delas produziram narrativas para as duas produções em momentos distintos da retomada da democracia no Brasil e posteriormente, como veremos no próximo capítulo, serão novamente chamadas, desta vez pela Comissão Nacional da Verdade, a partir de 2013 para produzir novos testemunhos.

Na tentativa de perceber os contextos de produção, transformações, mudanças e permanências em suas formas de lembrar a experiência da prisão, selecionamos sete dessas narradoras que estiveram em diferentes momentos e espaços até o final deste trabalho. Antes de passar à análise das narrativas nas produções selecionadas, analisaremos suas trajetórias a partir da construção inspirada pelo método prosopográfico.

Como já situamos na introdução, este método buscou evidenciar as características que integrou e formou um determinado grupo, para isso podem ser analisadas questões de cunho

econômico, social, religioso, político visando construir as semelhanças que compõem determinados sujeitos (STONE, 2011). Dessa maneira, nos debruçamos neste método para entender o que formou essas mulheres enquanto presas políticas e para além dessa experiência, que outras questões podem ser levantadas que as tornaram pertencentes a este grupo.

Para esse trabalho, usamos como fontes os próprios testemunhos fornecidos à CNV, bem como o livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada*, visto que essas fontes trouxeram questões pertinentes à trajetória dessas mulheres antes da prisão. Fizemos um apanhado sobre suas origens, classe social, vida acadêmica, partidos e movimentos políticos, buscando mostrar as relações entre as mesmas, ainda que estas talvez nunca sequer tenham se conhecido, nem antes, nem depois da prisão.

3.2 A trajetória das presas políticas: entre origem, laços familiares e militância

A prisão por motivos políticos entre os anos 1960 e 1970 no Brasil ditatorial foi o principal ponto em comum nas vidas de Áurea Moretti Pires, Criméia de Almeida, Damaris Lucena, Dulce Maia, Jessie Jane Vieira de Souza, Maria Aparecida da Costa e Rosalina de Santa Cruz Leite.

Mas esse é tampouco o único aspecto em comum na vida destas ex-presas, que passaram boa parte de suas vidas a recordar suas experiências publicamente. Membros de uma mesma geração, elas viveram experiências similares na socialização como mulheres, nas vivências de educação, infância, movimento estudantil, na construção da crítica e na construção de outros projetos para o país. Em comum também se expor aos riscos em defesa de suas ideias e projetos. Algumas perguntas norteiam a recuperação destas trajetórias: como ocorreu a entrada dessas mulheres na militância? Quais suas origens familiares? Onde estudaram? De que organizações participaram? Como foi possível transcender papéis sociais tradicionais destinados às mulheres naquele período?

Algumas delas atribuíram seu lugar de origem e sua infância como um dos elementos centrais para sua tomada de decisões futuras e entrada na militância, como Áurea Moretti Pires de Ribeirão Preto -SP, que afirmou “começa tudo na roça, só porque eu nasci e fui criada na roça que eu fiz tanta arte no mundo [...] o amor à natureza, a valorização da vida” (PIRES, 2014, p. 2).

Morava na Fazenda Peroba, localizada em São Joaquim da Barra (SP), no qual seu pai tinha um armazém (CARVALHO, 1998). Coursou parte do primário na escola que tinha na fazenda e terminou os estudos em Morro Agudo (SP). Com treze anos, Moretti Pires se mudou

com a família para Ribeirão Preto (SP) e diante dos problemas econômicos que seu pai enfrentava, aos quatorze anos, passou a trabalhar para a Loja Americana, no balcão dos alumínio (PIRES, 2014).

Outra testemunha que possui elementos semelhantes a Moretti Pires foi Damaris Lucena. Nascida em 28 de agosto de 1927, também teve uma vida marcada pela pobreza. Mãe de quatro filhos, teve sua origem na pequena cidade de Codó, no Maranhão, filha de um ferreiro e uma fiandeira, Manoel Oliveira e Guilhermina Quintalha. Desde muito cedo, segundo seus relatos, também esteve envolta no trabalho da roça, quebrou coco, socava arroz, debulhava milho, cortava lenha (CARVALHO, 1998).

Viveu a Segunda Guerra Mundial e lembrava da época que morou com suas tias em Coroatá, dos soldados, da falta do açúcar e das notícias que relatavam sobre a Guerra. Sua educação teria sido interrompida no quarto ano primário pela falta de vestimentas adequadas à escola. Destacou em seu relato biográfico a experiência de ter de trabalhar em terras que já possuíam donos, enfrentando muitas dificuldades e a pouca remuneração pelo seu esforço. “Eu tinha necessidade de comer um pão, de comer uma coisa. Médico, remédio, lá não tinha. Quando eu vim ver médico eu já estava uma mulher” (LUCENA, 2014, p. 4).

Já em 1948 trabalhava em uma fábrica em Caxias, quando Damaris conheceu seu futuro marido, Antônio Lucena. No início de 1950, seu marido se mudou para São Paulo em busca de melhorias de vida e quatro meses depois, Damaris se mudou com seu filho, ainda bebê, para encontrar com Antônio. Logo, passariam por uma perda muito difícil, seu filho Ariston morreria de difteria.

Das sete mulheres selecionadas, Moretti Pires e Damaris Lucena são as únicas que vieram de uma classe social baixa, que se mudaram para São Paulo em busca de melhores condições de vida e que procuraram dar destaque em suas histórias de vida que a questão social foi determinante para adentrar na militância.

Apesar das poucas condições financeiras, Moretti Pires conseguiu ter acesso à Universidade de São Paulo, onde cursou filosofia. A experiência universitária, aliás, é mencionada por várias militantes que afirmaram terem se engajado nos movimentos contrários à ditadura, especialmente através dos movimentos estudantis.

Moretti Pires contou ter entrado no movimento estudantil por volta de 1966, momento em que as principais pautas giravam em torno da precariedade da universidade e da falta de investimentos. A entrada na universidade e participação nesse movimento teriam sido motivadores para que ela tenha se engajado na luta contra a ditadura, pois passou a fazer parte

das passeatas que haviam contra o regime, contando as próprias artimanhas para driblar os policiais:

65 já começa os atos institucionais, a repressão, agora em 66 pegou fogo no mundo, né, e a gente lotava, mas lotava as ruas de Ribeirão Preto, né, e eles levavam o canil pra soltar os cachorros na gente. Então apareceram duas armas muito eficazes pra nós, que era a bolinha de gude e a rolha de garrafa pra jogar nos pés dos cavalos (PIRES, 2014, p. 3).

Em sua narrativa, os integrantes do movimento estudantil ou pelo menos parte dos membros já se organizavam para se manifestar contra a ditadura civil-militar, mostrando os primeiros passos do seu envolvimento.

Maria Aparecida Costa também foi influenciada pela experiência que vivenciou na Universidade. Nascida em São Paulo, iniciou sua vida acadêmica na Faculdade de Direito de São Francisco em 1963, ainda antes do golpe. Após entrar na faculdade passou a fazer parte da Juventude Universitária Católica (JUC)⁴³. Era filha de pais católicos praticantes e fazia parte da classe média. Ela atribui sua origem e criação à construção de um olhar de justiça e igualdade perante a sociedade.

Seu envolvimento com a militância teria ocorrido tanto pela sua religiosidade, baseada nos laços familiares, quanto pelo espaço universitário que passou a frequentar. No seu testemunho, colhido por integrantes da CNV, a mesma não fez uma narrativa longa sobre sua trajetória até a chegada à militância.

Algumas testemunhas contaram ter iniciado sua militância na universidade, mas também atribuíram suas ações à influência familiar. A paranaense Dulce Maia Souza contou que seus pais também eram militantes durante o Estado Novo e que sua mãe teria sido presa nesse período. No caso dela, a convivência familiar teria influenciado seus posicionamentos mais tarde.

Ela também frequentou a faculdade, fazendo História da Arte no Museu de Arte de São Paulo. Afirmou em seu relato que sua formação e da sua família era *humanista*, “A minha família era anti-ditadura” (SOUZA, 2014, p. 13). Se identificava como socialista e acreditava que Cuba era o modelo mais próximo ao que desejava.

Jessie Jane Vieira de Sousa, de Minas Gerais, também apresenta semelhanças com Dulce Maia na sua trajetória, por também ter tido na família a inspiração para adentrar à militância. Seus pais, o fazendeiro Washington Alves da Silva e a professora Leta Alves eram

⁴³ Surgiu em torno de 1947, e durante a ditadura, integrada por universitários de vertente cristã, passaram a fazer oposição às imposições do regime ditatorial, muito próximo dos ideais de esquerda.

filiados ao Partido Comunista do Brasil, desde os anos 1950. Nesse início da década, se mudaram para o Mato Grosso a fim de criar um sindicato que fizesse resistência aos grileiros que haviam naquela colônia federal, enquanto sua esposa montava uma escola (CARVALHO, 1998).

Jessie Jane começou a vida escolar já tardiamente, aos 9 anos de idade, em Minas Gerais. A situação financeira da família se complicou, o que obrigou seus pais a irem morar com o avô paterno, conhecido como coronel José Neto na fazenda, mas posteriormente, foi morar em São Paulo com sua família.

Jessie Jane relatou que seu pai era bastante próximo de Marighella, criando após o golpe um agrupamento comunista (SOUSA, 2013). Ela fez vestibular para a Escola de Sociologia e Política, trabalhou como bancária no Itaú, mas seu envolvimento com a militância a levou a sair do emprego.

Toda essa gente do partido frequentava a casa. Arrudão, Marighella, Toledo. Eu nasci nesse ambiente – de forma que a militância foi mais uma continuidade do que propriamente uma opção intelectual. Eu entrei naturalmente. Não conheci gente do movimento estudantil. Conheci lideranças camponesas, operários, gente pobre e perseguida. Meu pai era um homem doce – mas de fortes convicções ideológicas, um misto de coronel com stalinista. Gostar de Roberto Carlos era alienação. Namorar gente alienada nem pensar. O controle ideológico foi muito forte. A educação, muito severa e moralista (SOUSA apud CARVALHO, 1998, p. 321).

Esse dado apontou para a importância das redes familiares no ingresso de algumas mulheres na militância, visto que Jessie Jane aprendeu a viver nesse ambiente e embora também pudesse ter optado por outras ideologias políticas, permaneceu nessa vertente política partilhada pelos seus pais e vivenciada pela mesma.

Essas mulheres acabaram se filiando a partidos políticos que fizeram oposição ao regime. A integrante da CNV, Luci Buff, questionou quando Moretti Pires se inseriu no movimento e em qual partido se filiou, tendo como resposta o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴⁴.

Moretti relatou a fundação dentro do PCB de um grupo de mulheres, dando destaque ao que seria sua preocupação precoce sobre questões de gênero, “num tempo em que ninguém pensava em mulher, [...] a gente se organizou, uma comissão feminina, pra estudo, pra trabalho, pra arrecadar dinheiro pra fazer festa, e acabou fazendo até casamento” (PIRES, 2014, p. 3).

⁴⁴ Fundado em 1922, surgiu pautado na luta operária do final do século XIX, de início buscando divulgar as ideias marxistas para o proletariado.

Ela foi membro das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)⁴⁵ e realizava suas atividades em Ribeirão Preto (SP) entre os anos de 1967-69 (CARVALHO, p. 91). Em sua narrativa, afirmou que seu grupo se inspirou na Revolução Cubana.

No início do regime, de acordo com Moretti Pires, cujo codinome era Maria, ainda lutavam de forma democrática, sem a luta armada, divulgavam o jornal *O Berro*, movimento que fez com que seu grupo pudesse abranger um maior contato com outros militantes. Distribuindo o jornal, falavam sobre o contexto político e arrecadavam algum dinheiro.

Os ensinamentos teriam sido repassados aos demais membros da organização: “Eu ensinava o primeiro tratamento em tudo, assim, como fazer tudo e formando as caixinhas de primeiros socorros, muita coisa eu escrevia e dava pra eles, pros meninos...” (PIRES, 2014, p. 4).

A partir de 1967 sua ligação com a luta armada teria se intensificado e passou a realizar ações como jogar bombas em cinemas e outros locais, de modo a denunciar o regime ditatorial. Um acontecimento que tomou destaque e que pode ter desencadeado sua prisão foi o sequestro do usineiro João Marquezzi, que poderia fornecer dinheiro e visibilidade ao movimento.

Informações fornecidas tanto à CNV, como ao livro *Mulheres que foram à luta armada*, pontuaram que ela elaborou um disfarce para seu companheiro Celso que se vestiria de freira como estratégia para a ação. Ficou também responsável pela manutenção do “campo de treinamento de guerrilha”, localizada em Boa Vista, Guatapará, e que seria esconderijo de Marquezzi. Todavia, procurou amenizar sua contribuição no episódio, “eu não participei disso, não participei, eu só fiz o vestido de freira pro Celso” (PIRES, 2014, p. 5-6).

Através de erros que foram cometidos nessa ação, o grupo começou a ser ameaçado e descoberto. O sequestro não chegou de fato a acontecer, todavia, as prisões começaram. Então, “a maioria das organizações foi isso também, né, por um descuido ou não pensando de um modo maior, cada uma teve seu dia e sua hora porque era a proposta do governo da ditadura militar...” (PIRES, 2014 p. 6).

Em 1969, posterior a essa ação, Moretti Pires teve sua casa invadida pela polícia, sob o comando do delegado Miguel Lamano e acompanhado por Mário, que já se encontrava preso e era participante do mesmo grupo, e que acabou entregando seu endereço aos

⁴⁵ Organização armada que surgiu em 1967 no antigo distrito de Ribeirão Preto, Guatapará. Seus integrantes eram dissidentes do PCB e que também faziam parte do jornal *O Berro* atraindo operários, trabalhadores rurais, estudantes religiosos que passaram a integrá-los.

torturadores. Foi levada para a delegacia e posteriormente para o 3º Batalhão da Polícia Militar em Ribeirão Preto, local onde também havia jogado bombas tempos atrás.

Durante esse período de prisão passou pela Operação Bandeirantes⁴⁶, Presídio Tiradentes⁴⁷ e a Penitenciária Feminina de Tremembé⁴⁸, saindo em janeiro de 1973. Nesse momento, Moretti Pires se afastou da militância e retornou ao Partido Comunista Brasileiro somente em 1980.

Diferente de outras testemunhas, Criméia Schmidt de Almeida, nascida em São Paulo, não começou sua narrativa contando sobre sua trajetória até a militância, visto que seu testemunho foi tomado em uma Audiência Pública, em agosto de 2014, ocasião em que o assunto central era sobre a Guerrilha do Araguaia. Além dos membros responsáveis pela gravação dos depoimentos, estavam presentes outros guerrilheiros que também iriam narrar suas experiências sobre suas vivências da guerrilha.

A própria construção de um cenário que envolvia não só Criméia de Almeida, mas outras testemunhas, reafirmou a diferença no método empregado na produção desse testemunho, visto que todos os depoimentos desses sujeitos ficaram condensados em um único arquivo, deixando de lado a singularidade de cada narrativa. Portanto, o fato de haver várias pessoas com o único objetivo de narrar sobre a guerrilha, fez com que outros aspectos também importantes acabassem por ser desconsiderados, como a trajetória desses sujeitos.

Conseguimos identificar que Criméia iniciou sua militância na escola secundária e se filiou ao Partido Comunista do Brasil⁴⁹ e fez faculdade de enfermagem no Rio de Janeiro. Não há informações mais esclarecedoras sobre sua família ou sua classe social.

Algumas testemunhas também fizeram parte do Partido Comunista do Brasil no período da ditadura. Assim como Criméia, Damaris Lucena se filiou ainda antes do golpe de 1964. Em 1951 começou a fazer parte também influenciada pelo sindicato.

⁴⁶ Foi um centro de operações do Estado, criado em 1969 e liderado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), para investigar o desmantelamento das organizações de esquerda, tenham sido elas armadas ou não. Se transformou no maior centro de tortura e assassinatos da ditadura, coordenando diversos aparelhos policiais, de cunho militar e civil, intensificando a repressão (MEMORIAL DA DEMOCRACIA).

⁴⁷ Construído em 1852, foi criado para prisão de escravos, porém no Estado Novo (1937-1945) passou a servir como prisão para a Lei de Segurança Nacional, intensificando durante a ditadura civil-militar, apesar dos problemas, nesse ambiente os presos eram mantidos de forma legal, portanto, impedia que os mesmos desaparecessem como era comum em outras instâncias, em 1972 o presídio é demolido (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO).

⁴⁸ Construído na década de 1930 como hospital para doentes com tuberculose, sendo em 1969 transformado em um reformatório que era administrado por freiras (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO).

⁴⁹ Surgiu em 1922, também pautado em um viés marxista, buscou integrar a classe operária sobre as críticas ao capitalismo (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL).

No depoimento fornecido à CNV, ela contou sobre a participação de mulheres no sindicato: “Tinha muita mulher que não era assim integrada, elas iam lá pro movimento assim, mas não eram integradas e eu me integrei totalmente no Partido Comunista e nos movimentos” (LUCENA, 2014, p. 8).

O seu depoimento mostrou interesse em tratar sobre questões também voltadas para o gênero, algo que só havíamos identificado com Moretti Pires até o momento. A ausência de mulheres nos sindicatos trouxe uma dimensão interessante acerca do seu próprio envolvimento, visto que ainda não era um espaço ocupado pelas mulheres de forma igualitária se comparada aos homens.

Eu já nasci na luta, do lado humilde. A pobreza, que às vezes me obrigou a catar comida no lixo, foi me deixando revoltada desde criança. Não entrei na luta porque achei o fulano bonito ou uma greve bonita. Entrei com consciência de classe, aquela que a gente vai criando quando quer estudar e não pode, quando quer comer um doce e não tem. A miséria foi sempre presente na minha vida. (LUCENA apud CARVALHO, 1998, p. 46).

Esse contato com o movimento teria acontecido já em São Paulo, com seus vinte e poucos anos, no Governo de Eurico Gaspar Dutra, que teve seu apoio. Nessa jornada, passou a trabalhar junto com seu marido na indústria têxtil Ricardo Jafet, momento que se envolveu com a luta sindical. Esse envolvimento lhe gerou o cargo de líder do sindicato e ao mesmo tempo sua demissão da empresa.

Eu também sou comunista. Eu sempre fui muito contra a injustiça. Eu tinha muita bronca de ver as pessoas fazer injustiças com os outros. De negro. Porque eu sou de família africana. Meu pai... Meu bisavô foi trazido da África e os filhos foram todos vendidos no Brasil. Meus bisavós. Os irmãos dos bisavós foram todos vendidos no Brasil. Minha bisavó ficou só com o pequenininho que era pequenininho de peito. Os grandes era tudo vendido. (LUCENA, 2014, p. 7).

Nas narrativas produzidas por Damaris se evidenciou uma história de vida que lhe teria gerado esse pertencimento e escolha pela militância. Diferentemente das trajetórias de outras mulheres já aqui destacadas, sua condição social a teria motivado para a tomada dos seus posicionamentos.

Eu tenho muito orgulho de ter o cabelo pixaim, de ter o beição, eu tenho muito orgulho disso. De ser africana, pode crer. Quando eu vejo as injustiças que fazem na África, eu me sinto mal. Eu me sinto muito mal mesmo. De forma que a minha luta foi muito grande no sindicato. Eu sindicalizava as pessoas. Eu procurava ler muito pra esclarecer o porquê do sindicato. (LUCENA, 2014, p. 7).

É importante entendermos que Damaris estava falando para a Comissão em um momento político-social em que temáticas como a das questões raciais cresciam no âmbito da discussão pública e na busca por políticas sociais através dos movimentos negros. Portanto, ela também falou de seu passado num contexto em que o reconhecimento enquanto negra era valorizado.

Atentando-se aos detalhes, ela explicitou suas referências e modelos:

Graças à Revolução Cubana, aquele velhinho que está lá velhinho tomará que ele viva anos e anos. Eu botei o pé na faculdade em Cuba. Uma camponesa, uma operária botar o pé na faculdade em Cuba é um prodígio, porque aqui no Brasil vai olhar se tem alguma camponesa na faculdade. Vai olhar se tem alguma doméstica na faculdade. Até o colegial ela vai, mas passou daí, ela não passa. Mas em Cuba os camponeses estão tudo na faculdade. (LUCENA, 2014, p. 11).

Sua ida à Cuba ocorreu após sua prisão, momento em que a mesma saiu do Brasil em exílio. No início da década de 1960, Damaris Lucena e seu marido entraram na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁵⁰. Sua casa, em Atibaia-SP, funcionava como um aparelho para guardar armas, dinheiro, livros, roupas, ambiente esse bastante visitado pelos seus companheiros de luta.

Tinha o apoio de seu outro filho, também chamado Ariston, que na época já era um jovem. Esse movimento acabou por entregar seu endereço para a polícia que já estava em busca de Antonio Lucena, conhecido como “Doutor” e que teve seu rosto estampado no Jornal da Tarde. Morto pelo regime na frente de Damaris e seus três filhos em sua própria casa em janeiro de 1970, assim se iniciou a experiência da prisão e de inúmeras situações vividas pela viúva.

Sobre a participação na militância, Dulce Maia fez parte da luta armada, sendo precursora, juntamente com Renata Andrade, da Vanguarda Popular Revolucionária, participando de ações importantes. Nesse processo de se tornar membro da luta armada, teria treinado tiro com sua colega e Wilson Fava, também membro do grupo. Ela relatou que em um desses episódios, teve que subornar um guarda-florestal que havia avistado essa movimentação.

Tinha um determinado privilégio por frequentar lugares em que muitas informações poderiam ser coletadas, como festas, já que trabalhava na área da cultura. Para além da sua formação em artes, fez anteriormente um curso privado de Ciências Sociais, mas nenhum foi um curso universitário. Dulce Maia possuiria uma situação financeira aparentemente estável, o

⁵⁰ Criado em 1968 por dissidentes da POLOP e MNR, era composto por estudantes e ex-militares, desenvolvia trabalhos sindicais e ações militares.

que também refletiu nas condições em que ela tinha para conseguir se engajar na militância e mais especificamente na luta armada (MAIA, 2014).

Assim como a testemunha Maria Aparecida, ela também fazia parte da ALN⁵¹ junto de sua família. Em 1964 seus pais acolhiam militantes que estavam sendo perseguidos e ajudavam com esse apoio, “eu sempre digo que ser de esquerda nunca foi um exercício intelectual pra mim, fazia parte da minha... era uma coisa familiar” (MAIA, 2013, p. 4).

O viés enfatizado pela depoente revelou que o seu envolvimento foi fruto de forte influência do seu pai e que talvez pensar diferente dele naquele contexto, seria algo inaceitável para o mesmo.

Rosalina de Santa Cruz Leite de Recife -PE também vinha de uma família de classe média. Seu pai era médico, de uma família de coronéis e sua mãe vinha de uma família de donos de engenho. Rosalina estudava em um colégio de freiras onde desempenhava algumas atividades em lugares mais pobres de Recife.

Enquanto Maria Aparecida fazia parte da JUC, Rosalina Leite era integrante da Juventude Estudantil Católica (JEC). Mas na faculdade de Serviço Social, ela se filiou à JUC e posteriormente a Ação Popular (AP)⁵².

Notamos que embora cada uma tenha sua própria trajetória, existiram também semelhanças no que foi destacado, percebemos que os principais motivos para adentrarem a militância vinha pelo ingresso em movimentos estudantis que permitiram à maioria dessas mulheres ter acesso a experiências diferentes. Em sua maioria, fazem parte de setores de classe média, até pelo acesso à universidade que naqueles anos não era tão comum a homens e mulheres pobres.

A família, a origem também eram elementos destacados nessas narrativas, algumas participaram dos mesmos partidos, movimentos. Essa análise mais minuciosa sobre essas mulheres se mostrou importante para que pudéssemos entender um pouco mais sobre as mesmas, tendo assim condições de compreender o lugar de onde falam, pois pretendemos apreender como essas mulheres trazem essa experiência da prisão nos tempos e espaços de memórias diferentes, como iremos nos debruçar a partir desse momento.

⁵¹ Surgiu em 1935, tendo como principal objetivo o combate ao fascismo que ganhava espaço no território brasileiro depois da Primeira Guerra Mundial. Tinha por integrantes ex-militares do movimento tenentista, e buscavam ainda o fim da dívida externa, a nacionalização dos produtos industriais e a reforma agrária diante das políticas de Getúlio Vargas.

⁵² Ligada ao movimento JUC, surgiu em 1962 com uma vertente socialista, atuava especialmente nas causas camponesas e operárias, posterior ao golpe a AP passou a aderir à luta armada como forma de combater o regime.

3.3 O testemunho da prisão em *Que bom te ver viva: entre memória e ficção, a ruptura do silêncio* (1989)

Que bom te ver viva (1989) foi dirigido pela cineasta Lúcia Murat⁵³ e produzido pela editora Taiga Filmes, também fundada por Murat em 1980. Uma das questões importantes sobre a cineasta era que a mesma também vivenciou a experiência da prisão, tendo sido torturada assim como as testemunhas do seu filme-documentário.

O Jornal do Brasil⁵⁴ trouxe em abril de 1987 um texto escrito por Lúcia Murat⁵⁵ acerca das produções de Frei Betto *O dia de Ângelo* (1987) e *Batismo de sangue* (1982), numa espécie de resenha que abordava os elementos centrais dessas obras, mas nos interessou entender quando a mesma afirmou:

Fui obrigada a voltar a pensar nessas coisas quando Frei Beto publicou seu primeiro livro sobre suas experiências na cadeia -**batismo de sangue**, [...] Até este momento, a maioria dos livros sobre a época não conseguia dar a dimensão da dor, da humilhação, e ao mesmo tempo da dignidade que faziam parte do dia-a-dia de um torturado (JORNAL DO BRASIL, 1987, p.7).

Ao final do texto está escrita uma nota em que Murat estava produzindo um filme sobre o tema em questão, se referindo ao *Que bom te ver viva*. Sua opinião acerca do livro *Batismo de sangue* nos ajudou a entender como ela justificou o interesse em produzir o filme documentário, ela teria se sentido obrigada a lidar com essa memória. Assim como Sarlo (2007) escreveu, “o imediatismo da voz e do corpo favorece o testemunho” (SARLO, 2007, p.19), o testemunho é importante pela dimensão da denúncia, a construção de uma memória sobre esses atos sem o testemunho não seria possível conhecer o que foi praticado.

Antes mesmo de ser lançado, a produção de Murat já ocupava espaço nas manchetes de jornais, que também foi divulgada pela participação da atriz Irene Ravache no papel de

⁵³ Militante, presa e torturada, elabora um monólogo com a interpretação da atriz Irene Ravache, no qual a mesma vai ao longo do documentário mostrando como está sua vida depois dos anos que puseram fim à ditadura e a sua experiência enquanto presa. A autora faz uma gravação diferenciada no que cerne aos personagens reais e fictícios, pois enquanto as depoentes são postas e ambientes abertos do seu próprio cotidiano, a gravação da personagem é feita em ambiente fechado com vários usos de recortes (ROCHA, 2017).

⁵⁴ O Jornal foi fundado em abril de 1891 por Rodolfo de Sousa e Joaquim Nabuco com o objetivo de criar uma oposição ao governo republicano que recém se instaura. Na época o jornal ficou conhecido como apoiador da monarquia, já que tinha relações estreitas com esse grupo. O país vivia um contexto de insatisfação política, que reprimia, inclusive, a própria imprensa. O jornal que hoje funciona somente via internet, já que sua versão impressa foi extinta pelos problemas financeiros que enfrentou, não criou grandes embates com o governo e predominava em suas manchetes assuntos voltados para os problemas cotidianos da população.

⁵⁵ Presa pela segunda vez em 1971, a mesma foi solta em 1974 quando passou a escrever artigos para o Jornal do Brasil e outras revistas. No início de 1980 passou a dirigir documentários que tratam das problemáticas do Brasil, a partir dos anos de 1990 passou a se dedicar exclusivamente a produção de longas-metragens para o cinema.

protagonista, expondo inclusive a percepção da artista sobre o tema após ter interpretado uma mulher que fora torturada: “Quando ela escuta um torturador dizer que “os tempos eram outros”, a atriz fica de orelha em pé como os cachorros. “Quer dizer que se os tempos voltarem, volta a tortura?”, indagou (JORNAL DO BRASIL, 1988).

Sua produção possuía um teor nitidamente político, não só no âmbito da construção de uma memória, mas na tentativa de provocar o Estado diante das ações de silenciamento. A matéria do *Jornal do Brasil* afirmou que foi do interesse de Murat lançar o filme no ano das primeiras eleições diretas para a presidência, em 1989: “todos os presidenciáveis participaram de alguma forma. Ou estavam no poder, ou na oposição, ou se omitiram” (JORNAL DO BRASIL, 1989, p. 2).

Esse é um marco importante na história e no processo de redemocratização, pois seria a primeira vez desde 1964 que a população brasileira poderia votar e escolher seu representante. Murat enviou cópias do seu documentário aos candidatos à presidência para que fornecessem seu parecer sobre o mesmo, para que dissessem o que tinham achado, também num ato político para trazer para a opinião pública o posicionamento destes perante o regime ditatorial.

A história não-oficial do Brasil vai aos poucos emergindo das sombras, revelando a dose de sacrifício a que o povo brasileiro foi submetido nos anos de repressão”, disse o candidato do PDT Leonel Brizola [...]. Para Luiz Inácio da Silva, do PT, o filme conta “momentos dramáticos da luta contra a ditadura no Brasil que a história oficial procura sempre esconder ou contar de outra maneira”. O candidato Mário Covas (PSDB) acha que o trabalho de Lúcia Murat marca o décimo aniversário da anistia política, numa época em que há “carência de obras voltadas para a investigação de fatos que compõem a memória nacional (JORNAL DO BRASIL, 1989, p.7).

Demais candidatos como Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PSD) também produziram um discurso salientando o desprezo pelo passado ditatorial e suas práticas, apenas Paulo Maluf (PDS) não respondeu ao pedido de Murat de conceder sua opinião sobre o *Que bom te ver viva*. Enquanto os candidatos pertencentes a partidos de esquerda, extrema-esquerda, centro-esquerda e centro se manifestaram contrário às práticas do regime ditatorial, Paulo Maluf que fazia parte de um partido de direita, o Partido Democrático Social, tendo inclusive disputado as eleições em 1985 contra Tancredo Neves, quando foi formada duas chapas, fora o único que se isentou de dar sua opinião sobre o filme.

Devemos entender que essa atitude não refletiu apenas o posicionamento dos políticos sobre a discussão, mas os próprios interesses de Murat ao inflar as discussões em torno da temática ao fazer o pedir que trouxessem sua opinião sobre o *Que bom te ver viva*. Isso

mostrou uma tentativa em tentar perceber a opinião daqueles políticos e talvez ainda influenciar a própria opinião pública sobre estes candidatos, não só pelo fato de o lançamento ter sido programado para o ano das eleições, mas também pelo fato desses discursos terem sido noticiados em jornal.

O filme repercutiu como pode ser visto em algumas notícias, tendo sido exibido em festivais como o 17º Festival de Cinema Brasileiro de Gramado. O filme de Lúcia Murat foi escolhido por representar uma proposta importante no cinema brasileiro. *Que bom te ver viva* também era caracterizado como uma perspectiva crítica sobre a memória: “O filme aponta dois caminhos para a questão – a loucura e a sobrevivência. Já a sociedade prefere o silêncio” (JORNAL DO BRASIL, 1989, p.9).

Numa notícia intitulada *Começar de novo*, que anunciava a estreia do filme nos cinemas, o colunista Cláudio Figueiredo escreveu um texto sobre o filme elogiando Murat por não ter necessitado criar estratégias para despertar a emoção no público, pois seu documentário já traria isso sem muito esforço. “A rigor, não é um filme sobre a tortura, mas sobre o que acontece depois dela. “É um filme sobre a permanência da dor”, define Lúcia” (JORNAL DO BRASIL, 1989, p.33).

Já o jornal *O Liberal*⁵⁶ afirmava que era um filme “contundente não só pelo seu conteúdo, mas também pelo modo como os fatos são abordados, inovando na linguagem e traduzindo, sem uma só cena explícita, todo o horror de um passado recente” (O LIBERAL, 1989, p.5).

O jornal paraense ressaltou ainda, a importância dessas narrativas serem ouvidas e tornarem-se conhecidas pelas pessoas: “O que as mulheres depoentes sofreram não pode, certamente, ficar com elas ou nos bastidores da história oficial.” (O LIBERAL, 1989, p. 9). Há uma crítica do jornal à forma como o Estado brasileiro estava construindo essa história oficial sobre a ditadura, sendo o *Que bom te ver viva* um meio de contrapor a essa produção memorialística.

É preciso que as novas gerações conheçam os extremos escondidos por uma censura rígida [...]. “Que bom te ver viva” emociona a todas as plateias, mesmo as que não tiveram conhecimento (por terem nascido depois) dos fatos acontecidos. É um filme importante. Devia ser exibido na TV, para todo mundo assistir. [...] Não há uma só amostra de violência. O que existiu surge nas vozes e nas máscaras de quem sofreu. É força suficiente para emocionar (O LIBERAL, 1989, p.9).

⁵⁶ Um jornal criado por Rômulo Maiorana no Pará em 1946, tinha como objetivo relatar os acontecimentos daquele estado e do mundo, buscou ser um jornal independente, diferente dos demais que eram ligados ao governo.

Houve uma preocupação da cineasta em fazer uma divulgação para chegar ao público que ela queria atender com maior exatidão,

Que bom te ver viva será lançado com uma campanha sobre direitos humanos voltada para principalmente universitários e de 2º grau, com o apoio do **JORNAL DO BRASIL** e da Context Tour. “Vamos distribuir formulários nos cinemas e nas escolas”, diz a cineasta (JORNAL DO BRASIL, 1989, p. 33).

Sua escolha por fazer uma relação entre documentário e ficção teria se dado com o objetivo de construir uma narrativa que não se encaixaria numa linguagem muito articulada, talvez porque a própria realidade, segundo ela, não fosse assim. Não haveria muitas certezas a serem contadas, mas os modos como essas mulheres tentaram se organizar em meio à confusão.

Figueiredo finalizou sua coluna dizendo que,

O filme convence tanto a testemunha emocionada quanto o espectador desconfiado de que nenhum dos dois tem a ganhar com esse pacto de silêncio. E o público comovido provavelmente deixará o cinema concluindo com Lúcia Murat: que bom ver estas mulheres vivas... (JORNAL DO BRASIL, 1989, p.33)

A coluna valorizou a produção de Murat e ainda conferiu a opinião que o público poderia ter após assisti-lo. A abordagem a partir da experiência feminina teria chamado a atenção de outra jornalista:

O comovente, porém, não é apenas o sofrimento de oito mulheres com a violenta tortura das partes mais sensíveis do corpo feminino [...]. Há ainda uma revelação maior: o comportamento da mulher nesta situação limite. Lúcia Murat apresenta a diferença da mulher diante da tortura e, indiretamente, diante do mundo. O filme comprova a singularidade de seres enigmáticos, que reconstróem a vida dilacerada através da maternidade, do amor incondicional (JORNAL DO BRASIL, 1989).

Embora algumas mulheres tenham tido na maternidade um apoio, há uma romantização por parte da colunista Marcia Cezimbra, já que no próprio documentário também identificamos que essa questão da gravidez na prisão se transformou em um trauma, como no caso de Criméia de Almeida.

Murat ainda relatou que parte das narrativas interpretadas por Irene Ravache fizeram parte de sua própria história, mas “tem coisas muito pessoais que não posso identificar” (JORNAL DO BRASIL, 1989). Esse relato apontou para a dificuldade que a própria produtora do filme teve em narrar ou tornar pública suas experiências pessoais da prisão.

De acordo com o Jornal do Brasil, o documentário sofreu com restrições para o seu financiamento, só sendo concluído com o prêmio de outra produção sua, mas também foi ajudado pelo projeto Tortura Nunca Mais⁵⁷.

De acordo com o site Taiga filmes e vídeos, o filme-documentário contou com premiações importantes tanto no âmbito nacional, quanto internacional, destacando ainda trechos de jornais que trouxeram uma visão positiva sobre a relevância e a produção de *Que bom te ver viva*. Destaca-se: melhor filme do júri popular, do júri oficial e da crítica por "Que bom te ver viva", Festival de Brasília, 1989; Melhor montagem e melhor atriz, Festival de Brasília, 1989; Prêmio especial do júri e Prêmio Samburá; Festival Internacional do Rio, 1989; Prêmio Coral, melhor filme da OCIC e melhor filme da ass, De atores; Festival Havana, 1989; Melhor atriz de cinema. Prêmio Molière, 1990; Melhor atriz de cinema. Golden Metais, 1990; Menção Margarida de Prata da CNBB. Menções da Federação Internacional de Críticos e da OCIC no Fest- Rio. A maior parte das premiações e destaques ocorreram entre o ano de lançamento e 1990.

O documentário tinha como objetivo registrar as memórias de ex-presas políticas, abordando aspectos que envolviam a militância, as perseguições, as torturas que foram praticadas contra essas mulheres durante a ditadura e ainda demonstrar a realidade presente naquele momento dos anos 1980, no modo em como as mesmas conseguiram e continuaram a viver depois da prisão e do fim da ditadura.

Criado num contexto ainda muito próximo do final da ditadura, estava presente o anseio de registrar esses acontecimentos, especialmente pelo cinema e a literatura, como evidenciamos no início da pesquisa. A priori, postulamos que na década de 1980 o cinema documentário foi pioneiro em abordar os sujeitos e suas ações políticas para além da instauração do golpe e a divisão do inimigo (ROCHA, 2017).

A década de 1980 marcou o fim do regime ditatorial e o início da redemocratização, tendo em 1985 se dado oficialmente o fim da ditadura como sistema político autoritário, sendo em 1989 as primeiras eleições democráticas por voto direto da população. Desde 1985 já havia uma articulação para as eleições presidenciais pautado no movimento *Diretas Já* que ocorreu entre 1982-1983 (RICHTER; FARIAS, 2019).

Esse momento de efervescência política ocorreu numa teoria de permissão dos comandantes militares, em um argumento de que foram estes que resolveram permitir que a

⁵⁷ O grupo foi fundado em 1985 no Rio de Janeiro, sendo uma iniciativa de ex-presos políticos que passaram pela experiência da tortura durante a ditadura, e também composto pelos familiares de mortos e desaparecidos. O grupo passou a lutar pelos direitos humanos e pelo esclarecimento de fatos relacionados à ditadura.

democracia voltasse a fazer parte da realidade brasileira (RICHTER; FARIAS, 2019). A morte de Tancredo Neves após assumir a presidência, tornou o ambiente novamente hostil e inseguro, pelas próprias relações estremecidas que o vice Sarney possuía com o PMDB.

As Forças Armadas não saíram rechaçadas, mas se encontravam ainda num lugar de prestígio, tendo o próprio Exército a posição de defender o país, com o aval inclusive de interferir para garantir a ordem constitucional. Foi um momento em que não havia muita clareza de como a política iria caminhar, diante das inseguranças que o regime autoritário havia deixado.

No âmbito das políticas de memória desse período, não se referindo ao Estado, citamos novamente o *Brasil: nunca mais* (1985) como esse precursor da mesma sobre a ditadura nesse contexto de redemocratização, produção pioneira e de grande destaque ainda hoje sobre a memória da ditadura, especialmente pela repercussão que causou com o seu lançamento. O próprio processo de *justiça de transição* foi tratado por pesquisadores a partir do marco de 1985.

O final da década de 1970 até 1985 foi um período de suma importância para a construção de uma memória crítica ao regime, houve grandes protestos da classe estudantil, operária e do movimento Diretas Já (NAPOLITANO, 2015). Em 1982 ocorreram as primeiras eleições diretas para governadores estaduais, mostrando a abertura política que estava se construindo desde então.

Das sete mulheres apresentadas no segundo tópico deste capítulo, três produziram testemunhos para o filme *Que bom te ver viva* (1989). O documentário mostrou não somente as experiências vivenciadas através dos depoimentos, mas também optou por mostrar o cotidiano das mesmas, com o intuito de retratar como essas mulheres sobreviveram depois das prisões, como suas vidas foram reconstruídas após as violações sofridas pela ditadura.

A respeito dessa tipologia de fonte que é o documentário, é preciso entender que

O documentário é percebido, em linhas gerais, como um filme informativo e/ou didático feito sobre pessoas, geralmente de conhecimento público, animais, acontecimentos (históricos, políticos, culturais etc.) ou ainda sobre objetos, emoções, pensamentos, culturas diversas, etc. (ROCHA, 2017, p. 82).

Contudo, o filme lançou uma forma inusitada ao lidar com essa memória por cruzar realidade com ficção. A produção das falas da personagem central, interpretada por Irene Ravache, foram escritas antes mesmo dos depoimentos terem sido produzidos, havendo uma preocupação da própria cineasta em como essas narrativas iriam se complementar (FULLAN, 2019). Um dos objetivos implícitos de Murat foi elaborar uma produção biográfica, onde a

testemunha pudesse abusar do lugar de fala, e ainda nesse sentido, o fato da personagem de Ravache não possuir um nome fictício dentro dessa produção, também pode representar o intuito de que aquela narrativa não era algo singular daquela mulher, mas de várias outras vozes que não puderam ser ouvidas.

Também se utilizaram fotografias das depoentes em variados momentos, ambientes e tempos, com o intuito de fortalecer essas imagens realísticas. As vidas dessas mulheres foram representadas por meio do filme, trazendo a rotina e mostrando a vida privada.

Foi importante analisarmos como essas mulheres produziram suas memórias em um espaço temporal tão próximo de suas vivências e quais seriam as diferenças que podemos identificar quando essa memória foi novamente revisitada já em outra temporalidade. A produção fílmica apresentou, especificamente, a experiência de mulheres nos ambientes prisionais e todo o percurso a qual eram submetidas até chegar em espaços legais do Estado.

Crimeia Schmidt de Almeida foi presa em dezembro de 1972, após ter lutado e fugido da Guerrilha do Araguaia grávida de sete meses. No testemunho fornecido ao filme-documentário *Que bom te ver viva (1989)*, seu relato mais enfático sobre a experiência da prisão esteve relacionado também a sua gravidez e como lidou com isso no espaço prisional.

Eu vejo assim, como uma marca muito grande do que eu vivi, e que eu não quis repetir depois, a questão da gravidez, isso sim, pra mim a gravidez foi, marcou muito, né?! Teve seus aspectos positivos, eu acho que, ter um filho é uma coisa gostosa, e eu senti isso, mesmo na prisão, que foi uma situação difícil, ter um filho na prisão, mas foi uma sensação gostosa, sabe? Uma sensação assim, parece até... meio, impossível que a gente consiga pensar isso tendo um filho na prisão, cercada com metralhadoras etc..., e eu pensava o seguinte, eles tentam acabar comigo e nasce mais um, aqui mesmo onde eles tentam me eliminar, onde eles tentam acabar com as pessoas, a vida continua, né?! (QUE BOM... 1989).

Em seu testemunho a presença de sentimento ambíguo entre o trauma que a gravidez dentro da prisão lhe causou e o sentido que a mesma atribuiu, pois mesmo com a dificuldade vivenciada havia algo de esperançoso no fato de estar gerando uma vida numa situação em que se queria a aniquilação da sua. Almeida Teles (2015) afirmou que a maternidade também foi utilizada como meio de tortura, visando fragilizar essas mulheres e as próprias crianças. No seu caso, a experiência teria a marcado significativamente.

Segundo LaCapra (2005) quando uma ausência se transforma em narrativa, ela se define com a perda de algo, no caso de Criméia, essa perda está relacionada a impossibilidade de a mesma passar novamente pela experiência da maternidade, pois os traumas gerados criaram um sentimento de perda dessa vontade. Entendemos com LaCapra (2005) que a perda

seria a causadora dos traumas, contudo, algumas poderiam ser traumáticas e outras não, assim como a intensidade do trauma também foi diferente em relação a cada perda.

A perda não se refere apenas à morte de alguém, mas de sentimentos, valores, emoções que os indivíduos poderão ter arruinado pelo trauma gerado por algumas experiências.

A violência psicológica também foi um ponto destacado pela mesma:

Uma das formas de tortura era mostrar os slides das cabeças decapitadas dos guerrilheiros [...] foi uma prática usada com todos os guerrilheiros presos, né?! Os poucos sobreviventes. Isso me marcou de uma forma muito intensa, na época em que eu via essa cena, que eu não consegui reter a imagem, eram pessoas conhecidas que, que ficou uma ausência, eu vejo as cabeças decapitadas dos rostos, mas não consigo identificar (QUE BOM... 1989).

A escolha daquilo que impactou e que irá ser narrado mostrou como a memória sempre é seletiva (TODOROV, 1998 apud CATROGA 2015) e também estará retida de relações afetivas (CATROGA, 2015). Ver os companheiros de luta mortos e/ou decapitados, foi uma vivência que não pôde ser levada ao esquecimento, pois também estava carregada das relações que a mesma estabelece com estes sujeitos.

Ser guerrilheiro é um negócio meio assim, meio conto de fada, e isso distancia, sabe? Porque é uma realidade que os outros num viveram, de repente assim os, meus sobrinhos, meu filho, os amigos deles, né, pros jovens, eu sou uma espécie assim de contadora de história (QUE BOM... 1989)

Ser contadora de história nesse contexto aconteceu pela repetição de narrativas gerada pela própria existência do trauma, na ressurreição da memória sobre um passado que insiste em se fazer presente (SELIGMANN-SILVA, 2008). Essas pessoas se tornaram contadoras de história porque necessitavam desse espaço de escuta e isso não aconteceu somente em filmes, livros, depoimentos, mas nas conversas cotidianas, familiares, embora a dificuldade de elaborar esse trauma, de falar sobre ele estivesse presente. Mas, por ser um passado que não passa, foi preciso que fosse contado.

Um trecho selecionado de seu testemunho para o documentário também abordou a dimensão do esquecimento, pois poucos anos após o fim da ditadura, havia um distanciamento entre o vivido e como a sociedade brasileira compreendeu e lidou com essa memória. Havia assim uma luta para que não se esquecesse o que foi vivido, reafirmado por Crimeia Almeida quando disse para o documentário que não fez parte desse acordo de silêncio, “Eu persisto na cobrança, eu continuo cobrando, né?! Eu num, num fiz parte desse acordo de silêncio” (QUE BOM...1989).

Analisando sua fala, evidenciamos o medo do esquecimento que Criméia possuía naquele momento, afirmou que continuava persistindo, que não concordava em esquecer, mesmo em meio a dificuldade da experiência vivida e os traumas que essa memória lhe trouxe, ainda desejava continuar lutando por isso. Testemunhar era então uma forma de impedir que isso ocorresse, estar ali presente, na tela do documentário era importante para reafirmar seu espaço, seu lugar de luta diante do que foi vivido durante o regime ditatorial.

Sarti (2014) afirmou que “os que lutaram contra a ditadura não representam a si mesmos como vítimas, já que o lugar da vítima supõe que o sujeito não indague sobre si mesmo. Eles fazem, assim, suas demandas de reparação do lugar de protagonistas de uma luta” (SARTI, 2014, p. 91).

Jessie Jane Vieira de Sousa foi presa em 1970 e assim como Crimeia Almeida teve outros membros de sua família perseguidos. Seu pai já estava preso e posteriormente sua mãe e irmã também foram encarcerados. Relatou o momento de sua prisão para o documentário *Que bom te ver viva*,

Nós fomos juntos, todos no mesmo camburão pra Aeronáutica, a família toda entendeu, e minha mãe, a minha mãe... minha irmã muito abalada porque ela era muito menina, né. Mas a minha mãe segurando muito aquela situação, e ficou dois meses presa conosco, não na mesma sala que eu, mas ficou presa lá, minha sogra também. E minha mãe, inclusive naquele momento eu vi minha irmã sendo torturada, minha irmã sim, é... A polícia de São Paulo que tava aí, coronel da polícia militar de São Paulo que tava junto com minha irmã, torturou a minha irmã pra me desestruturar (QUE BOM... 1989).

No documentário não se explorou, pelo menos no que foi selecionado para a montagem do filme, sua narrativa sobre as torturas, maus-tratos que sofreu naquele momento ainda recente. Em trecho de testemunho presente no filme, Jesse Jane descreveu os impactos da violência sobre sua família:

A questão da prisão da minha mãe, da minha sogra, da minha irmã, eu acho que só me atingiu um pouco depois quando eu comecei a pensar o que poderia ter acontecido, entendeu? Mas naquele momento num teve nenhuma consequência objetiva isso. Inclusive o negócio da televisão, que eles queriam que eu fosse pra televisão, minha mãe disse: “Não vai não minha filha, quê que é isso” (emocionada). Então... num acredito que tenha tido assim, eu acho que hoje tem mais, naquele momento não (QUE BOM... 1989)

Assim como Criméia, Jessie Jane também passou pela experiência da gravidez na prisão, engravidando no espaço prisional anos depois de detida e sem perspectiva de ser libertada:

Quando a Leta nasceu não tinha a menor perspectiva de sair da prisão. A Leta nasceu em 77, quer dizer, se eu fosse cumprir pena eu não teria saído da prisão ainda, sairia no ano dois mil e não sei quanto, nem me lembro mais. Mais então, 77 num existia perspectiva de sair, assim, eu num tinha. Então, o nascimento da Leta foi assim, uma coisa interessante, por que ele, é... abriu uma, uma... uma brecha pras emoções fluírem, né. Então eu fiquei grávida, aí tem uma história de como eu encontrei, eu fiquei cinco anos sem encontrar Colombo né, aí quando chegou o Geisel assumiu, com aquela lenta e gradual, o diretor o presídio, mudou a direção do presídio, e a grande reivindicação era a gente poder se ver, num tinha a menor ideia de que um dia nós pudéssemos ter alguma relação dentro da prisão, era ver, encontrar, dizer “Oi, tudo bem?” (QUE BOM... 1989).

Além desses fatores, Jessie Souza também afirmou o estigma que havia em relação aos presos que participaram da luta armada. Já dentro do próprio contexto de ditadura, especificamente a partir de 1969, a grande parte dos militantes de organizações armadas estavam clandestinos e não podiam ter uma vida civil, estavam impedidos até mesmo de trabalhar (RIDENTE, 2010).

Os testemunhos das mulheres fornecidos ao *Mulheres no exílio* retratam que as mesmas foram estigmatizadas por ter parentescos com guerrilheiros, não pelo seu envolvimento em si na luta, mas pelo fato de ter relação com esses sujeitos (RIDENTE, 2010). Os militantes sofriam dentro das organizações armadas ao perceberem o crescimento da marginalização social em relação a estes grupos (RIDENTE, 2010). Essa era uma realidade vivenciada no próprio momento em que as ações foram executadas e posteriormente quando os grupos armados foram derrotados, destruídos, essa marginalização ainda perdurou.

Aí nesse momento nós tivemos inclusive o peso de outra questão, quer dizer, nós não éramos só presos políticos, nós éramos presos políticos considerados terroristas, quer dizer, aquela questão toda da anistia, e da fraternidade é uma coisa, mas que embutia um preconceito muito grande contra a luta armada, que é uma coisa que a gente ainda vive né, que dizer, no Brasil você pode se opor, aí cê conta que foi exilado, foi banido, se opor, mas se você colocar no seu currículo que você fez sequestro de avião, fez sequestro de banco, tudo isso entendeu, você passa a ser, no imaginário da própria esquerda, terrorista, e você passa a ser discriminado (QUE BOM... 1989)

Podemos entender que a forma como os guerrilheiros eram tratados, tem a ver com a maneira que o próprio Estado brasileiro estava construindo o processo de abertura política. Como vimos no início deste trabalho, com Mezarobba (2003), o processo de construção da anistia exigiu muito mais do que foi aprovado pela Lei de agosto de 1979, sendo perdoados apenas os crimes políticos. No caso de guerrilheiros, envolvidos com os chamados “crimes de sangue” por meio da luta armada, não houve perdão.

Se o próprio Estado enquanto entidade continuou culpabilizando esses indivíduos, apesar de perdoar os torturadores, ainda no processo de criação da proposta de anistia, isso também interferiu em como a sociedade visualizaram estes sujeitos, não tinham cometido apenas crimes políticos, mas segundo a lei, crimes contra a humanidade, já que envolveu ações violentas.

As mulheres

Romperam com os estereótipos femininos, saíram dos papéis impostos de submissas e frágeis e se empenharam em ações que eram consideradas “de homens”, como o manejo de armas, a elaboração de estratégias políticas de enfrentamento e resistência na tentativa de obter justiça, liberdade e democracia (ALMEIDA TELES, 2015, p. 1017)

Pelas construções sociais, o estigma foi maior para as mulheres, pois romperam com os padrões estabelecidos aceitos até então. Rosalina de Santa Cruz Leite foi presa em 1971 e em testemunho selecionado para o documentário relatou de forma mais direta os aspectos da prisão e da tortura que não se fizeram tão presentes como nas narrativas das testemunhas anteriores. Embora Teles (2011) afirmasse que os testemunhos sobre a tortura se direcionassem mais aos fatos do que a subjetividade, pela dificuldade em narrar esse trauma, já que a mesma realizou em sua pesquisa um trabalho de entrevista, Leite lançou destaque não somente sobre como as práticas eram executadas, mas aos sentimentos associados àquelas situações.

Eu me senti inteiramente amedrontada. Que eu me lembro naquele momento era um sentimento de solidão, de medo, de total desproteção diante da... daquele homem, daqueles homens. Então me levaram pra uma sessão de tortura... O que tava em jogo não era a informação, o que tava em jogo era a minha desestruturação, era a minha rebeldia, era a minha, era... era o fato de eu ter me rebelado contra a autoridade e a prepotência deles, né. Quando eles... terem me batido muito com o telefone, choque elétrico, pau de arara, choque na vagina, né... sempre despida. Eu cheguei a um momento em que eu pedi “me matem, eu quero morrer, eu num tô aguentando”. E eu lembro do olhar, do riso deles, disse assim pra mim “eu não te mato, não me interessa te matar, eu vou te fazer em pedacinhos, eu vou lhe torturar o quanto eu quiser, inclusive eu lhe mato se eu quiser”. Então esse nível assim de... diante do... do torturador, toda impunidade, toda capacidade que ele tinha de realmente, ele podia ficar dias e dias, meses e meses comigo, né, fazendo todo tipo de experiência que ele pudesse fazer. E a minha resistência eu não sabia o limite dela, sabia que ela tinha um limite, que era o limite do meu corpo, da minha dor... da minha força. Eu acho que isso é o caminho da questão da loucura (QUE BOM... 1989)

A tortura tinha o objetivo de trazer ao torturado a perda dos sentidos e a noção do tempo, lhes deixando numa batalha consigo mesmo (TELES, 2011). Rosalina Leite enfatizou a dimensão do poder que existia na relação de tortura e o fato de não saber o limite do que era

possível aguentar. A tortura foi utilizada de forma sistemática e era de suma importância para que o sistema repressivo conseguisse permanecer (TELES, 2011).

Rosa, como era conhecida, não descreveu como foram essas torturas, mas preferiu realçar o sentimento que esteve presente nessas situações e a crueldade, percebida por ela, na forma como os torturadores se dirigiam ao seu corpo, colocando-lhe em um lugar de impotência, ao ter o controle sobre sua vida. E mencionou a revolta contra aqueles que não queriam ouvir ou não compreendiam a necessidade de lembrar:

Hoje a gente corre outro risco, quer dizer, quando a gente fala dessas coisas, parece que tá falando de uma coisa velha, do passado, parece que a gente é rancoroso, é quem não consegue esquecer, e... eu já ouvi muitas vezes as pessoas falarem isso, ou me sentir como as pessoas me olhando assim, “ah, mas como é, não dá pra passar uma borracha nisso? Lá vem de novo falar de tortura? Mas que coisa mais antiga, esquece”. Eu acho que as pessoas que não passaram por isso, não tiveram uma pessoa querida, um irmão, um pai desaparecido, não podem imaginar a imensidão da dor, da revolta, e não pode imaginar o quanto isso é importante para a humanidade (QUE BOM... 1989).

Seligmann-Silva (2008) apontou que de acordo com a visão dos atingidos por arbítrios e violências, toda catástrofe é única, quando isso de alguma maneira é descredibilizado geraria um conflito ainda maior naquele sujeito, no sentido de narrar e fornecer simbolismos a essas narrativas. Seria preciso, segundo ele, que esses sujeitos possuíssem espaço de escuta e não fossem rechaçados por isso.

A revolta de Rosalina e sua manifestação no documentário de Murat evidenciou o conflito entre aqueles marcados pela violência recente e o desejo de esquecimento forçado, manifesto não só pelas políticas de Estado, através da anistia, mas de setores da própria sociedade brasileira apenas quatro anos após o fim do regime ditatorial. O lançamento do filme, em 1989, no ano da primeira eleição presidencial, após 25 anos de impossibilidade de escolha, revelou o caráter estratégico desta produção testemunhal. A imprensa representada pela rádio, televisão e jornal centraram suas atenções nos candidatos ao pleito, entrevistando empresários, acadêmicos, políticos (AVELAR, 1992).

Assim como no período da ditadura, a imprensa apresentava suas preferências e ajudava a formar uma opinião pública de acordo com seus próprios interesses, não havia neutralidade, por exemplo, com o apoio nítido da Rede Globo ao candidato Fernando Collor de Mello no segundo turno em oposição a Luiz Inácio Lula da Silva (AVELAR, 1992).

O candidato Lula, nesse contexto, era quem dentre as opções se tornaria escolha preferencial de parte da esquerda e dessas testemunhas. A própria Lúcia Murat declarou seu voto ao candidato no Jornal do Brasil. Esse era um momento muito importante para essas

mulheres e homens que se posicionaram contra a ditadura e arriscaram suas vidas em busca de projetos alternativos de sociedade. Seus testemunhos, para além da necessidade de narrar para continuar a viver, são utilizados no filme-documentário produzido por uma ex-presa política, num trabalho de disputa pela memória e pedido de justiça no período democrático que se iniciava.

3.4 Prisão e testemunho no livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada* (1998)

O livro *Mulheres que foram à luta armada* foi produzido pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho⁵⁸ e publicado em 1998. Segundo o jornal O Fluminense (1998), o livro de Maklouf revelou aspectos desconhecidos da experiência da guerrilha durante a ditadura brasileira (O FLUMINENSE, 1998), evidenciando um caráter inovador da obra em comparação com outras produções sobre a temática, contou a história de vida dos guerrilheiros, a violência sexual que ocorria sob o poder dos torturadores e os inocentes que morreram sob o poder destes, portanto, o jornal elencou esses pontos como elementos que até então não teriam sido vistos em outras produções.

Podemos citar o livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil*⁵⁹ (1979) que foi um dos pioneiros no trabalho sobre essa temática, ainda anos antes de ser lançado *Mulheres que foram à luta armada*. O Tribuna da Imprensa (2000) também elogiava o livro de Maklouf, “Também muito bom o livro de Luiz Maklouf Carvalho, intitulado “Mulheres que foram à luta armada”. Exaltação a essas mulheres extraordinárias” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 2000, p. 9).

O livro de Maklouf continuou repercutindo nos anos seguintes. No Jornal do Brasil (2004), salientou ter sido uma obra de intenso trabalho de campo, que identificou cerca de cem mulheres vivas naquele período e que participaram da luta armada.

O livro contribuiu para reafirmar a ocupação desses espaços pelas mulheres, salientando a importância e a participação na luta. O Jornal do Comércio (2004) fez uma explanação da carreira de Maklouf e do sucesso de suas produções afirmando que *Mulheres que foram à luta armada* ganhou o prêmio Jabuti⁶⁰ de livro reportagem. Sendo está uma produção que fez com que o jornalista pudesse discutir um assunto social, político de forma

⁵⁸ Na época, o jornalista era colunista do Jornal do Brasil e costumava escrever sobre acontecimentos da política brasileira.

⁵⁹ O livro foi a primeira reportagem feita e publicada na imprensa acerca da experiência da guerrilha do Araguaia.

⁶⁰ A história do prêmio começou por volta de 1958, num contexto conturbado para o meio editorial, o mesmo buscou valorizar a qualidade do trabalho e dos profissionais. Editoras, escritores independentes de todo o Brasil se inscreveram para concorrer o prêmio e ganhar a tal estatueta, sendo um dos mais reconhecidos acerca de premiações culturais na escrita de livros no âmbito nacional.

mais ampla do que se pôde ver em revistas ou jornais diários, podendo fazer uso do gênero literário em sua produção, se tornou um texto o qual o jornalista possuía maior liberdade para escrever e expor sua opinião sobre o assunto, como de fato fez Maklouf ao abordar as narrativas de suas entrevistadas.

Segundo Gallo (2016) foi justamente nesse período, na segunda metade da década de 1990, que as vítimas da repressão, como denominou o autor, passaram a obter alguns resultados relevantes acerca das suas demandas sobre o passado autoritário. O livro de Maklouf se inseriu nesse contexto em que essas mulheres, inclusive as narradoras do livro, passaram a ter algumas conquistas das suas reivindicações.

O livro de Maklouf se organizou em setenta e nove tópicos que giravam em torno dos principais acontecimentos narrados pelas mulheres entrevistadas, como “Damaris, de Codó para a guerra” em uma referência a cidade de Damaris e seu destino na militância. Outros sobre amor na prisão e a história de militantes que se apaixonaram na luta como “Dulce e Diógenes”, expôs em seus títulos elementos considerados importantes, como “Áurea Moretti, a “noiva” do torturador” que foi uma marca no seu testemunho sobre a prisão. Assim, o jornalista vai criando um diálogo com várias mulheres, em que vai costurando várias informações coletadas ao longo de sua pesquisa.

Além de trazer a narrativa dessas mulheres, o jornalista também exerceu análises em torno do que era dito, sobremaneira quando se tratava de acontecimentos que tiveram maiores repercussões na época da ditadura, apontando possíveis incoerências.

O autor escolheu essa temática por acreditar que essa história fora a mais obscura do país, “a luta armada contra a ditadura militar” (CARVALHO, 1998, p. 17) e já deixou evidente na introdução do mesmo, que se trata do relato de um repórter e não um estudo crítico sobre o assunto da esquerda. Assim, analisamos como a experiência da prisão é retratada nos relatos selecionados pelo jornalista.

Através de nossas análises, entre filme-documentário e a leitura do livro-reportagem, percebemos que é mais evidente os detalhes sobre a experiência da prisão vivenciada por essas mulheres no livro de Maklouf, especialmente as narrativas sobre as violências de cunho sexual. Consideramos que isso ocorreu pelo próprio fato de nesse momento, final dos anos 1990, o livro ter sido lançado quando já havia algumas políticas em voga, como a própria lei dos desaparecidos, isso refletiu que o Estado, de alguma maneira, estava reconhecendo o que foi feito naquele período.

O filme-documentário lançado ainda mais próximo da ditadura, quando nenhuma política do Estado tinha sido implementada sobre esses acontecimentos, poderia ter tornado a

fala ainda mais difícil para algumas mulheres. Obviamente, não estamos buscando generalizar essa compreensão, pois de fato algumas mulheres também narraram sobre as torturas e suas violências no filme-documentário, mas inferimos que no livro-reportagem, essa narrativa sobre a violência esteve mais presente, mais detalhada do que anteriormente.

Moretti Pires trouxe relatos dessa experiência carregados de questões de gênero, como o fato de ter seu corpo violado e tratado como um objeto sexual pelos policiais/torturadores.

Os soldados vinham na grade e gritavam: “Boneca terrorista”. Diziam que iam jogar dados para saber qual ia ser o primeiro da fila. [...] acordei com eles invadindo, arrebentando, xingando, um já dando chute, outro me amarrando com a corda. Me levaram escada acima. Era a Operação Bandeirantes que tinha chegado no pedaço. E já tinha uns caras passando a mão no meu corpo, dizendo que iam casar comigo. Um deles virou meu noivo. “Não, você não, quem vai casar com ela sou eu.” Me agarrou. [...] Um corredor cheio de soldados dos dois lados, eu passando com aquele bando. [...] “eu vou casar com ela” e de repente eles começaram a cantarolar a marcha nupcial, os próprios soldados, lá, lá, lá rá, lá, lá, lá rá, e eu passando de noiva do torturador para ser estuprada na sala de torturas, lá em cima. [...] pegando mesmo. Nos seios, nas coxas, tudo, pra eu acreditar que lá em cima seria estupro. [...] me jogaram numa sala. Tinha uns 20, sei lá quantos. Já estava tudo armado. A máquina de choque, a cadeira. Dá um desespero. Quando entrei na sala de tortura meu “noivo” rasgou a minha roupa e, nua, me amarraram na cadeira e jogaram água no corpo para aumentar o efeito do choque elétrico. Essa coisa da ameaça sexual era permanente – e pra mim isso aí não tem perdão (PIRES apud CARVALHO, 1998, p. 93-94).

Embora tenha trazido de forma enfática o modo como todo o processo fora conduzido, com destaque para a violência de cunho sexual que teria sido um aspecto marcante da tortura às mulheres, Moretti também narrou uma posição de enfretamento mediante aquela situação por meio de seu testemunho, “choque nos seios, na vagina, na boca, no braço. Faziam com sadismo mesmo. [...] o dr. Renato desmaiou e foi retirado da sala. Então eu falo que eu fui mais homem do que ele (risos) (PIRES apud CARVALHO, 1998, p. 94). Apesar do teor da conversa, a mesma ainda conseguiu tirar risos daquela situação, é o que expressa Carvalho (1998) em seu texto, quando trouxe esses elementos e ofereceu assim mais sentidos e emoções daquilo que fora narrado.

Joffily (2016) afirmou que para as mulheres existia um estigma de falar sobre a experiência da violência sexual, de gênero, pois no âmbito social essa era uma violação que atingia o privado, não era propriamente um instrumento do Estado, apesar de sabermos que foi usado como uma das principais formas de tortura. O que buscamos entender com isso, é que no caso de Moretti Pires existiu o reconhecimento por parte da mesma da gravidade dessa violação

e das marcas que lhe deixou, afirmando inclusive que foi algo que não teve nem poderia ter naquele momento da narrativa, perdão.

O testemunho assumiu uma função na narrativa, tendo um potencial em sensibilizar e promover empatia entre aqueles que os veem, podendo politizar um problema e defini-lo como injustiça (OLIVEIRA, 2014). Embora tenha tratado com mais serenidade, reafirmou o sentido e como esses atos eram feitos, “com sadismo mesmo”.

Reiterou novamente o posicionamento de enfrentamento ao narrar que:

Me chamava de puta, vagabunda. [...] falei pra ele: “Eu aguento isso aqui porque sou magra. Queria ver você aguentar. Com essa barriga você já tinha entregado até a sua mãe”. Os soldados ouviram e espalharam isso pelo quartel, davam gargalhadas (MORETTI apud CARVALHO, 1998, p. 94-95).

Notamos que no livro havia uma riqueza maior de detalhes em relação a prisão, às torturas em comparação com o documentário analisado no tópico anterior, isso pode ser pensado pela forma como foi produzido, o livro por ter usado do método da entrevista, pode ter fornecido um ambiente mais intimista com essas mulheres, além do próprio tempo, já que o mesmo foi produzido quase uma década depois do documentário, oferecendo condições para que essas mulheres conseguissem narrar mais aspectos dessa experiência.

A maranhense, Damaris Lucena, foi levada para a prisão após seu marido ter sido assassinado na frente de seus filhos,

Fomos pra delegacia de Atibaia, eu e as crianças. Aí foi chegando delegado de tudo quanto era lugar. O Fleury, o capitão Maurício, o capitão Albernaz. Tinha um dos olhos azuis, grandão, alto. [...] Eu apanhei muito. Foi um pau violento. Tinha um com um braço engessado. Bateu com o gesso na minha boca e quebrou minha dentadura. Todos os delegados me deram porrada. Só suspenderam o pau quando o pessoal da Oban chegou e assumiu o controle. [...] Eu cheguei na Oban com a cara muito inchada. Não podia abrir a boca direito porque a dentadura encaixou na gengiva. A ponte também encaixou. Nem falar eu podia. [...] Veio a menstruação. Não tinha roupa. Fiquei toda ensanguentada. Eles diziam: “Tira essa mulher daqui, essa mulher está podre”. [...] Levei uns quatro dias naquele estado deplorável, o rosto muito inchado (LUCENA apud CARVALHO, 1998, p. 82).

A partir de uma condição específica de corpos biologicamente femininos, o testemunho chamou a atenção para as gradações de maus-tratos na relação com as presas. A falta de higiene colocava essas mulheres numa situação ainda mais degradante.

Contudo, assim como Moretti Pires, Lucena também relatou em sua narrativa uma posição de enfrentamento diante da violência sexual que sofria. Fernandes (2019) salientou que

essa violência não era determinada somente pela violação física, mas também através de xingamentos, inclusive de conotação sexual, a exposição dos seus corpos.

Olha, eu vejo dizer aí fora que vocês aqui dentro tiram as roupas das pessoas para torturar”. O Albernaz falou assim: “O que, sua puta?” Eu respondi: “Você não pode me chamar de puta porque nunca deitou comigo, nunca passou a perna em cima de mim. Vocês não vão tirar a minha roupa. Podem me fuzilar que eu perdô vocês, mas tirar a minha roupa eu não aceito”. Não tiraram. Passaram três ou quatro dias me chamando de puta. Até aí não tinha choque, era só psicológico. Depois descobriram que eu era casada até na igreja e passaram a me chamar de senhora Lucena (LUCENA apud CARVALHO, 1998, p. 82).

O relato de resistência à exposição corporal feito por Lucena se diferenciou da maior parte das narrativas, visto que umas das maneiras de deixar os presos mais vulneráveis era justamente o desnudamento. No entanto, o destaque para situações de enfrentamento se estendeu a outras lembranças:

Perguntavam: “Por que a senhora não conta que o seu marido é comunista?” Eu respondia: “Vocês contam pras mulheres de vocês o que fazem comigo aqui?” Ficavam calados. Eu andei dando umas ralhadas neles, assim, de palavras. Eu falava mas eu tinha medo. Era uma pulga no meio daquele monte de leão. Me chamavam de dona Damáris, de dona Lucena, mas todo dia era aquele inferno, aquela tortura (LUCENA apud CARVALHO, 1998, p. 83).

Dulce Maia que também era companheira de militância de Damaris Lucena, explicou como sua prisão aconteceu.

Fui presa na noite do dia 25 de janeiro na frente de minha mãe, debaixo de pancadas, num corredor polonês. [...] Fiquei horas a fio amarrada em um banco. A tortura durou a noite toda. Ao amanhecer, para escapar da tortura, eu disse que tinha um ponto, um encontro com um companheiro. Não pensava. Só queria sair da tortura.” (MAIA apud CARVALHO, 1988, p. 55).

Essas eram estratégias comuns adotadas pelos torturados, que no anseio de sair daquela situação de tortura criavam possibilidades para sobreviver (TELES, 2011). Alguns de fato entregaram, sob tortura, informações, paradeiros de companheiros, que também acabaram sendo presos, isso foi uma marca de vergonha para a maioria desses sujeitos, pois embora os limites do corpo fossem ultrapassados, existia uma ideia de resistir em nome da causa.

Dulce Maia também viveu situações e violências de seu corpo consideradas de gênero, a tortura direcionada as mulheres possuía o agravante da violência sexual (FERNANDES, 2019).

Eu era sempre pendurada nua, de cabeça para baixo. Uma vez puseram um arame na minha vagina. O sargento metia a cabeça entre as minhas pernas e gritava: “Você vai parir eletricidade”. Essa foi uma lembrança amarga que ficou. Mas havia sargentos maravilhosos. Alguns me ajudaram. Estavam chocados com as torturas porque alguns colegas seus também estava sofrendo. Teve um que volta e meia abria a porta da cela, numa clara demonstração de preocupação. Outros traziam algodão molhado para passar nos meus lábios, arrebitados pelos choques (MAIA apud CARVALHO, 1988, p. 56).

Dulce Maia também narrou uma postura de enfrentamento, “para manter a moral eu os enfrentava dizendo: “Vocês são vítimas, são um parafuso falho nessa engrenagem. A história está a nosso favor” (MAIA apud CARVALHO, 1988, p. 66). Embora tivesse tido essa postura diante da situação, sua saída da prisão e as sequelas que isso deixou na mesma foram profundas.

Eu estava muito mal: irascível, desagradável, agressiva. Durante muitos anos eu fiquei mal comigo mesma por estar mal. Não suportava meu próprio estado. A prisão, a tortura e o banimento acabaram comigo. Tive uma menopausa precoce aos 41 anos. Consequência da tortura, do Pentotal que me aplicaram. [...] eu tinha uma síndrome menstrual, e eu não sabia o que era síndrome menstrual. Tinha um stress crônico. (MAIA apud CARVALHO, 1988, p. 89).

Jessie Jane Sousa que também participou do documentário *Que bom te ver viva*, trouxe algumas narrativas semelhantes no livro e no referido documentário, narra sobre seu envolvimento na militância, com a luta armada, evidenciou novamente e tentou se desvencilhar de ações que posteriormente passou a não concordar, porém não abordou sobre a questão da prisão efetivamente. Assim como no documentário, a mesma não proferiu qual foi de fato essa vivência, as torturas que sofreu, que tipo de violações e o tratamento que a mesma teve.

Podemos inferir que para Jessie Jane relatar sobre determinados fatos não seria tão fácil, isso ainda foi corroborado quando a mesma iniciou sua fala no documentário *Que bom te ver viva* emocionada, “não, não, faz muito anos, é... que eu não falo disso né, então...pensei que eu não ia mais falar sobre isso” (QUE BOM... 1989).

Muitos presos políticos não conseguiram narrar uma experiência tão traumática e por mais que Jessie Sousa apontasse que já se teriam passado muitos anos, no âmbito da história era um tempo recente e que não fora resolvido através de uma política de memória, não se buscou conhecer, mas esquecer o que tinha acontecido durante esse período.

Seligmann-Silva (2008) afirmou que a narrativa também foi uma necessidade de estabelecer uma ponte com os outros, talvez os que não participaram ou os aqueles que estavam ali lado a lado na luta e que passaram pela mesma experiência. Mesmo em meio a dificuldade e a impossibilidade de narrar evidenciada por Jessie Jane, o entendimento da importância de

relatar sobre essa experiência prevaleceu, o desejo de tornar essa narrativa conhecida por esses outros, estando inclusive presente nos dois espaços de memória aqui analisados, *Que bom te ver viva* e *Mulheres que foram à luta armada*.

Por outro lado, Maria Aparecida Costa trouxe uma perspectiva importante sobre a experiência do processo de resistir às atrocidades a qual foram submetidos.

Nós não estávamos preparados para a repressão. Não tínhamos preparo para resistir. Nossa geração não tinha experiência. Em tese, a conversa era a seguinte: a gente chega lá e quando muito dá o nome, diz que é prisioneiro de guerra e ponto final; segura três dias. Mas quando essas pessoas são presas o que há é um enfrentamento brutal. Você imagina a gana desse pessoal. Foi a primeira queda de peso diretamente ligada à luta armada. Houve uma brutalidade inimaginável. Em momento nenhum eu discuto se este ou aquele falou (COSTA apud CARVALHO, 1998, p. 221).

Aparecida Costa abordou a dificuldade de se manter sã e conseguir suportar o que a tortura causou. No momento da prisão, a preocupação transcendeu ao seu próprio corpo, mas perpassou o coletivo a qual faziam parte, “a tortura passou a ser uma realidade. Não era mais conversa. Foi um momento muito doloroso- e pra mim particularmente por razões pessoais também” (COSTA apud CARVALHO, 1998, p. 220). Havia uma ideia de como agir diante daquela situação, mas que fugia totalmente do controle desses sujeitos quando de fato se depararam com ela.

O modo como as duas produções memorialísticas foram criadas foi um fator determinante para estabelecer as suas diferenças nas narrativas. O documentário se tratou de uma narrativa livre dentro do âmbito da construção da mesma, não havendo uma interferência direta de Murat no que essas mulheres iriam falar. Um desses objetivos seria fazer com que essas mulheres narrassem de acordo com o que elas sentiam, sabendo ainda que havia a própria manipulação do espaço e do momento em que estavam falando.

O documentário foi lançado apenas quatro anos depois do fim da ditadura, o contexto estava longe de ser seguro já que a democracia ainda estava se recuperando das atrocidades então vivenciadas. Foi com base nisso que pode-se perceber maiores limitações naquilo que foi narrado por essas mulheres naquele momento. Fazendo um comparativo do documentário e livro, houve uma abertura maior de fala no livro-reportagem. O tempo e o modo como essas produções foram criadas se mostram assim determinantes.

O foco de Murat se centrou na experiência da prisão, Maklouf objetivou tratar sobre a luta armada, embora tenha ficado nítido que quase todas essas mulheres que estavam envolvidas na luta armada tenham passado pela experiência da prisão, por isso a escolha desta produção e isso tenha ganhado bastante destaque na obra jornalística.

Das sete mulheres que fizeram parte da análise dessa pesquisa, três testemunharam em *Que bom te ver viva*, enquanto cinco narraram suas experiências em *Mulheres que foram à luta armada*. Percebeu-se que as mulheres presentes no documentário narraram muito mais as questões relacionadas as emoções da gravidez, o fato de ter a família também presa, o medo da tortura e os limites dos seus corpos.

Percebemos uma narrativa que buscou evidenciar mais os sentimentos do que os detalhes sobre como ocorreu a prisão, como foi a experiência da tortura, quais instrumentos, como eram tratadas, que nomes eram utilizados para se dirigir a estas mulheres. Enquanto no livro, embora não sejam as mesmas mulheres do documentário, já que apenas Jessie Jane esteve presente nesses dois espaços de memória, conseguimos ver uma abertura maior para falar sobre as formas de tortura.

Em *Mulheres que foram à luta armada* são narradas as formas de tratamento, o modo como o desnudamento era usado como uma ferramenta para desestruturar, narraram sobre os choques, as violências de cunho sexual e de gênero. Precisamos entender que no caso do filme, estamos nos referindo a um momento recente da ditadura, ao passo que se sabia das atrocidades também tentava-se silenciar para esquecer. Como narrar sobre essas questões em 1989, quatro após o fim da ditadura, momento em que o próprio Estado brasileiro não reconheceu de fato o que foi feito durante esse passado?

O livro foi lançado em momento de maior elaboração desse trauma por essas mulheres e quando mecanismos para lidar com o passado autoritário começavam a se estabelecer, já que 1998 o Estado também implementou algumas políticas de memória que podem ter encorajado essas mulheres a narrarem. No próximo capítulo buscaremos refletir sobre como essa experiência da prisão foi narrada para a CNV, quase trinta anos desde o fim da ditadura e num contexto de justiça de transição.

4 OS TESTEMUNHOS DE PRESAS POLÍTICAS À CNV: A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL (2014)

4.1 A Comissão Nacional da Verdade e a produção dos testemunhos

A criação de comissões da verdade foi um aparato utilizado especificamente por países que vivenciaram regimes autoritários (GALLO, 2015). Esse instrumento tem por objetivo, sobretudo, mostrar as violações cometidas contra os direitos humanos durante períodos de exceção.

No caso do Brasil, como já pontuamos anteriormente, a CNV trabalhou com uma temporalidade que ultrapassava o regime ditatorial que seria de 1964-1985, se estendendo a 1946-1988. Debruçou-se sobre contextos que também abarcavam períodos de vivência democrática.

Isso se mostrou como uma estratégia, durante a criação da CNV, para acalmar as reivindicações dos militares que eram contra sua implantação, de modo que, dessa maneira, não fossem os alvos diretos ou os únicos, pois trabalhar somente com o recorte ditatorial seria pôr em destaque os atos cometidos a partir dos quartéis.

Desse modo, o recorte temporal usado pela Comissão, o modo como foi conduzida, o momento em que foi criada, nos mostrou alguns aspectos passíveis de entendermos sobre como as temáticas em torno das violações apareceram no pós-ditadura. Antes, houve a criação de alguns projetos e relatórios visando tratar desses assuntos, como o *Brasil: nunca mais (1985)*. Contudo, tratar dessas violações foi uma tarefa difícil naquele momento, visto que os fatos ainda estavam recentes na vida daqueles homens e mulheres, juntamente com o trauma causado por essas experiências de violência física e psicológica.

Para a composição do documento da CNV, foram produzidos 244 depoimentos categorizados como de vítimas civis, com a convocação de 119 mulheres. Em 2012, apenas 6 testemunhos são tomados, em 2013 foram 91, 2014 produziram-se 154 testemunhos. Alguns desses continham a narrativa de mais de um depoente, dependendo do interesse e relação entre os indivíduos. No total, somam-se 251 testemunhos coletados pela CNV. Destes, 120 são mulheres.

Como consta no próprio relatório, estes testemunhos foram feitos a partir da disposição dessas mulheres em narrar, visto que não havia uma obrigatoriedade. A CNV não possuía o poder de obrigar essas pessoas, mas isso deveria ocorrer como uma escolha por partes das mesmas, de modo que, como percebemos na análise dos testemunhos, as próprias depoentes

forneciam endereços de outras mulheres ou informações que levassem os pesquisadores da Comissão a encontrar o paradeiro destas.

Ressalta-se, dessa maneira, o intenso trabalho de conseguir encontrar essas mulheres, criar pontes, estabelecer confiança com o processo de testemunhar. Esses momentos ocorreram em espaços diferentes, alguns testemunhos gravados na própria sede da Comissão em São Paulo, onde poderiam contar, inclusive, com a presença dos membros da CNV, para conduzir os depoimentos, ou também nas residências dessas mulheres, para onde os pesquisadores se dirigiam para fazer a gravação.

Algumas dessas mulheres já haviam narrado suas experiências do cárcere em outros momentos e projetos distintos, jornais, livros, filmes e documentários. Mas, para muitas, era a primeira vez que o faziam no âmbito de uma entidade estatal que não uma delegacia, centro clandestino ou tribunal. Apesar da perspectiva de enquadramento de memórias, possibilitado pela estrutura e objetivos da Comissão, a partir do seu objetivo de busca da verdade e reconciliação nacional, foi necessário pensar na multiplicidade de memórias sobre suas experiências, produzidas em um jogo entre os objetivos da CNV e seus próprios interesses, nas mudanças de perspectivas sobre o tempo, lugares sociais ocupados, diferentes temporalidades em que essas memórias são produzidas.

Além de dividir o relatório a partir dos grupos de trabalho, há divisões em categorias sobre os documentos produzidos durante seus quase três anos de funcionamento. Os grupos de trabalho foram estabelecidos como um meio de facilitar a execução e organização do trabalho pela CNV, de modo que cada membro ficaria responsável por determinados grupos, contando com o auxílio de assessores, pesquisadores para o seu desenvolvimento.

Assim, foram criados treze grupos de trabalhos que buscaram coletar dados, informações, documentos, depoimentos sobre as temáticas selecionadas, dentre elas a questão de gênero, a Guerrilha do Araguaia, repressão, mortos e desaparecidos, entre outros que a CNV compreendeu por ser mais relevante, necessitando a criação de um grupo de trabalho específico sobre essas temáticas.

Havia expectativas por parte de ex-presos, familiares, organismos de direitos humanos, que a CNV pudesse fornecer avanços acerca do que já havia sido feito até o momento. No entanto, as limitações de tempo hábil para o desempenho do trabalho, disponibilidade de recursos humanos e financeiros, fizeram com que estes passassem a cobrar pelo bom funcionamento da CNV para realizar um trabalho com êxito (BAUER, 2017). Isso demonstrou que o ano de 2012 não foi tão produtivo quanto os demais anos, visto que no âmbito da tomada

de testemunhos, somente seis foram produzidos, o que também ajudou a confirmar que houve nesse processo inicial uma certa estagnação dos trabalhos.

No relatório, tornou-se possível analisar que essas temáticas foram desenvolvidas no decorrer dos três capítulos, alguns com maior destaque e no que concerne especificamente à questão do relato de experiência das mulheres, que fazem parte da nossa pesquisa, houve um capítulo que tratou das violações sexuais e de gênero no Volume I do relatório.

Na seção denominada documentos, constam os depoimentos que foram tomados e ordenados em conjuntos diferentes: *depoimentos de vítimas civis, depoimentos de vítimas militares, depoimentos de familiares de vítimas, depoimentos de testemunhas e depoimentos de especialistas.*

A violência se tornou crucial para a compreensão da construção do sofrimento pela Comissão. Foi importante destacarmos a tipologia das violações de direitos que guiaram os trabalhos da CNV:

As quatro modalidades de grave violação de direitos humanos priorizadas na pesquisa conduzida pela CNV ao longo de seu trabalho: 1) prisão (ou detenção) ilegal ou arbitrária; 2) tortura; 3) execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e outras mortes imputadas ao Estado; e 4) desaparecimento forçado, considerando a ocultação de cadáveres, conforme o caso, como elemento dessa última modalidade de grave violação de direitos humanos ou como crime autônomo de natureza permanente (BRASIL, 2014, p. 280)

É importante salientarmos alguns destaques inferidos pelo relatório final da CNV quanto à questão da prisão e gênero. Reiterando as discussões feitas no capítulo inicial acerca de como a experiência prisional foi uma dimensão bastante abordada e também encarada como relevante nesse estudo sobre a ditadura, a comissão ponderou que dentre as graves violações de direitos humanos se destacavam em ordem expressa no relatório que:

A primeira refere-se à prisão ilegal e arbitrária, a despeito da não inclusão explícita dessa conduta no texto da lei. A CNV decidiu considerá-la como grave violação de direitos humanos seja porque já é assim considerada, como proibição imperativa para todos os Estados, seja porque foram tidas como uma espécie de porta de entrada do sistema repressivo do regime militar e um facilitador para a prática de outras graves violações (BRASIL, 2014, p. 278).

No capítulo 7 do primeiro volume do relatório final, foi feito um quadro das graves violações cometidas pelo Estado brasileiro durante o regime ditatorial, no qual foram utilizados alguns depoimentos produzidos pela Comissão para evidenciar essas violações. Além disso, elegeram e tipificaram o significado de tortura, no intuito de validar que as práticas usadas pelos

agentes militares foram de fato tortura, pois havia um discurso de que estes estariam agindo em defesa da própria população brasileira. No entanto, ao analisar as ações diferidas, entendemos os limites que foram ultrapassados.

No âmbito da sociedade civil, JESUS; DUARTE; SILVESTRE (2023) analisaram através de um trabalho de campo, que parte da população compreendia tortura como sendo um meio para punir, disciplinar ou até mesmo confessar algo. De acordo com os pesquisadores, a sociedade atribuiu que essas práticas são oriundas do ambiente prisional, gerado não apenas pela violência física em si, mas a privação da liberdade já seria em si uma forma de tortura (JESUS; DUARTE, SILVESTRE, 2023).

Além da compreensão de que a prisão seria uma das maiores representações dessa ideia de tortura, o trabalho de JESUS; DUARTE, SILVESTRE (2023) também evidenciou que a sociedade compreendia as violências dos espaços urbanos, especialmente de pobreza, como as periferias, em ambientes de tortura, sendo muitas destas violências perpetradas pelos próprios representantes do Estado, como os policiais. No caso do relatório da CNV, foi tipificado enquanto tortura:

Tortura em caso de detenção (prisão). Constitui tortura a adoção de medidas que restrinjam a liberdade do detido além do nível de sofrimento estritamente necessário e intrínseco à detenção, tais como: imposição de isolamento em cela reduzida, sem ventilação ou luz natural; restrição ao regime de visitas; intimidação como ameaça de atos violentos; violência física contra a vítima (BRASIL, 2014, p. 285).

A tortura foi definida como uma forma importante de violação do corpo da vítima, por ser uma ação que visa exclusivamente o sofrimento desse sujeito. Além daquele que vivenciou essa experiência diretamente, a CNV elencou a questão dos familiares, pois “os familiares diretos das vítimas de graves violações de direitos humanos podem ser considerados também, eles próprios, vítimas (BRASIL, 2014, p. 286).

A violência transcende o corpo da vítima e ganha outros significados, assumiu um lugar de importância na reivindicação da justiça para com esse sujeito e elaborou questões sobre a dimensão do sofrimento e suas fronteiras. O relatório afirmou que quando se tratava da tortura, era preciso reconhecer o que foi cometido, para que assim investigasse os acontecimentos e trouxesse reparos para as vítimas, culpabilizando os responsáveis (BRASIL, 2014).

O documento evidenciou ainda outro elemento que se destacou diante dessas práticas.

A segunda refere-se à prática de violência sexual. A realidade dos centros de tortura da ditadura demonstrou a banalização dessa conduta em detrimento da integridade de homens e mulheres. Considerada a utilização desse tipo de violência como método tendente a anular a personalidade da vítima, a CNV entende que a violência sexual pode constituir uma forma de tortura quando cometida por agente público, ou com sua aquiescência, consentimento ou instigação, com a intenção de obter informação, castigar, intimidar, humilhar ou discriminar a vítima ou terceira pessoa (BRASIL, 2014, p.279)

Portanto, verificamos que a Comissão elegeu essas duas questões como sendo os pontos centrais para entender e refletir sobre essas violações ocorridas durante o regime ditatorial. Deixou em evidência que, além desses sujeitos terem sido privados de sua liberdade de forma ilegal e arbitrária, vivenciaram nesses espaços experiências que visavam anular sua própria personalidade enquanto sujeito para se render as exigências do Estado, explicando ainda o que seria considerado como violência sexual.

Tortura em caso de violência sexual. Caracteriza-se como os atos de natureza sexual cometidos contra uma pessoa sem seu consentimento. Abrange tanto a violação física do corpo humano – a penetração vaginal, anal ou oral, com partes do corpo do agressor ou com objetos – como os atos que não imponham penetração ou sequer contato físico, como o desnudamento forçado e a revista íntima. Estaria aí contemplado também o uso de animais nas genitálias, como atestam relatos prestados à CNV. A violência sexual representa uma grave violação de direitos humanos (BRASIL, 2014, p.286).

A CNV fortaleceu seus argumentos ressaltando em seu relatório que existiu ainda uma discussão pautada no modo em como esses presos deveriam ser tratados mediante suas necessidades, especialmente falando a partir de uma perspectiva de gênero. É importante destacarmos que no contexto de ditadura no Brasil, havia uma discussão internacional sobre a chamada segunda onda feminista entre as décadas de 1960-80, que buscava discutir as estruturas sexistas presentes naquela sociedade (ALVES, 2021).

Começou a se organizar uma discussão teórica na década de 1970 que passou a gerar debates sobre a luta pela anistia e liberdade democrática (ALVES, 2021). Portanto, foi uma discussão que se criou na sociedade, visando reconhecer a forma como as mulheres eram tratadas, buscando quebrar com essas relações baseadas no poder masculino.

Segundo consta no relatório, no que cerne a prisão de mulheres,

É obrigação do Estado impedir toda forma de discriminação, violência ou exploração baseadas no gênero. Nesse sentido, é imprescindível, dentre outras medidas, que o Estado assegure condições sanitárias fundamentais para a higiene e saúde das detidas; que sua revista seja feita somente por policiais do gênero feminino; e que conceda às gestantes e às mulheres em período de amamentação condições de detenção compatíveis com sua condição (BRASIL, 2014, p.282).

Embora estejamos abordando um período em que leis, decretos, atos institucionais fossem criados em benefício do próprio Estado para legalizar suas ações durante o regime ditatorial, a CNV estava trazendo a partir de uma visão onde os direitos humanos seriam respeitados, que havia uma diferença nítida no modo em como esses sujeitos deveriam vivenciar o cárcere. Se tratando da prisão de mulheres, existiam necessidades que eram próprias e específicas desse gênero, no qual a Comissão elencou quais seriam esses motivos.

Afirmou que o fato de ser mulher não devia lhe causar discriminação na prisão, que era necessário haver condições sanitárias para que suas necessidades fossem atendidas, especialmente no caso de presas gestantes. Portanto, notamos que existiam questões inerentes ao gênero e que foram invalidados diante dos relatos de ex-presas políticas quando estavam sob o regime ditatorial.

A CNV tentou trazer discussões e novas compreensões sobre a ditadura, trazendo a narrativa de sujeitos invisibilizados pela memória, acreditando estar inovando e promovendo avanços ao focar nestas experiências. Essa escolha em trazer esses sujeitos, especificamente as mulheres, tem suas intencionalidades, desde a década de 1960, insufladas pela luta feminista, as mesmas passaram a buscar sair do ambiente privado e alçar espaço no meio público, visando construir seus direitos enquanto tais para além do papel de mãe e esposa.

Portanto, criaram-se demandas na sociedade desde esse período organizado pelos movimentos em busca da conquista desses direitos, algo que foi se intensificando e se tornando mais incisivo nas décadas seguintes e nos governos democráticos. A CNV buscou atender a essa busca por lugar de fala que se construiu pela organização dessas mulheres na luta pelos seus direitos.

4.1.1 A emergência dos novos sujeitos na Comissão da Verdade

Durante a ditadura civil-militar vários grupos sociais foram alvos de perseguição. Por meio da memorialística consubstanciada em livros biográficos, filmes, novelas e documentários e mesmo por grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre o período, conhecemos principalmente as perseguições contra estudantes, guerrilheiros urbanos e rurais, operários e lideranças políticas⁶¹. Outros sujeitos também impactados pelas políticas de

⁶¹ Citaremos algumas produções que puderam trazer dados e denúncias que contribuíram para tornar essas ações conhecidas: LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada em 1998 (fonte de nossa pesquisa). COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil (1997). JOFFILY, Mariana. Os nunca mais no Cone Sul: gênero e repressão política (2008). BRASIL: NUNCA MAIS. Projeto A. São Paulo,

repressão, censura, tortura, vigilância, entre outras, no entanto, só passaram a ser visibilizados nos últimos anos. O relatório final da CNV trouxe uma ampliação no que cerne ao reconhecimento das fronteiras que a repressão conseguiu alcançar, incluindo grupos historicamente marginalizados como indígenas⁶², homossexuais⁶³ e mulheres⁶⁴.

Contudo, precisamos pensar a presença desses sujeitos no relatório a partir da articulação que os movimentos sociais que os representavam construíram, não só em relação à CNV, mas aos próprios governos pós-ditadura⁶⁵. Esse processo não ocorreu de forma natural e está vinculado às lutas e demandas por reconhecimento e visibilidade ordenadas por esses movimentos sociais a partir dos anos 1970-80.

A própria criação da CNV também esteve ligada às demandas dos movimentos sociais que se articularam para exigir que o Estado construísse políticas de memória, verdade e justiça. Todavia, além de impulsionarem a criação da Comissão, conseguiram inserir nessa discussão uma nova agenda social marcada pela presença desses novos sujeitos nos trabalhos desempenhados pela Comissão (FRANCO, 2017).

Ativistas, jornalistas, acadêmicos, exilados, dentre outros, denunciaram as violações cometidas aos grupos indígenas pelo regime ditatorial em nível internacional (GOMES; TRINIDAD, 2022). Desde 1968, havia denúncias de âmbito internacional em relação ao genocídio que estava sendo praticado com os indígenas pelo regime militar, práticas como trabalho forçado, prisões clandestinas, massacres com armas de fogo e tortura.

Arquidiocese de São Paulo, 1985. MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha (2005). GABEIRA, Fernando O que é isso, companheiro? (1998). SIRKIS, Alfredo. Os carbonários-memórias da guerrilha perdida (1980). FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória (1996).

⁶² Através do Plano de Integração Nacional (PIN) presente desde o governo Castelo Branco, visava expandir as fronteiras internas do Brasil por meio da criação de cidade, rodovias, e consequente aumento dos negócios, todavia, essa política econômica significou assassinato individual e coletivo, perseguições, torturas para com os indígenas que se demonstrassem contra tais políticas, visto que as mesmas afetavam e invadiam os espaços dos povos indígenas.

⁶³ Segundo o *Memórias da Ditadura*, um site que conta com um acervo documental sobre diversos temas relacionados a ditadura civil-militar brasileira, conta que foi elaborado durante o regime um aparato de controle sobre comportamentos sexuais considerados desviantes, ou seja, que fugiam da heteronormatividade, fazendo com que homossexuais, travestis e prostitutas fossem perseguidos, presos arbitrariamente, censurados e violados.

⁶⁴ A participação feminina durante a ditadura esteve muito presente, participavam de movimentos estudantis, partidos, sindicatos, organizações clandestinas, saindo do âmbito privado que lhe era destinado no período da ditadura, muitas foram presas, assassinadas.

⁶⁵ Em 2012, ano em que a CNV inicia seus trabalhos, a presidenta Dilma Rousseff institui o Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, visando assim a preservação de suas terras e uma gestão ambiental das mesmas. Outras demandas dos movimentos indígenas cobradas ao Governo Federal envolviam a demarcação de terras, fiscalização de ocupação irregular de terras indígenas, criação de escolas indígenas, políticas específicas de saúde, etc.

Com a implementação da Lei de Segurança Nacional⁶⁶ de 2012, tornaram-se públicos arquivos que não eram acessíveis sobre o regime ditatorial, o que promoveu alguns avanços na discussão sobre as violências cometidas contra os povos indígenas.

A formação de um grupo voltado às violações de direitos humanos dos povos indígenas nos trabalhos da CNV foi marcada por pressões de movimentos indígenas, de associações ligadas aos direitos humanos, de pesquisadores e de indigenistas (MORIGI; FORNOS, 2020, p. 12).

O reconhecimento dessas comunidades e da necessidade de proteção mediante as informações concretas de violações que se tornaram públicas por meio dessas organizações e sujeitos a favor dos indígenas, promoveram a necessidade de tratar e entender também através do relatório da CNV como esses povos foram violados pelo regime. A CNV assumiu “a centralidade da vítima, determinada por intermédio do seu testemunho (BRASIL, 2014, p.32), fornecendo um status de grande importância nessas narrativas.

De acordo com o relatório, “a CNV, com este texto, estimula a sociedade a compreender a necessidade da apuração das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas” (BRASIL, 2014, p. 247), considerou que através do seu trabalho seria possível gerar na sociedade esse entendimento de que era incontestável a análise das violações ocorridas a esses povos nesse período. Como as demais vítimas estabelecidas pela Comissão, também foram colhidos depoimentos de indígenas no intuito de estender essa verdade através do testemunho.

O segundo volume do relatório final situou historicamente como esses povos foram atingidos pelos militares, citando várias etnias que foram lesadas diretamente, descrevendo de que modo ocorreram essas violações, como por exemplo, a remoção forçada de seus territórios. Diferiam de outras experiências temporais, destacando como a ditadura civil-militar foi mais severa contra esses povos do que em outros contextos históricos.

O regime militar opera uma inversão na tradição histórica brasileira: os índios, que na Colônia, no Império e na República foram vistos e empregados na conquista e na defesa do território brasileiro, são agora entendidos como um risco à segurança e à nacionalidade (BRASIL, 2014, p. 211).

⁶⁶ A Lei objetivava garantir a soberania do Estado, de modo a impedir que a sua segurança fosse atacada, portanto, regras foram criadas para lidar com a subversão da lei e da ordem estabelecida, elaborando o que pode ser considerado crime contra a segurança nacional e a ordem política e social.

O documento enfatizou uma ruptura entre outros modos de governo em relação a como operou a ditadura, moldando justificativas em torno desse trabalho. Observamos que essas considerações podem se justificar no objetivo de sinalizar a importância de registrar os acontecimentos relativos ao período de exceção como único na história do Estado brasileiro.

Por todos os fatos apurados e analisados neste texto, o Estado brasileiro, por meio da CNV, reconhece a sua responsabilidade, por ação direta ou omissão, no esbulho das terras indígenas ocupadas ilegalmente no período investigado e nas demais graves violações de direitos humanos que se operaram contra os povos indígenas articuladas em torno desse eixo comum (BRASIL, 2014, p. 253)

A Comissão reafirmou a importância dessa investigação conferida por ela, ao passo que também mostrou eficiência quanto ao entendimento da importância dessas afirmações sobre a opressão relacionada aos indígenas. Parece vantajoso para a CNV ocupar esse lugar. Morigi e Fornos (2020) concordaram que a Comissão trouxe o reconhecimento do Estado para essas violações, sobremaneira ao período em questão, salientando ainda a importância dessa ação, fazendo com que os trabalhos não se restringissem somente aos grupos que foram diretamente opostos ao regime.

A CNV promoveu uma abertura e visibilidade para a temática, embora essa só tenha se concretizado pelas lutas organizadas por esses povos.

As memórias reivindicadas pelos testemunhos prestados pelos indígenas de diferentes etnias configuram a dimensão da construção da identidade coletiva desses povos, que ao dialogarem sobre si e sobre os abusos e violências sofridas, fomentam a discussão acerca da democracia e dos direitos humanos desde um ponto de vista prático (MORIGI; FORNOS, 2020, p. 12).

O testemunho se apresentou central na construção dessa memória como podemos perceber acima, pois forneceu condições para que a história da coletividade pudesse ser produzida. Todo o material que foi coletado, incluindo documentos escritos, que inclusive passaram a comprovar essas narrativas, foram vistos como importantes do ponto de vista da divulgação, demonstrando-se como arquivo de consulta e ressaltando mais uma vez a importância de trazer essa discussão no âmbito da CNV (MARTINS, 2018).

Outro grupo também presente de forma inédita em um documento produzido pelo Estado, abordado em sua especificidade, no segundo volume do relatório, são os homossexuais. Todavia, não foi empregada a mesma metodologia narrativa que a destinada aos indígenas.

É possível pensar que esse aspecto tenha sido invisibilizado pela CNV na própria produção dos testemunhos, pois a sexualidade é inerente aos sujeitos e está presente em todas

as experiências vivenciadas, contudo, não percebemos que houve o anseio em identificar esses sujeitos e reforçar a presença destes na militância, na guerrilha, nos sequestros, nas prisões e demais espaços ocupados pelos militantes.

No texto em que se discutiu a questão dos homossexuais, havia uma reflexão sobre as experiências vivenciadas no que diz respeito à discriminação de direitos e trabalho, censura, violência, mas partindo de uma perspectiva mais bibliográfica do que apurativa.

Apontamos que,

Com isso não se deve supor, contudo, que a preocupação com a temática estava dada *a priori* nos trabalhos da comissão. Diversos são os depoimentos de ex-perseguidas/os, familiares e militantes em geral que, participando da construção do informe final via comissões estaduais/municipais/institucionais ou via depoimentos ou outras formas de contribuição, contam haver encontrado resistência por parte da CNV em incluir certas problemáticas ou se abrir a essa pluralidade de vozes de contradição (GALLAGHER, 2017, p.136)

Esse elemento contribui para entendermos que a inclusão de novos sujeitos não foi um processo desprovido de pressões e conflitos⁶⁷. Pesquisas que analisaram os trabalhos da CNV, apontaram a falta de compreensão em torno da discussão sobre a homossexualidade, não destacaram o papel dos mesmos nos movimentos de resistência à ditadura, a violência infligida a essas pessoas pela sua orientação sexual, foram, portanto, regidas em torno de um modelo patriarcal e heteronormativo. Continuaram por repetir padrões normativos da sociedade, deixando de elaborar uma discussão que pudesse se mostrar de fato plural e que estivesse de acordo com as discussões do movimento.

Percebe-se um padrão que se repete: testemunhos e análises relatam e explicitam perseguições e torturas especializadas praticadas contra mulheres e homens *cis* em função de seu gênero, ou contra mulheres *cis* em função de sua maternidade, mas resta um silêncio exaustivo sobre as violências especializadas praticadas contra mulheres indígenas por serem mulheres indígenas, contra mulheres negras enquanto negras, contra mulheres lésbicas enquanto lésbicas, contra pessoas trans enquanto tais (GALLAGHER, 2017, p. 148).

⁶⁷ Entre avanços, recuos e cobranças, caminhava a relação do movimento LGBT com o Governo Federal no período de implantação e funcionamento da CNV. Durante o governo de Dilma Rousseff, através da II Conferência Nacional LGBT, que ocorreu em Brasília- DF no ano de 2011 e guiada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, fortaleceu-se o debate sobre a criação de políticas públicas e o combate à discriminação e promoção dos Direitos Humanos e cidadania a comunidade LGBT (SANTOS, 2018). No entanto, essa conferência ocorreu também em meio a uma onda de críticas ao governo da presidenta que teria suspenso o Kit educacional anti-homofobia. Na III Conferência, em 2016, no entanto, houve ganhos quando a presidenta assinou um decreto que permitia o uso do nome social como reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis.

Quando o assunto se tratava de violência sexual, por exemplo, houve um capítulo no volume I para tratar sobre isso, no qual o mesmo fez uma compilação de vários trechos dos testemunhos que mulheres e homens forneceram à CNV.

No cumprimento de seu mandato, ao buscar promover o esclarecimento circunstanciado de casos de tortura ocorridos durante a ditadura militar, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pôde constatar que a violência sexual constituiu prática disseminada do período, com registros que coincidem com as primeiras prisões, logo após o golpe de Estado (BRASIL, 2014, p. 400).

O trabalho da CNV confirmou a violência sexual como uma prática que fez parte dos métodos usados pelo regime ditatorial. Apelou para uma narrativa que enfatiza os momentos de maior fragilidade daqueles sujeitos em situações extremas. As mulheres foram as que mais se fizeram presente na discussão do texto, trazendo tópicos que abordavam questões próprias da violência, abuso contra crianças e adolescentes, sendo que muitos destes eram filhos dessas mulheres e homens.

A CNV se incluiu entre as comissões reparatórias/reconciliatórias que levaram as questões de gênero em consideração em suas investigações e análises. A iniciativa foi destacada no próprio relatório e mostrou o desejo do Governo, à época, de mostrar-se conectado com as políticas de identidade e os usos políticos em torno da inovação na incorporação do debate, “A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem que aprender com esse passado e ser parte da transformação que ainda hoje se espera da democracia brasileira no sentido de prestigiar a diversidade e o respeito dos direitos humanos” (BRASIL, 2014, p.301). Portanto, essa discussão emergiu também como forma de integrar as pautas sociais que passaram a ganhar espaço.

Dentre as categorias citadas que ganharam mais destaque nos trabalhos da CNV em relação a ações anteriores, estavam as *mulheres*. Diferentemente de indígenas e homossexuais, a visibilidade como grupo atingido por perseguições e repressão por meio de suas especificidades aconteceu ainda na ditadura, embora de maneira menos destacada se pensarmos nos relatos sobre militantes e lideranças masculinas. Essa visibilidade diz respeito à própria configuração dos movimentos feministas de segunda onda, no Brasil, surgidos sob a égide da dupla tarefa de defender direitos específicos das mulheres e resistir à ditadura.

Na década de 1970-80 as mulheres letradas, periféricas, trabalhadoras rurais se organizavam e reivindicavam a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita, mas também passaram a ocupar espaços de reivindicação exigindo direitos específicos (FRANCO, 2017), combatendo a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, a violência doméstica, defendendo direitos reprodutivos e maior liberdade sexual.

Muitas mulheres foram duplamente penalizadas, tanto por suas posições e atuações políticas de resistência ao regime ditatorial, como por suas posições de gênero no âmbito das prisões, locais em que mais houve a violação dos corpos dessas mulheres.

Na década de 1990, já terminado o período ditatorial, os grupos feministas buscaram organizações de cunho não governamental, almejando uma maior autonomia e exigindo políticas públicas. Passaram a se articular mediante apoio financeiro do Estado, apoiaram-se nessa busca de diálogo para criar mecanismos de viabilização de suas pautas feministas, fortalecendo essas discussões através também de eventos internacionais e nacionais.

No que cerne a relação desse movimento com os governos, Machado (2016) salientou que somente com o presidente Fernando Henrique Cardoso houve um estreitamento das relações entre o Estado e o movimento feminista, tendo ao final de seu governo, em 2002, criado a Secretária de Estado dos Direitos da Mulher, cuidando de pautas relacionados a violência, inserção no cenário político e a presença no mercado de trabalho.

No governo Lula também houveram avanços nessa relação quando se criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que designava uma autonomia orçamentária e de políticas públicas visando beneficiar suas demandas (MACHADO, 2016). No governo de Dilma Rousseff, tiveram avanços na representação⁶⁸ política ao nomear o maior número de ministras mulheres ao longo dos seus mandatos. No que diz respeito à questão da violência e feminicídio também constatou-se um avanço ao fortalecer as leis de proteção a mulher, como a Lei Maria da Penha e tipificar o feminicídio⁶⁹ como uma violência dirigida às mulheres, atendendo assim, reivindicações que eram presentes nos movimentos feministas.

Esses apontamentos nos mostraram que se construiu uma relação mais próxima entre as demandas do movimento feminista com os governos da redemocratização. É necessário levar em conta essa aproximação e presença de feministas nos espaços governamentais, especialmente no governo de Dilma Rousseff⁷⁰, para pensar também a forma e os espaços em que as mulheres foram atingidas pela ditadura civil-militar e representadas no âmbito da CNV.

⁶⁸ Todavia, o não avanço de outras pautas levantadas pelos movimentos feministas, como a descriminalização do aborto, que esperavam ser aprovado em um governo liderado por uma mulher, gerou descontentamentos (BBC NEWS, 2016).

⁶⁹ A lei 13.104/15 ou Lei do Feminicídio, alterou o Código Penal brasileiro, incluindo como qualificador do crime de homicídio o feminicídio. Este crime pode ser entendido como violações que possuem como causa o fato dessa vítima ser mulher, perpassa uma dimensão de gênero e sua discriminação, fazendo com que a violência contra pessoas do sexo feminino cresça e seja categorizada dentro dessa nomenclatura, estes crimes são associados em sua grande maioria a violência sexual e doméstica.

⁷⁰ Durante o governo de Dilma Rousseff ocupou o cargo de ministra da Secretaria *Especial de Políticas para Mulheres* a professora Eleonora Menicucci, que ocupou esse cargo entre 02/2012 a 05/2016, no qual já estava substituindo a ministra *Iriny Lopes que havia deixado o cargo. Essa figura é relevante por ter uma trajetória ligada à da presidenta, visto que Menicucci esteve presa durante a ditadura na mesma cela que Dilma Rousseff*

A lacuna presente entre as denúncias de violência sexual e violência de gênero remontam necessariamente o percurso dos avanços obtidos pelos movimentos sociais, principalmente o feminista, o que desencadeou processos de revisão da forma como tais crimes são vistos e avaliados. Em outras palavras, a ausência de um debate mais acalorado sobre as desigualdades de gênero e sobre a importância da narrativa feminina ajudaram a transformar essas experiências em histórias que ‘não valiam a pena de serem contadas’, como se não valesse a pena dizer nada por dizer, nada que não reverberasse nos ouvidos da sociedade (FRANCO, 2017, p. 41).

Embora tenhamos visto que a CNV buscou lidar com temáticas como a de gênero, indígenas, homossexualidade como forma de atender demandas de cunho social através das lutas que esses movimentos travaram, apenas no segundo ano de trabalho, em 2013, foi que a Comissão criou um grupo específico que investigasse as violações que estivessem relacionadas a questão de gênero. Isso mostrou que essa questão não foi uma preocupação inicial da Comissão, permanecendo assim por silenciar a importância que esse tipo de violência assumiu na vida daquelas mulheres nas suas experiências de cárcere.

Portanto, essa abordagem que passou a existir já no meio do percurso da CNV contribuiu de algum modo para que fosse investigado esse tipo específico de violência ligado ao gênero das vítimas, trazendo assim elementos sobre essa questão que foram silenciados e não tiveram prioridade na produção dessas narrativas sobre a memória da ditadura (FRANCO, 2017).

4.2 Presas políticas como vítimas civis

As comissões emergiram nesse processo de justiça de transição e embora não possuíssem a capacidade de punição, podiam oferecer a produção de um testemunho que se pretendia verdadeiro e seria reconhecido oficialmente pelo Estado (BEVERNAGE, 2018). A revelação dessa verdade seria um meio de promover a justiça que ainda era uma demanda, portanto, as comissões da verdade estavam incumbidas desse objetivo, oferecer verdade e justiça às vítimas, utilizando do argumento que seu trabalho traria ganhos que não seriam encontrados em tribunais, reafirmando a sua importância para consolidar esse processo de transição e afirmando essa verdade como o que permitiria de fato fazer justiça.

Mesmo numa situação em que a CNV já possuía suas delimitações constituídas, a verdade assumiu um lugar de relevância, pois o modo com a qual seria trabalhada pôde ter o

no Presídio Tiradentes em São Paulo, tendo sido também militante de esquerda. Em 1974 a mesma contribuiu na criação do Movimento Feminino pela Anistia e era ligada a jornais que discutiam o movimento feminista como o *SOS Mulher*, participou da organização na Paraíba do grupo “Maria Mulher” que visava dar visibilidade a produção feminista e sobre as violações sofridas, portanto, alguém bastante vinculado a essa questão da mulher.

poder de gerar uma “judicialização da memória”, a partir dos testemunhos as comissões poderiam averiguar quais medidas seriam cabíveis, se haveria punições ou não sobre os crimes relatados (TEÓFILO, 2021).

É importante entender como a CNV enxergava essa dimensão do testemunho, mostrando que os mesmos foram parte crucial da sua metodologia. A “CNV estruturou sua ouvidoria, para contar com a contribuição de qualquer cidadão que demonstrasse interesse em prestar ou solicitar informações para fins de estabelecimento da verdade” (BRASIL, 2014, p. 42). Embora, ao analisar possamos inferir que houve, como já mencionamos, uma seleção inicial daqueles que já haviam se pronunciado sobre esse passado em outros espaços de recordação, nos valem neste momento da afirmativa do estabelecimento da verdade a partir dos testemunhos e da visibilidade pública a partir dos meios de comunicação e do alcance da audiência.

A CNV utilizou e categorizou esses sujeitos que foram presos e alvos de inúmeras violações, incluindo de cunho sexual, enquanto *vítimas civis*. Portanto, analisamos ser relevante entender como os testemunhos foram construídos em torno dessas temáticas.

A construção da figura da vítima, nos episódios de violência política, opera no sentido de constituir uma forma socialmente inteligível de expressar e fazer reconhecer o sofrimento associado à violência, legitimando demandas de reparação e cuidado (SARTI, 2011 apud SARTI 2014, p86).

Em comparação com a forma que a CNV produziu essa noção de vítima, entendemos que a mesma validou as experiências do cárcere e caracterizou esses sujeitos enquanto vítimas civis a partir de uma perspectiva de relatar e narrar a violência para assim conseguir criar meios simbólicos de reparação, já que a CNV não possuía um caráter penal. Segunda essa interpretação, as presas conseguiriam manifestar suas experiências e promover uma sensação mais palpável em torno do que fora vivenciado pelas mesmas sob o Estado de violência política institucionalizado no Brasil.

A CNV não considerou somente aqueles que foram presos como vítimas da ditadura. No entanto, ao tratar sobre o que denominou graves violações de direitos humanos, percebemos que esse grupo que foi preso assumiu maior destaque. O que se definiu como uma grave violação estava, portanto, nas experiências daqueles que foram presos e torturados, sendo este o princípio fundador da lei que deu início ao trabalho da CNV no Brasil e demais países que vivenciaram regimes autoritários.

Podemos pensar que definir de forma clara as vítimas do regime ditatorial fosse uma demanda presente no momento de criação da CNV. Portanto, não seria natural a ênfase

que percebemos ao se tratar desses sujeitos, evidenciando ainda que a verdade sobre esse período autoritário poderia ser construída através de seus testemunhos.

Ser vítima e continuar vítima ocorreu através da permanência nesse lugar, ocasionado pela falta de escuta: vivenciou-se essa experiência, mas não se conseguiu manifestar, não foi ouvida (SARTI, 2014). Poderíamos, assim, afirmar a saída desse lugar através da produção de narrativas sobre suas experiências? Seria possível deixar de ser vítima ao conseguir espaço para ser ouvida? São questões que nos ajudaram a compreender que poderia a CNV ter por objetivo defini-las como tal e também ser responsável por retirá-las desse lugar, a partir do momento em que suas histórias seriam ouvidas e reproduzidas de forma institucional, com a ajuda e aprovação do Estado.

Os trabalhos da Comissão objetivaram através das audiências e das tomadas de depoimentos reforçar a importância do testemunho e trazer a dimensão da verdade a partir deles, priorizando ainda uma relação empática entre as partes envolvidas, oferecendo um ambiente seguro para essas narrativas.

O trabalho em alcançar uma verdade através dos testemunhos foi um fator que se opôs ao próprio debate histórico, visto que essa noção de alcançar uma verdade sobre o passado não seria possível de fato ser materializada. Por isso, Bauer (2017) afirmou que os testemunhos não deveriam ser compreendidos como uma realidade, pois foram formados por seleções, entre memórias e esquecimentos. No entanto, esses testemunhos realizados pela CNV e que ocuparam um ambiente onde não havia a possibilidade de punição penal, acabaram por assumir através do reconhecimento daqueles fatos, a possibilidade de se condenar historicamente e tentar fazer prevalecer essa memória.

Tomando a importância que os testemunhos assumiram, não somente para aqueles que narraram suas experiências, mas para a própria CNV, foi necessário que fizéssemos uma discussão sobre como os testemunhos se estruturaram. Esses testemunhos estão depositados no site da Comissão de forma separada, no qual cada um está anexado com o nome do sujeito narrador.

Embora trabalhemos com os arquivos depositados na categoria “vítimas civis”, existem outros documentos que podem ser acessados para buscar compreender a dimensão de outros testemunhos.

Além de termos acesso ao arquivo completo, o relatório final da Comissão também se utilizou de fragmentos desses testemunhos para fazer sua narrativa. Selecionando aqueles que possivelmente entenderam como mais significativos para falar dos assuntos que permearam o relatório, que são bastante variados. A produção dos testemunhos que analisamos como fonte

nesta pesquisa, possuíam suas diferenças metodológicas, isto porque foram elaborados em espaços e tomados por pessoas diferentes.

Aqueles que foram produzidos em sessões ou audiências públicas, contavam com a presença dos próprios membros responsáveis por gerir os trabalhos da CNV. Foram feitos em condições diferentes em relação a outros que, por exemplo, puderam ser tomados nas próprias casas dessas testemunhas. Essas sessões, de modo geral, eram também gravadas e transmitidas no próprio canal da Comissão, como através da plataforma do *Youtube*⁷¹, sendo possível encontrar algumas gravações e recortes dos testemunhos.

Nessas gravações, que eram abertas a um público maior que estivesse presente, notamos que não havia tantas interferências e que as narrativas, de certa maneira, ocorriam de forma mais livre. Já os testemunhos gravados nas residências se mostram mais longos, com maior riqueza de detalhes, com mais intervenções daqueles que estavam gravando. Nos testemunhos coletados na casa dessas mulheres, ou ainda em ambientes da CNV em que só estavam presentes a testemunha e o membro da Comissão, notamos a presença de um cuidado maior ao tratar sobre as questões de gênero e as violências sofridas pelas mulheres.

Os testemunhos visavam compreender a militância, qual tipo de envolvimento tiveram, se participaram de partidos, movimentos estudantis, quais ações realizaram, se eram rede de apoio, pegaram em armas, ficaram clandestinas, se foram exilados, que relações possuíam com seus companheiros de luta, se tiveram uma vida amorosa, se possuíam família a época dos fatos, se tinham filhos, dentre outras questões que tivessem importância para entender esse processo.

Se tratando de mulheres, que além de possuírem essa narrativa, também passaram pela experiência do cárcere, visava-se entender como foi o confronto com a polícia, se foram sequestradas sem que nenhum familiar soubesse do seu paradeiro, por quantas delegacias ou quartéis passaram, como foram tratadas em cada um desses ambientes, que violências sofreram, quais tipos de tortura, se houve violações características de gênero: Desnudaram-na? Tocaram em suas partes íntimas? Foram alvo de sexualização verbal? Estupraram-na? Para além dessas violações, ressaltam-se como as gestantes eram tratadas, se tinham acesso a médico, se sofreram aborto, se puderam amamentar seus filhos, se tinham direito à higiene no período menstrual.

Compreendemos que muitas questões eram relevantes para entender a trajetória e o processo de construção da vítima pela CNV. Portanto, debruçar-se sobre esses detalhes era importante. Não se queria saber apenas o que essas mulheres vivenciaram lutando contra a

⁷¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/@comissaodaverdade>.

ditadura, mas como o Estado lidou com essas mulheres, induzindo-as também a fortalecer algumas narrativas que corroborasse e trouxesse elementos mais específicos do sofrimento que vivenciaram.

Havia um motivo para que esses sujeitos tivessem sido categorizados dessa maneira. É importante compreender o que a CNV entendia e produzia por vítima. Observamos que a violação dos direitos humanos foi um fator importante para que essa designação fosse construída.

Militantes, resistentes, guerrilheiros, perseguidos políticos, presos políticos, vítimas, mortos, desaparecidos e sobreviventes são os principais termos empregados para referir-se às pessoas cujas “graves violações de direitos humanos” foram reconhecidas pela CNV em seu relatório final e demais publicações. “Militante” é um termo encontrado em grande quantidade no primeiro volume do relatório final: ele é empregado para aludir às pessoas perseguidas pelo regime quando se discorre sobre sua filiação política, sua prisão ou soltura, ações em que esteve envolvida (GALLAGHER, 2017, p.124)

Os termos eram utilizados como forma de entender que essa vítima podia assumir várias categorias, mas no que diz respeito às fontes que foram usadas nesta pesquisa, o termo militante estava bastante presente nos testemunhos, pois tanto as depoentes quanto a CNV as entendiam dessa forma. Também era de interesse da própria CNV deixar em evidência as causas que levaram essas vítimas a serem presas, perseguidas, dentre outras situações extremas que viveram.

No âmbito da história, o termo *vítima* ganhou importância a partir dos acontecimentos que permearam o século XX, como a Segunda Guerra Mundial, no qual trouxe o conhecimento de ações pautadas por extrema violência e sofrimento, como a violação dos direitos humanos por meio da tortura, morte e desaparecimentos.

Sarti (2014) evidenciou que a violação estava intrinsecamente ligada ao sofrimento, e que tais práticas, que até então não teriam lugar, se tornaram instrumento para obter informações. Sabendo que a vítima estava imersa nessa relação violência/sofrimento, foi importante refletirmos como se lidou com essas memórias, sendo através desse movimento que surgiram as políticas de enfrentamento.

Surgiram as políticas de memória e de reparação desse sofrimento, conhecidas como “justiça de transição”, que têm em comum o objetivo de julgar os responsáveis, reabilitar as vítimas e criar a memória e as formas de anistia que promovam a reconciliação nacional (SARTI, 2014, p. 78).

O conhecimento dessas formas de tortura gerou a necessidade de criarem-se mecanismos para tentar ultrapassar os estigmas elaborados a partir dessas experiências. A “justiça de transição” emergiu como uma forma de afastar-se desses acontecimentos e fornecer condições para seguir em frente, conduzindo uma lógica punitiva e também reparatória dos torturadores e torturados. O sofrimento passou a ser uma questão que precisava ser reconhecida publicamente, o que incluía o Estado.

O modo como cada sociedade lidou com esse passado contribuiu para a formação da vítima, em como ela se identificava e se percebia naquele contexto, que marcas, ações seriam tomadas posteriormente.

No caso das experiências de sofrimento associadas à violência, ao sofrimento da violência vivida soma-se o sofrimento de não haver formas de expressão instituídas para a dor. Ao contrário, nesses casos há o silêncio imposto, a recusa da escuta e, assim, a negação da violência, da humilhação e da dor impingidas ao outro. O problema que a experiência da violência coloca é o da ausência de um lugar de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que dela advém, lugar que requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social dessa violência (SARTI, 2014, p. 81).

As leis que se criaram anos depois ainda não trouxeram a ruptura desse silêncio, colaborando para que muitos se tornassem alheios ao que aconteceu naquele período. A noção de vítima foi fortalecida nesse ambiente,

O lugar da “testemunha” e o da “vítima da ditadura” fica situado entre os movimentos possíveis entre ter vivido a experiência de violência, estar colado à experiência e, ao mesmo tempo, estar calado, sem espaço social de expressão, vivendo a necessidade, que não tem repouso, de buscar construir formas de dizer (SARTI, 2014, p. 86).

Ao fazer essa denominação, a CNV estabeleceu quem poderia ser considerado vítima das graves violações. A Comissão ressaltou a importância que os familiares tiveram nesse processo, pois

A luta permanente dos familiares de vítimas da repressão e os esforços por eles empreendidos em busca da verdade e do resgate da memória foram essenciais para a recuperação de uma vasta documentação sobre a ditadura e a repressão política, para o esclarecimento das estruturas da repressão e para a difusão dos testemunhos das vítimas, elementos centrais na atividade de pesquisa conduzida pela CNV (BRASIL, 2014, p. 67).

As vítimas possuíam variantes distintas, ao passo que suas experiências delimitavam o grupo no qual estavam inseridos e demonstravam como se compreendiam essas

divisões. O relatório pontuou algumas situações vividas que explicavam os motivos que levaram pessoas a serem compreendidas como vítimas.

Embora a situação de violência humana, incluindo a própria morte destes, pudessem estar atreladas ao envolvimento com atividades consideradas proibidas naquele momento, o relatório destacou que, “ademais, o fato de a vítima ser suspeita de um crime não exime o Estado de sua responsabilidade pela morte (BRASIL, 2014, p. 289).

Prisão, tortura, violência sexual, violência contra os filhos e parentes, reconhecendo a dimensão da maternidade e do cuidado familiar como eminentemente feminino na sociedade brasileira, podem ser lidos como legitimadores de posições de dor e sofrimento ao legitimar a produção de relatos e a estabelecer a força da acusação e da memória.

Expôs dessa maneira que o sujeito sobrevivente da ditadura se tornou refém dessa experiência que não pôde ser contada, se tornou integrante do seu eu, mas precisou permanecer imersa em si. Entendemos a partir dessa discussão que as vivências permeadas pelo sofrimento, embora não sejam fáceis ou possíveis de se expressar, necessitam de lugar de escuta e o fato de a sociedade não prover isso, gerou naquele sujeito o sentimento de impotência diante do que foi feito com o seu corpo, vivendo na ânsia constante de contar e ser ouvido.

Corroborou com seu objetivo de trazer a verdade histórica avaliando posições opostas, “as memórias públicas são tão múltiplas e díspares quanto os grupos sociais e momentos que as produzem, além de divergirem ao longo do tempo dentro de um mesmo grupo”. (GALLAGHER, 2017, p.20).

Em contrapartida, se evidenciou um outro objetivo da CNV quando afirmou que os conhecimentos desses acontecimentos e o contexto em que ocorreu pôde contribuir para impedir que algo semelhante tornasse a se repetir em nossa sociedade, fazendo com que a apuração desses fatos trouxesse para a cena pública o sentimento de desprezo pelo que foi a ditadura civil-militar. Por isso a importância dos testemunhos, que trouxe através dos relatos os mais variados tipos de torturas e opressão vividos pelos mesmos nesse período, podendo sensibilizar a sociedade por meio da sua leitura.

Se interiorizou no âmbito da CNV “la idea de que la experiencia vivida no debía repetirse Nunca más estaba asociada con la documentación de la “verdad”, con la recolección de un archivo completo de las atrocidades. Recordar para no repetir se convirtió en un mensaje y en un imperativo cultural”. (JELIN, 2010, p.6). Os testemunhos assumiram, portanto, o status de verdade e se apresentou como crucial para que o objetivo de não repetir se concretizasse, pois através dessa documentação seria possível entender os atos cometidos.

4.3 O testemunho sobre a prisão na CNV

Analisamos como a CNV produziu os testemunhos sobre a experiência da prisão dessas mulheres, visando entender como essas narrativas foram construídas anos depois do final da ditadura e após essas mulheres já terem narrado em outros espaços memorialísticos. Buscamos evidenciar como a Comissão ressaltou essa dimensão da prisão, quais questões foram destacadas, já que partimos do entendimento que ela enfatizou a narrativa do sofrimento para enquadrá-las enquanto vítimas.

Essa relação que se estabeleceu entre Comissão e testemunhas demonstrou como a narrativa dessas mulheres se construiu após anos dos acontecimentos vividos e de que modo essas memórias foram reconstruídas, quais lembranças ainda estavam presentes, se algo foi lembrado no âmbito da CNV que não fora contado em outros espaços e como foi elaborada essa construção da narrativa.

Buscaremos comparar com a narrativa produzida pelas ex-presas no filme *Que bom te ver viva* (1989) e no livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada* (1998) para conseguir identificar os interesses da Comissão na produção dessa memória.

No dia 25 de fevereiro, Moretti Pires⁷² forneceu seu testemunho a CNV já evidenciado seu contato inicial da prisão:

Veio batendo em mim e eu amarrada no pau de arara. Ele ria de mim e falava assim: “Ixe, é magrela demais, não vai aguentar pau de arara”. Eu virei e falei mesmo, falei: “Imagina, eu é que aguento porque eu sou magra, eu queria ver você com essa barriga, você já tinha entregado até tua mãe”. E os soldados ouviram e saíram espalhando, porque todo mundo tinha medo e ódio dele, de ver ele, como ele espancava todo mundo [...]. E eu peitava no que eu podia, e não deixava barato as coisas. (MORETTI PIRES, 2014, p.9)

Teles (2011) afirmou em seu trabalho que era comum que aqueles presos tomassem uma postura de enfrentamento frente aos torturadores e que estes eram severamente castigados. No entanto, existiu um silêncio em relação a como esse torturador de Moretti Pires teria reagido diante de sua atitude, não havendo uma intervenção por parte do membro da Comissão para entender esse contexto, tendo a narradora seguido em sua narrativa sobre a experiência na prisão. A mesma situação também foi relatada por ela em *Mulheres que foram à luta armada*, nos ajudando a compreender o que Moretti Pires selecionou em sua memória para que permanecesse em sua narrativa.

⁷² A identificação da ex-presas política foi realizada no cap. 3 e também encontra-se em lista nos anexos deste trabalho.

A reação de imposição exposta pela narrativa, levando em consideração a situação de violência a qual estava submetida, apresentou certa ambiguidade entre os interesses da CNV e da testemunha. Seguindo os critérios da Comissão em que a violência era um fator que transformava essas mulheres em vítimas, percebemos que seu comportamento, expressado através da memória, não remeteu a uma vitimização como reação ao que vivenciou.

Em outro momento do testemunho, ela manifestou um posicionamento que pôde fortalecer essa construção da Comissão:

Eu nua, totalmente nua, toda machucada, e recebendo choque nos ouvidos, o telefone, você conhece o telefone? Então, nos dois ouvidos com as duas mãos, com toda força que eles tinham, pau, e isto deixa seqüela, querendo ou não a gente tem e tem que carregar pro resto da vida e ainda continua xingando eles, porque não pode perdoar. E eles queriam fazer a fila pra ter relação sexual comigo (MORETTI PIRES, 2014, p.11)

O fato de Moretti Pires relatar o desnudamento, a tortura e em seguida afirmar que essas ações deixaram marcas para toda sua vida e ainda enfatizar que não podia perdoar o que foi feito, reafirmou que o sofrimento permaneceu. Isso vai de encontro com o que discutimos através de Sarti (2014) anteriormente, pois essa afirmação passou uma ideia de que o fato de narrar e ser ouvido não seria suficiente para lhe tirar do lugar de vítima. De acordo com essa presa política, seria algo permanente em sua vida.

Segundo Oliveira (2014), essa narrativa ajudou aqueles que não vivenciaram essa experiência, que compreendessem cognitivamente e sensivelmente o dano sofrido. Contribuiu dessa maneira para fortalecer um dos objetivos da CNV, que seria através da memória tentar impedir que acontecimentos como estes narrados tornassem a se repetir.

Em torno da questão de gênero, a ex-presa política narra as situações de constrangimento a qual foi submetida pelos guardas que a levou presa.

E aí este cara me agarrando e falando que era meu noivo e subindo, eu não tava subindo, eu tava sendo arrastada pela escada e aí aquele corredor grande, cheio de policial cantando a marcha nupcial, bem: “Lá, lá, lá”. E eu passando com o meu noivo. É isto que o Macrufe [Maklouf] fala: “A noiva do torturador”. É a questão do gênero, violento, naquela sociedade que a gente tava vivendo. O fato de uma menina ter uma relação com o namorado era considerado prostituição. A mulher não tinha direito nenhum. Só o homem tinha o direito de fazer quantos filhos quisesse nela e depois abandonar. E aí me levaram pra sala de tortura, tudo montadinho já. Era noite, e aí foi até a madrugada. Choque elétrico, água, jogando água no corpo pra aumentar o choque elétrico, entendeu? (MORETTI PIRES, 2014, p.10)

Identificamos que no relatório da CNV as narrativas sobre os abusos, especialmente de teor sexual, eram mais detalhadas do que em seu testemunho para o *Mulheres que foram à*

luta armada, “O assédio é uma coisa tão nojenta. Principalmente da parte de um cara desses” (MORETTI PIRES, 2014, p.11).

O testemunho destacou ainda o modo como a mesma era vista pelos policiais e uma tentativa ainda mais explícita dos abusos sexuais:

Eles queriam incriminar, e queriam falar que era puta de rua. Que era assim que falavam, né. Que a gente dava pra todo mundo. E que quiseram mesmo. Eu tomando banho, os caras vieram pra pegar. E eu comecei a gritar. Ora, toda vez, não foi uma vez, em várias situações: “Socorro, me acode!”. Gritar de verdade, até parar e parou, bem. (MORETTI PIRES, 2014, p.13)

O membro da Comissão questionou a Moretti Pires sobre o que ela entendia que o Estado poderia fazer, tendo em vista o papel que a mesma desempenhou e visando intervir na memória criada para as próximas gerações.

A recomendar o respeito. A prostituta tem que ser respeitada. Que até isto eu aprendi na prisão, que eu fiquei muito tempo com elas. Procurei ajudar e elas sempre me ajudaram. Quando o DOPS ia me buscar na penitenciária, elas faziam revolta. Não só comigo, com outras pessoas. Elas adoravam as terroristas, como elas chamavam a nós. Então eu acho, assim, que tem que melhorar, tem ampliar a democracia, os recursos têm que ser melhor distribuídos pra não ter o rico que joga fora as coisas e a mãe que não tem uma lata de leite pra fazer uma mamadeira pro filho, e que a luta toda tem que ser junta, todo mundo junto (MORETTI PIRES, 2014 p.20).

Entendemos que tanto a CNV como aqueles que testemunharam, foram compreendidos como atores de reconhecimento, isto porque visavam atingir uma evolução social e moral, a ponto de que não se aceitasse que em nenhum outro momento histórico, práticas de tortura, violação de direitos e assassinatos fossem aceitos enquanto política de Estado.

Essa concepção de reconhecimento se definiu a partir de processos de mudanças ocasionados por conflitos que foram gerados por experiências de desrespeito, esse reconhecimento perpassou as dimensões afetivas, jurídicas e social (HONNETH, 2003 apud OLIVEIRA, 2014).

Criméia Schmidt de Almeida⁷³ deu seu testemunho em 12 de agosto de 2014. Iniciou sua narrativa abordando a sua gestação na prisão. O membro da Comissão, José Carlos Dias⁷⁴,

⁷³ A identificação da ex-presa política foi realizada no cap. 3 e também encontra-se em lista nos anexos deste trabalho.

⁷⁴ Advogado criminalista e formado pela Universidade de São Paulo. Durante o período ditatorial trabalhou na defesa de presos políticos. Ocupou cargos públicos como Secretário da Justiça de São Paulo e foi Ministro da Justiça no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na época em que a comissão estava em voga, ocupava o cargo de Conselheiro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

perguntou se esses torturadores estavam cientes de sua gravidez, “visivelmente barriguda” (ALMEIDA, 2014, p.17).

O primeiro que me espancou foi o major Carlos Alberto Brilhante Ustra⁷⁵ no dia que eu fui identificada. E a partir daí, todos os policiais, todos os militares, inclusive o carcereiro me torturava. Um espancamento com murro, com qualquer coisa, sem interrogar, interrogando. (ALMEIDA, 2014, p. 15)

Ela trouxe detalhes sobre como estava suas condições após a tortura.

Quando eu cheguei nessa sala de tortura, que eu acordei nessa sala de tortura, eu estava urinada, evacuada, e tinha um militar do meu lado se fazendo papel de bonzinho, se chamava Albernaz, dizendo que se eu falasse tudo, tudo bem, porque o comandante estava com muita raiva de mim. Esse Albernaz também me torturou depois, ele era bonzinho naquele dia, mas depois era o diabo. Eu não me lembro se foi nesse mesmo dia, porque a partir daí as coisas ficam confusas para mim. (ALMEIDA, 2014, p. 16)

Sua situação não foi levada em consideração, mas podemos entender que constituiu inclusive mais um elemento para que os torturadores conseguissem torná-la mais vulnerável. Além da violência, sua situação ainda se agravou pela estrutura da prisão.

Não tinha banheiro individual, então três vezes ao dia eu era levada para o banheiro, e óbvio que grávida eu tinha necessidades de ir mais vezes ao banheiro, e então eu fazia no próprio alojamento, até que eu consegui duas latas de conserva, uma que era o meu depósito de água e outra que era o meu biombo. (ALMEIDA, 2014, p. 17-18)

A degradação do seu corpo, a condição de humilhação narrada pela testemunha, também contribuiu para que a mesma fosse potencializada como vítima, pois além da sua vida, ainda estava em jogo a vida de uma criança, fazendo com que esse elemento se tornasse o mais grave para a Comissão.

No dia 11 de fevereiro, eu... quando estava no PIC, e rompeu a bolsa, eu comecei a entrar em trabalho de parto, pedi ajuda aos carcereiros e *etc.*, e essa ajuda só veio por volta das 5h da manhã, e me levaram para o Hospital de Base de Brasília. [...] No Hospital de Base de Brasília quem me atendeu é o médico que se diz, professor de obstetrícia da Universidade Nacional de Brasília, dizia que não era militar, mas que ele não ia ficar comigo porque preso dava muito trabalho. Então, que o Exército podia me levar de volta e me deixasse na enfermaria. Eu voltei e os militares não me puseram na enfermaria, eu voltei para a cela, é importante dizer que essa cela, ela não tem ventilação para fora, ventilação é só para um corredor interno, elas são todas fechadas e com muita barata, então eu dormia todas as noites com baratas no corpo, e quando rompeu a bolsa amniótica então esse número de baratas aumentou bastante. Aí eu

⁷⁵ Nascido no ano de 1932, Ustra foi coronel do Exército brasileiro, atuando como chefe do DOI-CODI em São Paulo, durante o regime ditatorial, nos anos de 1970-74. Cerca de quarenta mortes foram identificadas sob o seu domínio. Em 2008, através dos processos criados por Criméia de Almeida e seus irmãos, o Estado reconhece Ustra como torturador, sendo o primeiro militar a ser reconhecido dessa maneira, embora não tenha tido caráter penal, mas foi visto no âmbito da Justiça como um torturador.

fiquei até tarde e os presos resolveram, que os meus vizinhos de cela eram militares, presos comuns, traficantes, não eram presos políticos. E eles resolveram que eu não iria ficar aquela coisa, que eles iam gritar bastante, e me ajudou bastante. Ou seja, esses bandidos de dentro das grades eram mais humanos do que os bandidos que estavam do lado de fora. Bem, aí eu fui para o hospital da guarnição, o Hospital do Exército e fui internada. [...] O obstetra é um médico oficial do Exército, disse que eu estava em trabalho de parto, mas que ele não ia fazer o parto porque ele não estava de plantão. E, na noite seguinte, ele estaria de plantão e faria o parto. Eu reclamei que a criança não ia aguentar, que ia morrer, ele disse: “não tem importância, é um comunista a menos”. E eu fiquei lá na porta do quarto da enfermaria com a Polícia do Exército com a metralhadora na porta, todo o tempo que eu permaneci ali, inclusive na sala de parto tinha uma metralhadora apontada para mim. Bem, na madrugada do dia 13 meu filho nasceu, esse obstetra veio fazer o parto, houve ruptura de períneo e ele fez a sutura com fio que não é indicado, que o fio da sutura do períneo é o fio reabsorvível que com alguns dias o corpo que absorve, e ele usou um fio, aí é uma questão bem técnica, mas eu domino, eu sou enfermeira, ele usou um fio *catgut* cromado, provavelmente nº 2 pela grossura. E então esses pontos não caíram, esses pontos secaram, pareciam arames dentro da minha vagina, e por muito tempo isso ficou, e eu consegui ajuda de uma pessoa muito simples que fazia faxina no hospital, e que escondido me trouxe um espelho e uma gilete, eu tirei esses pontos. Nem todos eu consegui. Bem, como essa sutura foi feita sem anestesia e sem nada, eu entrei num processo de choque, com dor. (ALMEIDA, 2014, p. 19-20)

Embora no documentário *Que bom te ver viva* Criméia Almeida tenha evidenciado que a gravidez foi um trauma e que não tinha vontade de repetir essa experiência da maternidade, no depoimento à CNV, a mesma detalhou como foi esse processo, corroborando com essa concepção da Comissão de enfatizar o sofrimento em torno da experiência da prisão.

Compreendemos que as motivações em torno do silêncio sobre essa memória no documentário, também estava relacionada ao receio que essas mulheres tinham em narrar esses assuntos, a violência de cunho físico e sexual ainda era um tabu, além do que, a proximidade com esses fatos poderia tornar ainda mais difíceis de serem narrados. De todo modo, o que buscamos destacar é que essa memória foi produzida de forma diferente nesses espaços. Considerando o filme documentário *Que bom te ver viva*, estamos falando de vinte e cinco anos entre seu lançamento em 1989 e os depoimentos que ocorreram em 2014 na CNV e em relação ao livro *Mulheres que foram à luta armada*, se tratou de dezesseis anos.

Dulce Maia Souza⁷⁶ forneceu seu testemunho à CNV no dia 24 de agosto de 2014. Ela também narra as situações de violência e como isso teria comprometido sua sobrevivência: “Eu não estava pensando em viver, eu estava totalmente arrebitada, tinha que ficar na cama, inclusive, não podia ficar em pé” (SOUZA, 2014, p. 8). Essas testemunhas foram utilizadas para mostrar a violência, que foi uma forma de tornar inteligível essa experiência, através da vítima seria possível universalizar a vivência da violação (VIEIRA DUQUE, 2018). “Eles

⁷⁶ A identificação da ex-presença política foi realizada no cap. 3 e também encontra-se em lista nos anexos desse trabalho.

tinham ódio a minha pessoa, mas tanto ódio... Eles nem perguntavam muito para mim, eles queriam era me bater, eles queriam me arrebentar, eles queriam falar coisas indecentes para mim, e também perguntavam” (SOUZA, 2014, p. 33).

Ela contou que sua roupa fora rasgada e explicou como aconteceram as torturas.

Eles me davam muito, muito choque na vagina, inclusive, nos olhos, na narina, me deram muito choque na pálpebra e narina, deram muito choque, bico de seio. E, eu ficava ali dependurada com murros e com tudo, eles eram umas bestas feras, a verdade... Era a verdade (SOUZA, 2014, p. 5).

Assim como no seu depoimento para *Mulheres que foram à luta armada*, também reiterou sua posição de enfrentamento diante das violações.

É, eu reconheço peço seguinte, o torturador, eu falava para ele, assim, inclusive, por isso eles ficavam mais violentos comigo, eu dizia: “Vocês são parafusos de uma engrenagem. Essa engrenagem está totalmente destruída, está mal. Vocês não percebem, mas vocês vão cair. Eu vou ser livre, eu vou sair daqui. Mas, vocês são infelizes. É desumano o que vocês fazem.” Eu vivia discutindo com eles (SOUZA, 2014, p. 34).

Dulce apresentou, inclusive, as mesmas palavras utilizadas na entrevista para o livro reportagem, evidenciando que sua narrativa já estava, de certa maneira, cristalizada pela sua memória, que selecionou os elementos mais relevantes para serem narrados. Contudo, notamos uma diferença explícita em sua narrativa no que cerne as violações relacionadas ao gênero que fora submetida.

No livro *Mulheres que foram à luta armada* percebemos que sua narração apresentava uma outra dimensão, trazendo de uma forma mais íntima aquilo foi vivenciado, algo que não aparece explicitamente na Comissão, rompendo um pouco com o modus operandi da CNV na busca em caracterizar as violências de gênero.

Analisando a narrativa dessas mulheres, constatamos que o testemunho de Damaris Lucena foi um em que a questão da violência de gênero para além do corpo feminino estava mais presente. Além do seu sofrimento, ainda havia o fato de seus filhos terem sido envolvidos nessa situação para chantageá-la.

E um dia eles ficaram dizendo que iam trazer meus filhos pra torturar pra mim ver. Eu ficava com medo. Eu tinha medo porque na hora eu fui presa. Tomaram... Ela era pequeninha, tomaram ela dos meus braços e levaram ela lá não sei pra onde e cobriram de pancada em cima de mim. (LUCENA, 2014, p. 13).

O relato também trouxe em sua narrativa uma posição de impotência, “eram os carrascos. Eles davam choque na gente e dava risada. [...] “Suas putas, vocês são putas!” O que é que eu ia falar e ficava calada: “Suas putas!” (LUCENA, 2014, p.17). Mesmo trazendo essa sensação de impotência nesse momento ao não conseguir revidar ao que estava sendo acusada, também narrou sua reação quanto a postura do desnudamento forçado, uma prática comum da tortura.

“Tem uma coisa aqui que vocês não vão fazer comigo. Tirar minha roupa. Eu prefiro até que você me mate. Mas eu não quero que tira a minha roupa aqui. Eu escuto falar lá fora que vocês tiram as roupas das mulheres aqui e pendura no pau de arara. Vocês podem me pendurar no pau de arara. Mas não podem tirar minha roupa.” (LUCENA, 2014, p. 18).

Essa mesma narrativa esteve presente no livro, embora na CNV com outros sentidos. É válido destacar essas semelhanças no modo de narrar.

“Essa mulher! Leva essa mulher pra lá! Essa mulher está fedendo.” Claro e estava mesmo. Sem tomar banho, menstruada. Tinha que estar fedendo. “Leva essa mulher fedorenta pra lá. Tira essa mulher daqui.” E a pancadaria e os choques. E os murros na cara. Bofetada daqui, bofetada dali. Parecia que você era um... tinha matado uma pessoa. Um dia eu falei pra ele: “Escuta, eu já fiz algum mal pra vocês, pra família de vocês?” (LUCENA, 2014, p. 17-18).

Situações de desrespeito às especificidades do corpo feminino também eram consideradas tortura (FERNANDES, 2019). Havia um fortalecimento do processo de desumanização quando eram negados os elementos mais básicos para que estes indivíduos pudessem sobreviver. As mulheres foram ainda mais afetadas por serem obrigadas a lidar com as particularidades de seus corpos.

Eu levei muito chute na... na vagina chute que eles davam e minha vagina abriu. Quando eu cheguei em Cuba, os cubanos acabaram de abrir para poder costurar de novo. Eu fiquei com a vagina aberta e o útero ficou pendurado pra fora e a bexiga e tudo. Quando eu cheguei em Cuba que os cubanos costuraram (LUCENA, 2014, p. 20).

A violência que dilacerou o corpo de Lucena, a forma como tudo foi narrado, desde a morte de seu marido na frente dos seus filhos e todos os suplícios que a mesma vivenciou, construíram uma narrativa carregada de sentidos que fortaleceram a construção dessa testemunha em vítima. Contudo, enquanto tivemos Lucena que narrou de forma detalhada sobre sua experiência, outras mulheres, ainda que testemunhando para a CNV, não conseguiram fornecer tantas informações.

O trauma gerado pela vivência limite desses corpos tornou para muitos destes, impossível de concretizar em palavras o que foi vivenciado nesses espaços. Jessie Jane Vieira de Sousa, assim como no *Que bom te ver viva* e *Mulheres que foram à luta armada*, permaneceu com as poucas informações sobre sua prisão.

Enfim, eu não vou aqui me deter... como é que foi essa experiência de DOI-CODI, porque é uma experiência que é primeiro inenarrável. E acho que é uma narrativa que todo mundo, mesmo aqueles que não viveram, imaginam, e os que viveram também nem podem mais imaginar, ainda que tenham vivido. Então, eu não vou falar muito sobre isso até porque eu não tenho condição emocional (SOUSA, 2014, p. 4)

Ainda com o passar dos anos, essa experiência ainda era algo impossível de ser narrada. Este aspecto também forneceu um elemento interessante para analisarmos, pois isso remonta o grau de dificuldade e o quanto Jessie Jane foi afetada, de modo que os anos não foram suficientes para lidar com essa memória.

Trouxe ainda uma questão importante relacionada à convivência no espaço prisional.

Nós nos vimos naquela condição de preso não havia uma experiência anterior na qual pudéssemos nos espelhar para constituir os coletivos, a organização do cotidiano, já que todos estávamos ali na alienação muitos anos e tínhamos que construir estratégia de sobrevivência (SOUSA, 2014, p. 6)

Entendemos também que o convívio naquele espaço poderia e era permeado por conflitos em que as divergências relacionadas às próprias vertentes políticas também estariam presentes. Teles (2011) expôs em seu trabalho que havia uma diferença nas relações entre os presos políticos em relação a convivência das presas políticas, expondo que entre as mulheres haveria uma relação mais amistosa do que entre os homens.

Contudo, as relações das mulheres na prisão, em alguns momentos, foram marcadas pelo desgaste, rompimentos e divisões de coletivos construídos naquele espaço prisional (TELES, 2011). Essa discussão nos ajudou a compreender que as narrativas produzidas sobre as experiências prisionais não foram algo homogêneo, mas marcadas por tensões, conflitos e também pelas redes de apoio que se construíram através das vivências.

Maria Aparecida Costa, apesar de não fornecer minúcias sobre as torturas a que foi submetida, expôs para a CNV uma narrativa que continha elementos diferentes daqueles narrados para o *Mulheres que foram à luta armada*, enfatizando inclusive questões de gênero que não foram relatadas anteriormente.

Fica num DOI-CODI, o DOI-CODI, você já é recebido assim, com choque elétrico, com tudo que você tem direito, quer dizer, pelo fato, inclusive, de ser mulher, a questão de ser mulher, aí vocês estão falando da questão de gêneros, o simples fato, eu acho que você, você está no meio de homens, só homens, não? Só homens que têm sobre você um olhar, como diria? É um olhar que te...o fato de você ser mulher também, você percebe que é um, talvez uma raiva muito maior, eu não sei se pela questão de achar que uma mulher estar fazendo isso, que uma moça está fazendo isso e é uma forma também, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Então, inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma vaca, é a boa- vinda. [...] você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina, você está nu, você está à mercê disso tudo (COSTA, 2014, p. 7)

A testemunha salientou em seu depoimento a percepção de que ser mulher enfatizava os ataques de ódio recebidos pelos militantes na prisão. Outro ponto destacado pela testemunha eram as relações construídas naqueles espaços prisionais.

Eu acho que todos nós vimos como uma continuidade da luta ali dentro, em um outro momento, de formas muito mais restritas, não é? Enfim, confinados, mas, existia essa, então, estávamos e o básico era isso, era a solidariedade, a acolhida dos que chegavam, muitas mulheres com filhos, as crianças que iam visitar, tudo isso estava muito presente e nos ajudávamos mutuamente (COSTA, 2014, p. 11)

Assim como Jessie Jane, Aparecida Costa também falava da continuidade da sua militância no cárcere, pelas relações que teriam sido construídas e que contribuíram para que fosse mais fácil suportar a privação de sua liberdade. As duas testemunhas citadas acima apresentaram suas narrativas de forma menos minuciosa, resguardando seus silêncios, mas isso mostrou que nem todas as mulheres estavam abertas para falar sobre seu sofrimento e reafirmou que a forma de lidar com esse passado e os traumas produzidos por ele eram diferentes para cada narradora, cabendo assim pensarmos sobre a possibilidade de encaixar narrativas tão distintas em um único grupo de vítimas, como a CNV se propôs a fazer.

Outra testemunha, Rosalina Cruz Leite⁷⁷, demonstrou que desde o momento da prisão esteve marcada pela sua condição de mulher, presa em uma situação íntima com seu companheiro, os dois estavam apenas de roupas íntimas, contudo, somente Rosalina foi taxada pelas suas vestes, passou a ser chamada pelos policiais de “guerrilheira de calcinha”.

Quando a gente chegou no DOPS, no DODPS Guanabara, eles me pregaram em uma cadeira e não me amarraram na cadeira, me puseram na cadeira e começaram a dar choque e... Primeiro disse: “tira a sua roupa, tira a roupa, tal”! Eu disse: “não tiro, não tiro”! E me rasgaram a roupa toda e depois de 20 minutos, tenho dito isso, eu acho que eu não faria aquela ousadia inicial de que não tiro a roupa, tal. Porque me rasgaram a roupa, me tiraram a roupa, me puseram em uma coisa e começaram a me dar choque. E tinham uns policiais em volta, eu agarrei, nua, um policial e fiquei agarrada com

⁷⁷ A identificação da ex-presa política foi realizada no cap. 3 e também encontra-se em lista nos anexos desse trabalho.

ele, o choque passava para ele e ele não conseguia me deslargar... (CRUZ LEITE, 2014, p. 26).

Rosalina conta que havia uma suspeita de que estivesse grávida, contudo, relatou para a CNV que nunca soube se de fato estava e sofreu aborto, mas foi algo usado pelos torturadores para lhe desestruturar.

“Você está grávida”? E, não sei, naquela loucura, naquele momento, eu disse: “pode ser que eu esteja grávida, acho que estou”. Achei que eles tinham visto alguma coisa, minha menstruação estava atrasada, e eu acho que era uma forma de tortura, eles foram criando essa história de que eu estava grávida e que eu tivesse cuidado, e que eu estava grávida... E os caras chegam no outro dia e dizem: “ah, eu soube que você está grávida” e me penduram, me põem em uma parede... [...] E me penduram e chutam minha barriga. Mas não era o pessoal de Niterói, era esse pessoal do DOI-CODI. E chutam minha barriga até sangrar. Quando começou a sangrar... Eu tive um sangramento e fiquei quase oito meses na cadeia sem menstruar (CRUZ LEITE, 2014, p.31)

Diante das ameaças, advertiu que “tinha a tortura física, mas, a mim, me tocava muito a tortura psicológica. Primeiro eu não dormia, eu tenho, até hoje, muita insônia, então eu não conseguia dormir (CRUZ LEITE, 2014, p.32). A testemunha narrou suas fragilidades sob a situação de tortura e ainda destacou um outro viés,

Eu acho que é uma coisa muito feminina também, muita raiva de mim quando eu dava alguma informação. Tanto que eu chegava na cela e arrancava meus cabelos. Fiquei conflituosa. E eu ia até a porta da cela e dizia assim: “venham agora, venham aqui, eu quero ver, seus filhos da puta, venham aqui que agora vocês vão ver (CRUZ LEITE, 2014, p.34)

Parte da sua coragem de enfrentamento também vinha da situação limite a qual era constantemente submetida, interessante como essa ação se mostrou para a mesma como tipicamente feminina e que os homens possuíam uma outra maneira de se expressar diante dessas situações.

Segundo Wolff (2007) existia uma definição em organizações guerrilheiras do que era ser macho e fêmea nessas situações. Aguentar a dor, a tortura era considerada uma postura masculina, transformando essas mulheres no sexo oposto por resistirem a essa violência. De acordo com esse entendimento, seria natural para a mesma se manter frágil diante dessas situações. Ela afirmou que muitas dessas mulheres, especialmente as que fizeram parte da luta armada, tiveram que se apropriar dos atributos destinados ao gênero masculino, para se tornarem pertencentes ao grupo.

Para os estudos de gênero a diferença entre os sexos baseia-se numa construção cultural (COLLING, 2004), portanto naturalizaram-se atitudes tidas como próprias do gênero

feminino e masculino. As mulheres se percebem dentro dessa construção social e analisam seus comportamentos dentro dessa ótica, assim como Cruz Leite, que compreendeu a ação de puxar seus cabelos, gritar, como comportamentos legítimos do gênero feminino.

Sua experiência na prisão foi marcada por situações de constrangimento.

Bateu à noite na porta. E uma voz de homem disse assim: “tira a calcinha, põe o dedo, eu estou de pau duro”, alguma coisa assim, e foi falando [...] eu comecei a gritar [...] O homem foi embora e eu não parava de gritar e eu não parava de gritar, isso é uma coisa de histeria, eu sei que eu não conseguia parar. E o cara chegou lá, chamaram acho que até o Capitão, abriu a porta e gritava: “cala a boca, você vai agora para o hospital psiquiátrico, cala a boca”! E eu não conseguia calar, eu não conseguia parar de gritar (CRUZ LEITE, 2014, p.38).

Essa não foi a única vez que esteve presa, em uma segunda vez teve sua experiência ainda mais marcada pelo fato de já ser mãe de uma criança de cinco meses, relatando como o Estado usou de sua maternidade para chantageá-la, as torturas físicas e psicológicas foram ainda mais profundas.

No documentário *Que bom te ver viva*, Rosalina destacou os aspectos relacionados ao medo, a culpa pela morte de seu irmão e como isso foi marcante em sua trajetória. No entanto, para a CNV identificamos que ela relatou as violações, especialmente as de gênero, percebendo nas suas próprias práticas e reações como o ser mulher tornava sua experiência diferenciada em relação a dos homens.

Esse entendimento sobre as questões de gênero foi forjado a partir de lutas e instrumentos construídos antes mesmo da redemocratização. Na década de 1980, as mulheres estavam lutando por espaço no meio político, pela igualdade dos seus direitos em relação aos homens. Assim, foram criados meios para inserir as mulheres nessa agenda pública, como o Conselho Estadual da Condição Feminina (1983), Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (1985), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985) (OLIVEIRA, 2017). As mulheres passaram então a obter direitos e combater na prática a hierarquização masculina, buscando ocupar espaços no meio político, até então predominantemente masculino e discutir o seu papel ocupado na sociedade.

Em 1994 foi criada Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres que definiu a violência contra a mulher como um ato que baseado na condição de gênero, cause morte, dano, sofrimento físico ou psicológico, de teor sexual, no âmbito público ou privado (OLIVEIRA, 2017). A partir desse momento vão sendo criados instrumentos para que o Estado conduzisse com maior seriedade a pauta relacionada a violência sofrida pelas mulheres.

Essa discussão se fortaleceu nos anos seguintes, sendo criado em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres ligado à presidência da República, foi então no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que os movimentos de gênero passaram a ter maior significado dentro do governo e do Estado brasileiro (OLIVEIRA, 2017). Essa abertura ofereceu também condições para que mulheres, como Rosalina, tivessem na produção dos testemunhos para a CNV, condições de narrar e reconhecer determinadas ações como ataques promovidos contra sua situação de gênero, especialmente as ações como a violência física de cunho sexual.

Analisando as narrativas até aqui, percebemos que não existia uma homogeneidade na produção da memória, nem todas as mulheres se incumbiram do objetivo de fortalecer a construção do ser vítima através do sofrimento, ainda que o objetivo da CNV fosse esse. Percebemos diferenças e semelhanças em como essas mulheres produziram suas narrativas há muitos anos, no momento em que a ditadura recém terminara no *Que bom te ver viva* e no livro *Mulheres que foram à luta armada* e como isso foi feito, novamente, já passado décadas dos fatos.

O que se lembrou e esqueceu dependeu da trajetória de cada uma dessas mulheres, pois a memória é subjetiva e carregada dos próprios interesses das testemunhas, não estando sua produção de memórias à disposição das necessidades da Comissão. Todavia, dentro dessas relações de interesses, não podemos deixar de evidenciar que algumas dessas mulheres fortaleceram os objetivos da CNV e apresentaram uma narrativa diferente em cada um desses espaços memoriais. A passagem do tempo pode ter tornado mais fácil narrar essa experiência, algumas podem ter almejado contribuir com os objetivos da CNV, mas o fato é que não se pode afirmar que todas essas mulheres concordaram em ser colocadas nessa categoria de vítima ou ainda que a narrativa da violência e sofrimento tenham sido criadas e fortalecidas pelas mesmas com esse objetivo.

Sarlo (2007) elaborou uma discussão acerca dessa dimensão da vítima. Entendendo que a vítima é uma sobrevivente, assim como as dos campos de concentração não passaram pela experiência total, já que sobreviveram, se questiona a possibilidade desses sujeitos ocuparem esse lugar em plenitude. Assim, entra em discussão o poder e a autoridade da sua narrativa, que em si já não poderia ser completa pela própria impossibilidade de um testemunho narrar uma experiência sem os esquecimentos intencionais ou próprios da passagem do tempo.

A ação do presente que se impõe e exige das vítimas uma narrativa já classificada pode fazer com que os testemunhos sejam produzidos com uma maior riqueza de informação do que no próprio momento vivido, fazendo os narradores lembrarem de coisas que talvez até

nem vivenciaram de fato, mas que estava ligado às necessidades e urgências de um determinado momento e por parte de um determinado empreendedor de memória, como nos lembra Jelin (2002). Nesse caso, a Comissão Nacional da Verdade.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção dessa pesquisa objetivou-se analisar como a memória sobre a experiência da prisão no período da ditadura civil-militar brasileira foi produzida por mulheres em diferentes temporalidades e espaços memoriais. Para isso fizemos uso de pesquisadores que trabalharam com a dimensão da memória em si, como Catroga (2015), entendendo que é uma produção que está influenciada por intencionalidades e demandas do presente, além do próprio processo de esquecimento que era inerente a uma narrativa sobre algum acontecimento, sendo estes também intencionais.

Buscou-se entender como o Estado brasileiro foi responsável por produzir uma memória da ditadura pautada no silenciamento, especialmente em diálogo com a produção de Bauer (2017) e como isso teve influência em como os sobreviventes dessa experiência traumática narraram esses acontecimentos. Era inquestionável que a forma como o Estado brasileiro lidou com essa memória afetou também a produção dessa memorialística, sendo muitas dessas produções iniciativas próprias, de organizações sociais, de cineastas e jornalistas, não havia apoio do mesmo para incentivar essas produções, pois se queria esquecer, como se isso fosse um meio de conseguir seguir adiante.

No processo de narrar também foi necessário entender que as mulheres foram sujeitas que dentro dessa história e produção da memória estiveram silenciadas, pois o espaço na mídia, nas artes e na academia privilegiou os homens. Isso não ocorreu porque as mulheres não tiveram a mesma importância, mas pela própria vivência de uma sociedade machista, em que o espaço público, incluindo o das lutas, pareceu interditado às mulheres.

Ao analisarmos o documentário *Que bom te ver viva* não poderíamos deixar de levar em consideração o período em que foi produzido, 1989, ainda num contexto muito próximo, pois a ditadura teria terminado em 1985. O medo ainda era algo presente, a dificuldade de narrar sobre essa experiência também. No documentário observamos a tentativa de trazer a memória dessas mulheres que foram presas e entender como elas puderam seguir sua vida, como se tornou o seu cotidiano depois de sair do cárcere, do fim da ditadura, como estavam reconstruindo suas vidas.

Notamos nessas narrativas que as mulheres tinham grandes dificuldades de narrar sobre essa experiência, umas mais do que outras, nos fazendo entender como a experiência e a memória era diferente para cada sujeito, ainda que fosse sobre uma vivência em comum, algumas delas expressavam limites muitos explícitos do que conseguiam dizer naquele momento. Sendo esta uma produção que combinou ficção e realidade, houve maior liberdade

para questionar a ambiguidade das mulheres, entre mártires e terroristas, concepções criadas no pós-ditadura sobre os militantes. A forma como essa produção foi pensada, recortada, tinha esse preceito fílmico, não se tratava apenas da realidade vivenciada, mas da forma como essa experiência foi gestada no imaginário da sociedade brasileira.

Rosalina, uma das participantes do documentário, em um momento de sua narrativa expôs que as pessoas não queriam mais ouvir sobre essa história, que se sentia como uma pessoa que não queria perdoar. Podemos pensar que essa sensação estava ligada ao modo como o Estado e diferentes forças políticas buscavam calar, sem resolver e oferecer espaço para que esses traumas fossem narrados sob o manto da anistia. Oferecer espaços de escuta para essas experiências traumáticas era uma das maneiras que o Estado poderia ter promovido para que fosse possível seguir adiante.

Contudo, além da falta de punições para os torturadores e responsáveis pelas violações dos direitos humanos, não se buscou lidar com esses sujeitos, como se de fato o Estado acreditasse que não narrar seria suficiente para esquecer, mas esses militantes continuaram se manifestando e narrando suas experiências.

No livro reportagem *Mulheres que foram à luta armada*, por ter sido uma produção elaborada por meio de entrevistas, conseguimos identificar que houve uma abertura maior do que em *Que bom te ver viva*, para narrar sobre a experiência da prisão proporcionada não só pela metodologia, mas pela própria temporalidade, lançado em 1998, quase dez anos de diferença. Devemos evidenciar que as primeiras iniciativas de reparação foram desenvolvidas após o lançamento do documentário, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, como a Lei dos Desaparecidos, a Comissão de Anistia e a lei que tipificou os crimes de tortura.

O tempo passado de uma produção para outra e o método usado na produção do livro, podem ter sido elementos que tornaram o processo narrativo para essas mulheres mais propícios, ainda que também tenhamos percebido a dificuldade de tornar inteligível a vivência da tortura. Esses elementos se constituíram em instrumentos que tornaram os contextos dessas narrativas ainda mais diferentes e puderam fornecer uma lembrança distinta em cada produção.

Carvalho (1998) direcionava suas testemunhas para os assuntos selecionados pelo mesmo, buscou entender o processo de luta armada, abordou ações que foram alvos de maior visibilidade no período da ditadura, mas também se deteve com profundidade sobre a experiência da prisão. Nessas narrativas, percebemos que as mulheres trouxeram uma narrativa que mostrava uma abertura maior acerca das informações fornecidas, como a questão da tortura, as violências de gênero que sofreram, apesar de não vermos a emoção como no documentário,

o jornalista vai evidenciando essas questões que também fizeram parte do processo de compreensão do trauma, quais sentimentos e emoções estiveram presentes quando essas narrativas foram produzidas.

Ao analisar esses testemunhos produzidos ainda nas décadas de 1980-90 em relação aos testemunhos da CNV já por volta de 2012-2014, entendemos que as mudanças políticas e a disseminação de aparatos de justiça de transição, não apenas no Brasil, mas em outros lugares e contextos, contribuiu para a mudança dessas narrativas, apesar de em alguns momentos termos percebido a permanência de determinados discursos. Foi necessário compreender que o objetivo da CNV era diferente das demais produções, pois nesse momento se tratava de produzir uma memória oficial, reconhecida pelo Estado, algo que até então não havia sido feito.

Um dos pontos centrais girava em torno de tentar produzir uma memória sobre as violações de direitos humanos que fosse capaz de gerar uma comoção social e um reconhecimento dos fatos, impedindo assim que algo semelhante tornasse a acontecer. Nesse sentido, notamos que a CNV conduziu o processo narrativo buscando favorecer as narrativas que envolviam a violência, especialmente as vivenciadas nos ambientes prisionais, categorizando esses sujeitos como vítimas civis dessas ações.

A dimensão da violência foi ensejada nos três espaços de memória analisados na presente pesquisa, contudo, essa dimensão esteve acentuada na produção dos testemunhos, que seriam responsáveis posteriormente por compor o relatório final da Comissão da Verdade. Ressaltar as violências, as arbitrariedades, os abusos de cunho físico, psicológico e sexual vivenciado era importante para fortalecer a ideia da CNV em tornar esses sujeitos vítimas desse passado ditatorial.

Portanto, o centro de nossa pesquisa não estava motivada em tentar desvendar as diferenças memorialísticas, pois estas poderiam ser e foram diferentes em cada espaço de memória, mas entender como a memória, a partir de determinados contextos e interesses, foi produzida nesses recortes temporais e espaciais, tendo como mote os testemunhos produzidos pela Comissão.

REFERÊNCIAS

FONTES

- **Filme documentário:**

QUE bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 1989. P&B

- **Jornais:**

ALVAREZ, Luiza Miranda. Panorâmica. **O Liberal**. Belém, p. 5. nov. 1989.

AUTOR DESCONHECIDO. Lançamentos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 3. abr. 2004.

AUTOR DESCONHECIDO. Fantástico. **O Fluminense**. Rio de Janeiro, p. 9. maio 1998.

AUTOR DESCONHECIDO. Ur-gente. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, p. 9. maio 2000.

AUTOR DESCONHECIDO. Torturas do passado recente em documentário emocionante. **O Liberal**. Belém, p. 9. dez. 1989.

AUTOR DESCONHECIDO. Ex-presas política lança filme e ouve candidato sobre tortura. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1-7. out. 1989.

CATANHÊDE, Eliane. General que falou de desaparecidos errou, afirma Jobim: ministro da defesa, porém, defende que não haja 'nem glorificação nem retaliação' a torturadores da ditadura. **A Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 8-11. jan. 2011.

CEZIMBRA, Marcia. História de amor a liberdade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 48-80. out. 1989.

FIGUEIREDO, Cláudio. Começar de novo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 1. out. 1989.

MARIA, Cleusa. Adeus às novelas: irene revache se despede do dia-a-dia das gravações, estreia como autora de teatro e volta aos cinemas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 41. mar. 1988.

MURAT, Lúcia. Tortura: deixando sangrar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 6-7. abr. 1987.

REZENDE JUNIOR, José. 'Que bom te ver viva' ganha Brasília. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 36. nov. 1989.

KIEFER, Sandra. A tortura A estela: testemunhas dos relatos de Dilma. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 1-3. jun. 2012.

SAMPAIO, João Luiz. Desvendando as sombras do Araguaia. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, p. 6. jun. 2004.

SAFATLE, Vladimir. Dois demônios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jan. 2011.

- **Livros**

Brasil: nunca mais / Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. – São Paulo: Globo, 1998.

COSTA, Albertina de O. et alii. Memória das mulheres do exílio. -Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- **Testemunhos**

ALMEIDA, Criméia de. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Maria Rita Kehl, José Paulo Cavalcanti Filho, Rosa Cardoso et al. **Comissão Nacional da Verdade**, Brasília, set. 2014.

COSTA, Maria Aparecida. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Luci Buff e Raíssa Wihby. **Comissão Nacional da Verdade**, São Paulo, ago, 2013.

CRUZ LEITE, Rosalina de Santa. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Raíssa Wihby e Márcia Baratto. Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, jun. 2014.

LUCENA, Damaris. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Raíssa Wihby Ventura e Camila Braga. **Comissão nacional da Verdade**, São Paulo, set. 2014.

PIRES, Áurea Moretti. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Maria Luci Buff Migliori. **Comissão Nacional da Verdade**, São Paulo, fev. 2014.

SOUZA, Dulce Maia. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Glenda Mezarobba e Raíssa Wihby Ventura. Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, fev. 2014.

SOUZA, Jessie Jane V. de. Tomada de testemunho. Testemunho concedido à Anivaldo Padilha. **Comissão Nacional da Verdade**, Rio de Janeiro, set, 2013.

- **Relatório**

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, v.2, 2014.

ALVES, Maria E. R. **Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985**. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2021.

ARAÚJO, Maria P; SILVA, Izabel P; SANTOS, Desirree dos R. **Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho**. - 1. ed. – Rio de Janeiro : Ponteio, 2013.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AVELAR, Lúcia. **As eleições na era da televisão**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 32(4): 42-57, 1992.

BAUER, Caroline Silveira. **A mobilização do relatório Brasil: Nunca Mais nas sugestões encaminhadas pela população à Assembleia Nacional Constituinte**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 38, n. 76, p.227-259, jan/abr, 2022.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?: História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade** – 1. Ed. – Jundiáí, SP : PACO, 2017.

- BAUER, Caroline Silveira. **O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira**. Anos 90, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 115-152, dez. 2015.
- BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado**. Tempo e Justiça. Editora Milfontes: Marian (MG), 2018.
- CARROLL HINER, Hillary. ¿El “nunca más” tiene género? **Un estudio comparativo de los discursos de las comisiones de verdad en Chile y Argentina**. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. 1º edição, Coimbra, 2015.
- CONTREIRAS, J. A. **Corpo de Mulher, Um Campo de batalha: Terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e Argentina de Segurança Nacional**. 2018. 251 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- COLLING, Ana M. **As mulheres e a ditadura no Brasil**. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências sociais, Coimbra, 2004.
- CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina** – Ia ed. – Buenos Aires : Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: Inesp, UFC, 2012.
- FERREIRA, Elizabeth F. X. **Mulheres, militância e memória**. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Jorge. **1957- 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil** / Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERNANDES, Analu D. **Ditadura e tortura sexual: a visão das ex-presas políticas nas ditaduras civil-militar do brasil (1964-1985) e da argentina (1976-1983)**. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciências Sociais. Brasília, 2019.
- FRANCO, Paula. **A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.
- FRANCO, Paula. **Prólogos da Comissão Nacional da Verdade: um caminho tecido por movimentos sociais**. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.
- FULLAN, Danielle Cristine. **Narrativas de sobrevivência [manuscrito]: a (re)construção da identidade no documentário “Que bom te ver viva”** / Danielle Cristine Fullan. – 2019.
- GALLAGHER, Jennifer. D. L. **De muitas verdades a uma: histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

- GALLO, Carlos A. **A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação.** *Estud. sociol.* Araraquara v.20 n.39 p.327-345 jul.-dez. 2015.
- GALLO, Carlos A. **Considerações sobre políticas públicas e memória da repressão política no Brasil.** O público e o privado - Nº 28 - Julho/Dezembro – 2016.
- GOMES, Paulo C.; TRINIDAD, Carlos B. **A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional.** *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 35, e0106, jan./abr. 2022.
- GOMES, Victor E. F. **Do livro ao cinema: memórias da ditadura em Batismo de sangue e O que é isso, companheiro?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.
- GRECO, Heloisa A. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia.** Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem** / François Hartog; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. -1. ed., 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Siglo XXI. Madrid, 2002.
- JESUS, M. G. M. de; DUARTE, T. L.; SILVESTRE, Giane. **Conceituações plásticas da tortura: disputas e consensos em torno dessa violência estatal.** *Revista brasileira de Ciências Sociais.* vol. 38 nº 111. e3711009 2023.
- JOFFILY, Mariana. **Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber?** *Sur* 24 - v.13 n.24 • 165 - 176 | 2016.
- QUINALHA, Renan H. **Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”.** *Revista Jurídica da Presidência Brasília* v. 15 n. 105 Fev./Mai, 2013.
- LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia. escribir el trauma.** -1º ed. – Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **1924 História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- MACHADO, Lia Z. **Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas.** *Feminismos, cadernos pagu* (47), 2016.
- MARTINS, F. do E. S. **As sociedades indígenas e a Comissão Nacional da Verdade.** *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v.12, n. 2, p. 389-419, jul./dez. 2018.
- MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências- um estudo do caso brasileiro.** Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MORIGI, V.J.; FORNOS, A. M. G. **Direito a memória: a Comissão Nacional da Verdade brasileira e as narrativas dos povos indígenas na construção da cidadania.** *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.30, n.2, p. 1-24, abr./jun. 2020.

NADER, M. B; PELEGRINE, A. R. O. **Memória traumática e direito à verdade: o legado da ditadura militar no Brasil**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 12, no 3, setembro-dezembro, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. 1964 : **História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. – São Paulo : Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Ana C. **Agendas de gênero nas políticas públicas no Brasil (1980-2016)**. Revista Feminismos, vol.5, N.2 e 3, Maio - Dez. 2017.

PERLATTO, Fernando. **Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78 - 100, maio/ago. 2019.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum**. in: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). Usos e abusos da história oral, 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REIS, Daniel A. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

RIDENTI, Marcelo. **As mulheres na política brasileira: os anos de Chumbo**. Tempo Social, 1990 (2) 2, p. 113-128.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução brasileira**. 2 ed. rev. E ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROCHA, Raquel C. **“Apostávamos no amor”: gênero e a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira (1976-2014)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

ROSA, Susel O. da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “não imagine que precise ser triste para ser militante”**. – São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SANTOS, Thayana de O. **As mulheres do raio leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d’Aguar, - São Paulo: Companhia de letras; Belo Horizonte: UFME, 2007.

SARTI, Cynthia. **A construção de figuras violência: a vítima, a testemunha**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

SEIXAS, Ivan A. de; SOUZA, Silvana A. **Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil**. Estud. Social, Araraquara – v. 20 n.39, p.347-364, jul-dez, 2015.

SILVA, Tatianne E. C. **Memórias Femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

Seligmann-Silva, Márcio. **Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol.20, n.1, p.65 – 82, 2008.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Rev. Social Política. Curitiba, v.19. n.39. p.115-137, jun. 2011.

TELES, Janaína de A. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. Tese apresentada ao curso Pós-graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. São Paulo, 2011.

TELES, Maria A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TELES, Maria A. de A. **A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero**. Revista Direito Gv, São Paulo 11(2) | P. 505-522 | jul-dez 2015.

TEÓFILO, João. **Passar o passado a limpo: memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura**. Da Anistia à Comissão Nacional da Verdade. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizontes, 2021.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Projeto História, São Paulo, 1997.

VIEIRA DUQUE, Ana P. del. **Gênero e justiça de transição no Brasil: a construção da figura da “vítima” no relatório final da comissão nacional da verdade**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

VECCHIOLI, Virginia. **Políticas de memória: herramientas estratégicas para su estudio. Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul/ organizado por Carlos Artur Gallo**. – Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

WOLFF, Cristina S. **Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil ; 1968-1974. Leituras em rede: gênero e preconceito** / org. Cristina Scheibe Wolff, Marlene de Fáveri, Tania Regina de Oliveira Ramos. Ed Mulheres , Florianópolis, 2007.

**MINIBIOGRAFIA DAS PRESAS POLÍTICAS COM TESTEMUNHOS ANALISADOS
NESTE TRABALHO**

Áurea Moretti Pires	Nascida em Ribeirão Preto- SP, classe social baixa, cursou Filosofia na Universidade de São Paulo, fazendo parte do movimento estudantil em 1966, se filiou posteriormente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundando dentro do partido um grupo de mulheres para discutir questões de gênero. Participou das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), além de divulgar o jornal O Berro. Foi presa em 1969, passando pela Operação Bandeirantes, Presídio Tiradentes e Penitenciária Feminina de Tremembé.
Criméia de Almeida	Nascida em São Paulo- SP, foi guerrilheira na Guerrilha do Araguaia, iniciou sua militância na escola secundária quando passou a fazer parte do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Damaris Lucena	Nascida em Codó- MA, de classe social baixa, era filiado ao Partido Comunista do Brasil desde 1951. Por volta de 1960, entrou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), trabalhando como rede de apoio. Em 1979 teve seu marido assassinado e foi presa.
Dulce Maia Souza	Nascida no Paraná, cursou História no Museu de Arte de São Paulo e Ciências Sociais, participando do movimento estudantil. De classe social alta, foi uma das precursoras da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), atuando na linha de frente. Também fazia parte da Aliança Nacional Libertadora (ALN).
Jessie Jane Viera de Souza	Nascida em Minas Gerais, fez vestibular para a Escola de Sociologia e Política. Tendo seus pais como inspiradores para sua entrada na militância, já que faziam parte do Partido Comunista do Brasil desde 1950.
Maria Aparecida da Costa	Nascida em São Paulo- SP, de classe média, fez Direito na Faculdade de São Francisco em 1963, adentrando na JUC. Fez parte da Aliança Nacional Libertadora (ALN).
Rosalina de Santa Cruz Leite	Nascida em Recife- PE, de classe média, estudou em uma escola de freiras, onde participava da JEC. Fez faculdade de assistente social, se filiando a JUC e posteriormente a Ação Popular (AP).